



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

**Matheus Baccarin**

**"Não é sobre a vacina, é sobre liberdade": O ativismo contra a obrigatoriedade das vacinas para a COVID-19 no Brasil**

Brasília, dezembro de 2023

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DO INSTITUTO DE  
CIÊNCIA POLÍTICA**

Matheus Baccharin Pereira

**"Não é sobre a vacina, é sobre liberdade": O ativismo contra a obrigatoriedade das  
vacinas para a COVID-19 no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade de Brasília, como exigência para a obtenção do título de mestre em Ciência Política

Orientadora: Marisa von Bülow.

Banca examinadora:

**Membro Externo:** Prof. Raquel Recuero (UFPEL/ UFRGS)

**Membro Interno:** Prof. Dra. Rebecca N. Abers (IPOL/UnB)

**Presidente da Banca:** Prof. Dra. Marisa von Bülow (IPOL/UnB)

**Suplente:** Prof. Dra. Michelle Fernandez (IPOL/UnB)

Brasília, dezembro de 2023

## **Agradecimentos**

Este foi um trabalho coletivo. Não teria chegado aqui sem a ajuda e cuidado de tantas pessoas queridas e prestativas. Para a minha mãe, essa é uma conquista nossa, muito obrigado pelo apoio. Todos os agradecimentos à torcida, carinho e fé da minha vó, da minha madrinha, das minhas tias, minha prima Ana: uma ode às mulheres da família Baccarin!

Agradeço à Professora Marisa von Bülow, que me orientou nesses anos todos, pelo entusiasmo com a pesquisa, a compreensão do tempo que foi necessário para desenvolvê-la e as conversas de orientação, com valiosas recomendações. Às professoras Rebecca Abers e Débora Almeida, pesquisadoras que admiro profundamente, por todas as sugestões feitas ao longo dessa trajetória. Também aproveito para celebrar aqui o papel insuperável do nosso grupo de pesquisa Resocie, que foi um porto-seguro ao longo do doloroso período da pandemia. Em especial, esta dissertação não teria sido concluída sem a amizade e suporte da Lorena, a companhia da Amanda, as conversas e trocas valiosas com o João, o Pedro A., as sugestões do Max e do Danniell, as risadas com a Bia, Rafa, Pedro, Anne e Alexandre, o carinho da Carol, e a ajuda oferecida pela Thayla e o Gabriel no início do processo de pesquisa. Agradeço também a ajuda da Amanda, da Luciana e da Isabela na realização de 10 entrevistas, sendo 4 em um protesto, que foram essenciais para entender o movimento pesquisado.

Todo meu carinho ao grupo de Política das Vacinas da Fiocruz, que fez com que pesquisar um tema da área da saúde se tornasse um pouquinho mais fácil para alguém que é da Ciência Política. Valeu, Ester e Priscila! Registro também meu apreço pelo grupo de pesquisa sobre a reconstrução da participação do INCT-IDDC, nas pessoas da Pri, do Léo Avritzer, da Mari, do Felipe e do Diego: muito obrigado pelo apoio. Eliara, obrigado pelo carinho em JP! Agradeço aos meus outros amigos, uns mais próximos fisicamente, outros mais distantes. À Bella, pelas horas e horas de catarse, ao Lucas, que sempre me faz gargalhar, à Andrea, que me incentivou intensamente neste período, Milena e Alex, por tantos anos de amizade. Enfim, toda(o)s vocês merecem estar aqui.

Ainda, aos entrevistados, que gentilmente concordaram em participar da pesquisa. Sem eles não haveria dissertação. Por mais que eu discorde de suas posições, o processo de escuta foi muito enriquecedor para o meu crescimento como pesquisador, ao exercer o ofício de ouvir com curiosidade científica.

Por fim, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), por meio do qual recebi uma bolsa de mestrado que foi essencial para o desenvolvimento da pesquisa.

## Resumo

A pandemia de COVID-19 foi um evento politizado e contencioso, que explicitou divisões ideológicas entre extrema direita e progressistas que eram anteriores à crise sanitária. No Brasil, o então presidente Jair Bolsonaro, um populista de ultradireita, fez diversos discursos que atacavam os imunizantes, o que impulsionou um ativismo até então pouco comum no país contra a obrigatoriedade das vacinas e a vacinação infantil para a COVID-19. Esta dissertação é guiada pela seguinte pergunta de pesquisa: qual é a relação entre ideologias políticas e o ativismo contra a obrigatoriedade da vacina para a COVID-19 no Brasil? O objetivo geral da pesquisa é, então, compreender de que forma houve a conexão entre ideologias de direita e o movimento de contestação à vacinação obrigatória para a COVID-19 no Brasil. De forma específica, analisamos as formas de legitimação discursiva e construção de enquadramentos dos ativistas e quais justificativas eles utilizaram para legitimar seus discursos. A pesquisa tem um desenho qualitativo baseado em 42 entrevistas semi-estruturadas com parlamentares e ativistas e na observação participante realizada em 5 eventos: 2 cursos online e 3 protestos presenciais. Como resultado, encontramos nos discursos uma forte homogeneidade ideológica à direita e uma construção identitária que estrategicamente rechaça os rótulos de “antivacina”, “anticiência” e “negacionistas”. Foi também evidente a busca por formas de legitimação discursiva, especialmente através da utilização de referências à autoridade médica, jurídica e às narrativas conspiratórias, que também se baseiam nessas outras duas fontes de legitimação. Ainda, os dados sobre as fontes de informação usadas pelos ativistas, em sua maioria bolsonaristas, demonstram a preponderância da influência de novos *gatekeepers*, que se apresentam como alternativa à mídia tradicional e às instituições científicas peritas.

**Palavras chave:** ativismo, vacinas, extrema-direita, bolsonarismo, populismo, teoria de enquadramento

## **Abstract**

### **"It's not about the vaccine, it's about freedom": The activism against the compulsory vaccination for COVID-19 in Brazil**

The COVID-19 pandemic was a politicized and contentious event, which made explicit ideological divisions between the radical right and progressives that existed before the health crisis. In Brazil, former president Jair Bolsonaro, a radical right populist, made several speeches attacking the COVID-19 vaccines, which fueled an unusual activism against mandatory vaccines and childhood vaccination in the country. This dissertation is guided by the following research question: what is the connection between political ideologies and the activism against mandatory COVID-19 vaccination in Brazil? Specifically, we analyzed the activists' forms of discursive legitimation and framing, and what justifications they used to legitimize their discourses. The research has a qualitative design based on 42 semi-structured interviews with parliamentarians and activists and on participant observation carried out at 5 events: 2 online courses and 3 face-to-face protests. As a result, we found in the speeches a strong ideological homogeneity on the right and an identity construction that strategically rejects the labels of "anti-vaccine", "anti-science" and "denialists". The quest for forms of discursive legitimization was also evident, especially through the use of references to medical and legal authority and conspiratorial narratives, which are also based on these other two sources of legitimization. In addition, the data on the sources of information used by the activists, mostly bolsonaristas, shows the preponderance and influence of new gatekeepers, who present themselves as an alternative to the mainstream media and expert scientific institutions.

**Key words:** activism, vaccines, far-right, bolsonarismo, populism, framing theory

## Lista de Figuras

Figura 1: Bebê sendo vacinado e comparado a camundongos de laboratório	70
Figura 2: Convocação do ato das Mães pela Liberdade BR	70
Figura 3: “Memorial de vítimas” no gramado do Congresso	70
Figura 4: “Memorial de vítimas” na Universidade de Brasília	71
Figura 5: “Vaccine passport, scan this” (passaporte vacinal, escaneie isto)	71
Figura 6: Ato do dia 04/01/2022	74
Figura 7: Ato do dia 22/01/2022	75
Figura 8: Ato do dia 04/02/2022	75
Figura 9: Bolsonaro presidente	76
Figura 10: Os Casos Raros	78
Figura 11: “Covid-1984.”	78
Figura 12: “Meu filho não é cobaia”	79
Figura 13: “Não ao passaporte sanitário, não somos cobaias”	79
Figura 14: Faixas com #AutonomiaParaOsMédicos e #PassaporteSanitárioNão	80
Figura 15: “Controle Social”	81
Figura 16: “Meu corpo, minhas regras”	82
Figura 17: “Meus filhos, minhas regras”	82
Figura 18: Card que ironiza o movimento feminista	83
Figura 19: Brasil Paralelo	125
Figura 20: Missão, Visão e Valores do Brasil Paralelo	125

## Lista de Tabelas

Tabela 1: Exemplo do processo de classificação _____	62
Tabela 2: Correntes de legitimação discursiva _____	64
Tabela 3: Enquadramentos Diagnósticos _____	84
Tabela 4: Enquadramentos Prognósticos _____	90
Tabela 5: Enquadramentos Motivacionais _____	95
Tabela 6: Enquadramentos Identitários _____	99
Tabela 7: Distribuição dos principais enquadramentos diagnósticos por corrente de legitimação discursiva _____	105
Tabela 8: Distribuição dos principais enquadramentos prognósticos por corrente de legitimação discursiva _____	106
Tabela 9: Distribuição dos principais enquadramentos motivacionais por corrente de legitimação discursiva _____	107
Tabela 10: Distribuição dos principais enquadramentos identitários por corrente de legitimação discursiva _____	108
Tabela 11: Fontes de informação e uso das plataformas de mídias sociais _____	115
Tabela 12: Fontes de informação _____	120
Tabela 13: Uso de plataformas de mídias sociais (no geral) _____	121
Tabela 14: Entrevistas, de acordo com a ordem de realização _____	156
Tabela 15: Diagnósticos Únicos _____	165
Tabela 16: Prognósticos Únicos _____	166
Tabela 17: Motivacionais Únicos _____	167
Tabela 18: Identitários Únicos _____	168



## **Sumário**

<b>Introdução</b> .....	1
Pergunta de Pesquisa e Objetivos.....	3
Justificativa.....	3
Metodologia.....	6
Estrutura da dissertação.....	7
<b>Capítulo 1 - Ativismos Antivacina</b> .....	9
O conceito de ativismo.....	9
Um breve histórico do movimento antivacina.....	10
Da Revolta da Vacina ao Ativismo na Pandemia de COVID-19.....	13
O movimento antivacina na era digital.....	17
O desenrolar da pandemia no Brasil.....	24
<b>Capítulo 2 - Um Populismo Antivax?</b> .....	29
Ideologias Políticas e Enquadramentos Interpretativos.....	29
A emergência do populismo digital de direita.....	34
Neoliberalismo como episteme.....	45
A relação entre a direita e teorias da conspiração.....	48
<b>Capítulo 3 - Incursões e Reflexões Metodológicas</b> .....	55
Perfis dos entrevistados.....	65
<b>Capítulo 4 - Uma Análise dos Enquadramentos e Correntes de Legitimação</b> .....	69
As dinâmicas das atividades de observação participante.....	69
Quatro tarefas de enquadramento.....	83
Enquadramentos Diagnósticos.....	84
Enquadramentos Prognósticos.....	90
Enquadramentos Motivacionais.....	95
Enquadramentos Identitários.....	99
As correntes de legitimação discursiva.....	103
Análise das correntes de legitimação discursiva e dos enquadramentos.....	109
Práticas de ativismo digital, usos das plataformas de mídias sociais e hábitos informacionais.....	114
“Em 2022, vote num candidato que defenda as tuas liberdades”.....	126
<b>Considerações Finais</b> .....	129
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	135
Anexo I - Lista de Entrevistas.....	157
Anexo II - Questionário norteador.....	161
Anexo III - Termo de consentimento.....	164
Anexo IV - Demais enquadramentos.....	166

## Introdução

O Brasil é laureado internacionalmente como uma referência na política pública de vacinação (CRUZ, 2017; SOUTO; KABAD, 2020). Os dados exitosos das campanhas do Programa Nacional de Imunizações (PNI) (DOMINGUES, 2020), que em setembro de 2023 completou 50 anos de existência, demonstram que o movimento antivacina nunca foi forte no país, para além da sangrenta Revolta das Vacinas de 1904, marcada por um contexto de extrema violência estatal contra os pobres no processo de vacinação contra a varíola no Rio de Janeiro (SEVCENKO, 1993; HOCHMAN, 2011). Mais de um século depois, na pandemia do novo coronavírus, anunciada em 2020, vimos a insurgência de um ativismo quase que inédito no Brasil, que encontrou respaldo na autoridade máxima do país.

O então Presidente da República, Jair Bolsonaro (Partido Liberal - PL), vocalizou publicamente a recusa às vacinas contra a COVID-19 antes da campanha de imunização começar. Além de ter repetido por diversas vezes que não se vacinou, em outubro de 2021, já com a campanha vacinal em pleno curso, Jair Bolsonaro chegou a associar as vacinas contra a COVID-19 à ocorrência da AIDS (DE SOUZA, 2021). Esta dissertação analisa o caso do ativismo contra a obrigatoriedade da vacina para a COVID-19 no Brasil a partir das divisões político-ideológicas. Essa abordagem dá um passo que vai além das explicações baseadas apenas em falta de informação ou crença em boatos, notícias falsas e teorias da conspiração. Por meio do caso em questão, procuro compreender o imbricamento entre hesitação vacinal, ativismo - tanto digital como em atos presenciais - e ideologias populistas de direita em um contexto de crise sanitária.

O tema da pesquisa tem implicações mais amplas, porque para além da rejeição às vacinas que protegem contra a COVID-19, o Brasil tem apresentado um aumento na hesitação vacinal no que se refere também às demais vacinas, de modo geral. Apesar do estrondoso sucesso das campanhas de vacinação no Brasil desde a criação do PNI em 1973, os dados mostram que, a partir de 2013, portanto ainda bem antes da pandemia de COVID-19, a cobertura vacinal vem caindo (CRUZ, 2017). A queda na adesão à vacinação infantil nos últimos anos levou ao registro de surtos de sarampo em 11 estados em 2018, sendo 90% dos

casos localizados no Amazonas<sup>1</sup>. Em 2019, o Brasil perdeu o status de território livre do vírus (NEVES, 2021). Em 2020, com a pandemia em curso, a aplicação da tríplice viral não chegou a 80% do seu público alvo (ibidem, s/p). O PNI ficou seis meses sem chefia, de julho de 2021 a janeiro de 2022<sup>2</sup>, após a saída da então titular do programa, Francieli Fantinato, que expôs na CPI da COVID no Senado Federal que deixou o cargo por discordâncias com o governo em relação à campanha de vacinação contra a síndrome respiratória causada pelo novo coronavírus (TV SENADO, 2021).

Nessa esteira, os números da vacinação para a poliomielite em 2022 também foram estarrecedores: em 27 de setembro de 2022, a quatro dias do fim da campanha, apenas 52% das crianças haviam sido imunizadas (DOURADO, 2022), o que fez com que a campanha precisasse ser prorrogada. Unidades da federação como Roraima, Acre e Rio de Janeiro não atingiram nem 30% de crianças imunizadas (ibidem). Nesse mesmo sentido, os surtos de meningite vivenciados em 2022 em diferentes estados brasileiros, com crescimento de óbitos pela doença, são também, segundo especialistas, relacionados à baixa cobertura vacinal (FILHO, 2022).

No que tange à COVID-19, a vacinação infantil também teve números muito preocupantes em 2022: somente 37, 28% das crianças de 03 a 11 anos tinham completado o ciclo vacinal com as duas doses da vacina, segundo os dados de 18 de outubro de 2022<sup>3</sup>. Em boletim divulgado em 11 de agosto de 2023, apenas 11% das crianças de 6 a meses a 5 anos haviam tomado pelo menos duas doses da vacina para a COVID-19 (ICICT, FIOCRUZ, 2023). Até setembro de 2023, apenas 16% dos brasileiros tinham tomado a vacina bivalente para a COVID-19, que oferece maior proteção a diferentes cepas da doença (SOUZA, 2023).

Não se vacinar é uma escolha que pode ter diferentes causas, dentre elas as escolhas motivadas por ideologias políticas e religiosas. Ainda que tenhamos dúvidas sobre o tamanho e o real impacto do ativismo contra a vacinação, durante o governo Bolsonaro identificamos iniciativas, a nível governamental e na sociedade civil, para tentar atravancar a vacinação no país. Como um dos exemplos vistos durante a pandemia, podemos citar o fato de técnicos da

---

<sup>1</sup> Ministro alerta secretários de saúde para ampliar cobertura vacinal do sarampo. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/ministro-alerta-secretarios-de-saude-para-ampliar-cobertura-vacinal-do-sarampo>. Acesso em 18 de novembro de 2023.

<sup>2</sup> Trocas na chefia dificultam ação do Programa Nacional de Imunizações. Disponível em <https://saude.ig.com.br/2022-06-13/trocas-chefia-dificultam-acao-programa-nacional-imunizacoes.html>. Acesso em 18 de novembro de 2023.

<sup>3</sup> Vacinação contra a Covid: 37,28% das crianças estão totalmente imunizadas. Disponível em <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/vacinas/noticia/2022/10/18/vacinacao-contra-a-covid-3728percent-das-criancas-estao-totalmente-imunizadas.ghtml>. Acesso em 18 de novembro de 2023.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa, terem recebido e-mails com ameaças para que não aprovassem a vacinação para crianças (FERNANDES, 2021). Esta dissertação investiga as iniciativas contra a vacinação obrigatória para o vírus SARS-COV-2 e a sua relação com ideologias políticas no período de dezembro de 2021 a abril de 2022, durante a pandemia de COVID-19.

## **Pergunta de Pesquisa e Objetivos**

Esta dissertação é guiada pela seguinte **pergunta de pesquisa**: qual é a relação entre ideologias políticas e o ativismo contra a obrigatoriedade da vacina para a COVID-19 no Brasil?

O objetivo geral da pesquisa é, então, compreender a conexão entre ideologias de direita e o ativismo de contestação a vacinação obrigatória para a COVID-19 no Brasil. Os objetivos específicos da dissertação são analisar os enquadramentos utilizados por ativistas sobre a vacinação e examinar quais justificativas eles utilizaram para legitimar seus discursos.

## **Justificativa**

A escolha do caso se justifica pelo interesse em entender como o ativismo contra a vacinação pode ter ganhado espaço em um país cuja cultura de imunização é reconhecida internacionalmente (HOCHMAN, 2011; SOUTO, KABAD, 2020). O que houve de inédito no Brasil foi ter, em uma pandemia, um presidente que atacou publicamente os imunizantes e disse, em várias ocasiões, que não se vacinou. Essa influência, que parte da mais alta instância representativa do país, a Presidência da República, ocupada por um mandatário de extrema direita, encontrou guarida entre ativistas de direita que são muito vocais nas suas reivindicações contra a vacinação obrigatória, em muitos casos disseminando também desconfiança nas vacinas. Com esse estudo de caso, buscamos contribuir com discussões mais amplas sobre a relação entre ideologia política e comportamento político, em um contexto de grave crise sanitária como a pandemia de COVID-19, que, até 21 de outubro de 2023, dizimou 706.531 pessoas no Brasil<sup>4</sup> e causou mais de 6,97 milhões de mortes no mundo<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Brasil tem maior número de novas mortes por covid desde junho. Disponível em <https://www.poder360.com.br/coronavirus/brasil-tem-maior-numero-de-novas-mortes-por-covid-desde-junho/> . Acesso em 29 de outubro de 2023.

<sup>5</sup> WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard. Disponível em <https://covid19.who.int/?mapFilter=deaths>. Acesso em 29 de outubro de 2023.

A dissertação está, portanto, inserida em um contexto de debate acerca do negacionismo científico e da hesitação vacinal. No entanto, é preciso explicitar, de início, que os ativistas contrários à obrigatoriedade das vacinas que foram entrevistados rechaçam o título de “antivacina”. Ao contrário, todos os entrevistados frisaram que seus cartões de vacina estão completos, já que sempre se vacinaram contra doenças há muito conhecidas, como a poliomielite, sarampo, meningite, dentre outras, mas que não aprovam a “imposição” da vacina contra a COVID-19, ainda que alguns deles tenham se vacinado com uma ou duas doses. Portanto, utilizaremos, preferencialmente, o termo “ativismo contra a vacinação obrigatória” ou “contra o passaporte vacinal ou sanitário” para nos referirmos ao objeto em estudo, ainda que façamos a necessária discussão sobre hesitação vacinal e a pertinente revisão de literatura sobre o ativismo antivacina de modo geral.

A literatura sobre a crise do novo coronavírus tem apontado para os vínculos entre ideologias políticas e a adesão às medidas de combate à doença (CESARINO, 2020b, CALVO; VENTURA, 2021, AJZENMAN ET AL., 2021; RUISCH ET AL., 2021). No que se refere às vacinas, a adesão à imunização em diferentes países tem sido afetada por preferências ideológicas anteriores à pandemia (AMARAL ET AL., 2022).

Durante a pandemia de COVID-19, após pronunciamentos do então presidente Jair Bolsonaro que questionam a eficácia de vacinas e sobretudo criticam a sua obrigatoriedade, vimos uma insurgência de conteúdo relacionado à rejeição aos imunizantes e ao passaporte sanitário, que podem ser entendidos, em maior ou menor medida, como parte de um processo de hesitação vacinal (MACDONALD; SAGE, 2015) nas mídias sociais<sup>6</sup>. A hesitação vacinal é definida como “o processo de recusa ou o atraso na aceitação de vacinas, apesar da disponibilidade nos sistemas de saúde” (MACDONALD, SAGE WORKING GROUP, 2015, p.4161). Ainda que a desconfiança em relação às vacinas contra a COVID-19 não seja muito forte no Brasil, se comparada aos Estados Unidos (HAMEL ET AL., 2021; BAINES; ITTEFAQ; ABWAO, 2021) e aos países europeus (LARSON ET AL., 2016; EUROPEAN COMMISSION, 2018; LAZARUS ET AL. 2021), há o registro de evidências de que parcela da população brasileira elegível para a vacinação escolheu não se imunizar. De acordo com pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios de julho de 2021, havia registros de recusa à vacinação em 74,2% das prefeituras consultadas (VALENTE, 2021). Os imunizantes mais

---

<sup>6</sup> Posicionamento presidencial sobre vacinas repercute em grupos antivacina. Disponível em <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/09/09/posicionamento-presidencial-sobre-vacinacao-repercute-em-grupos-antivacina.htm>. Acesso em 18 de novembro de 2023.

rejeitados eram a Coronavac, em 50,6% dos municípios analisados, e a Astrazeneca, em 39,3% (idem).

Como bem pontua a epidemiologista Carla Domingues (2020, p.4), que foi coordenadora do Programa Nacional de Imunizações de 2011 a 2019, para além dos desafios orçamentários e logísticos para a vacinação - como por exemplo o armazenamento dos imunizantes em refrigeração adequada, dentre outros - a campanha de imunização impôs o desafio de definir uma estratégia de comunicação capaz de atingir grande adesão da população brasileira à vacinação, apesar dos “grupos antivacina” e da desinformação que circula nas mídias sociais.

As experiências de diferentes países do mundo em relação à desinformação na pandemia têm sido foco de inúmeros estudos. Já no primeiro ano da pandemia, houve a publicação de um conjunto expressivo de pesquisas que analisaram a produção e disseminação de conteúdo desinformativo nas mídias sociais, tanto no caso do Brasil (RECUERO; SOARES, 2020; MACHADO et al., 2020), como nos Estados Unidos (MOTTA; STECULA; FARHART, 2020, Itália (LOVARI, 2020), Peru (ALVAREZ-RISCO et al., 2020), República Dominicana (TAPIA, 2020), Índia (KADAM; ATRE, 2020) e China (HUA; SHAW, 2020), dentre outros países.

Entretanto, o objetivo desta dissertação não é analisar a desinformação relacionada à COVID-19 no Brasil, objetivo cumprido, entre outros, pelos estudos de Recuero e Soares (2021) e Machado et al. (2020). Em decorrência desse recorte, não nos preocupamos diretamente com a diferença entre *disinformation* e *misinformation*, explicada por Wardle e Derakhshan (2017). Portanto, não houve a classificação de acordo com a intencionalidade de enganar (desinformação) ou a ausência da intenção de desinformar (*misinformation*). Argumento também que medir essa motivação é tarefa muitas vezes difícil ou inviável, o que traz desafios metodológicos para o campo.

O foco é, então, na interconexão entre esse ativismo que questiona à obrigatoriedade das vacinas para a COVID-19 e ideologias de direita. Assim, essa dissertação faz parte de um esforço para mapear os enquadramentos do debate público sobre a vacinação contra a COVID-19. A partir dessa contribuição, será possível analisar a disputa discursiva (MENDONÇA, SIMÕES, 2022) em torno da imunização no Brasil, ajudando a entender fatores que lançam luz sobre as motivações ideológicas do fenômeno do ativismo contra a obrigatoriedade das vacinas no Brasil.

## Metodologia

Pesquisar temas relacionados à pandemia de COVID-19, ainda mais no contexto pandêmico, trouxe o desafio de buscar compreender um contexto que estava em movimento (FONSECA, 2021) e que foi marcado por incertezas impostas pela conjuntura de crise sanitária. Isso trouxe implicações metodológicas para o trabalho, uma vez que tornou ainda mais difícil limitar o escopo de coleta e análise de dados e também interpretar a realidade na qual estávamos imersos. Ademais, a emergência sanitária impôs medidas como o uso de máscara e o distanciamento social que afetaram a relação com os atores estudados, ao se realizar entrevistas e observação participante em protestos, por exemplo. Usar máscara, por si só, pode ter representado um posicionamento ideológico.

A pesquisa adota um desenho de pesquisa qualitativo, no qual é desenvolvido um estudo de caso sobre o ativismo contra a obrigatoriedade das vacinas no Brasil. Por meio desse estudo de caso, a dissertação contribui para a literatura sobre ativismo, e também ajuda a compreender o bolsonarismo como um movimento populista de direita radical que perpassa as fronteiras entre Estado e sociedade civil. Mais especificamente, buscamos contribuir para a agenda de pesquisa sobre pandemia, que conta com trabalhos que analisam tanto a conexão entre ideologias políticas e aderência às medidas de combate à COVID-19 (CALVO; VENTURA, 2021, AJZENMAN ET AL., 2021, MULDOON ET AL., 2021), como as que também têm a mobilização da sociedade civil na pandemia como foco (FONSECA, 2021; ABERS; ROSSI; VON BÜLOW, 2021, BACCARIN, 2022).

De dezembro de 2021 a abril de 2022 foram realizadas 42 entrevistas semiestruturadas com ativistas e parlamentares. Também utilizei a técnica de observação participante em cinco eventos, sendo duas reuniões *online* e três protestos presenciais que ocorreram em Brasília, todos em janeiro e fevereiro de 2022. A seleção dos entrevistados atendeu tanto critérios de relevância na atuação contra o passaporte sanitário, como também o método “bola-de-neve”, que conta com a indicação dos entrevistados para a identificação de mais contatos. Foi também usado o critério de menção a parlamentares em notícias com o termo “passaporte sanitário” em buscas realizadas no motor de pesquisas do Google. Em relação aos ativistas, parte das entrevistas (11 delas) com esse público foi feita em três protestos presenciais em Brasília, nos dias 04 de janeiro, 22 de janeiro e 04 de fevereiro de 2022, onde foi possível observar as práticas, os discursos e os repertórios de atuação desses atores. As demais entrevistas foram feitas online, ao longo dos primeiros quatro meses de 2022, período de intensa discussão sobre a implementação de medidas de exigência de “passaportes vacinais” pelo país. Como disposto

no anexo metodológico I, foram entrevistados 14 parlamentares, sendo 1 deputado federal, 5 deputados estaduais, 1 deputada distrital e 7 vereadores. Os outros 28 entrevistados são ativistas, com diferentes níveis de participação em atos ou adesão a práticas ativistas, digitais ou não, contra a vacinação obrigatória (ver lista de entrevistadas(os) no Anexo 1).

Em relação à observação participante online, os eventos observados foram dois “cursos de formação” sobre o passaporte sanitário e a vacinação infantil, feitos via Zoom pelo Deputado Federal Diego Garcia (então no Podemos, Paraná, hoje no Republicanos), nos dias 03 e 13 de janeiro de 2022. A partir do curso online, tomei conhecimento de protestos que ocorreriam no Brasil contra a vacinação obrigatória, e pude também entrar em canais e grupos no Telegram voltados para a discussão do tema. Os registros feitos durante essas observações participantes online subsidiaram parte da análise e incrementaram o entendimento sobre enquadramentos e o posicionamento ideológico à direita.

Para alcançar o objetivo de mapear e compreender os enquadramentos e formas de legitimação discursiva utilizadas pelos atores foi realizada análise de conteúdo qualitativa das 42 entrevistas, depois de inteiramente transcritas. Essa análise foi feita de modo indutivo, a partir dos dados coletados, e também de maneira dedutiva, ancorada na literatura sobre enquadramentos de ação coletiva (BENFORD, SNOW, 2000) e legitimação discursiva (VAN LEEUWEN, 2007). No capítulo 3, há uma explicação detalhada sobre as categorias de análise. Por meio das técnicas de pesquisa qualitativa acima descritas, em conjunto com os registros feitos nas observações participantes *online* e *offline*, foi possível identificar a sobreposição de enquadramentos e discursos moldados por ideologias políticas de direita, as características dos protestos, repertórios de ação coletiva digitais e presenciais e de que maneira se deu a participação de líderes eleitos.

Este é um esforço inicial para compreender esse tipo de ativismo contra a obrigatoriedade das vacinas. Futuramente, em outras pesquisas, será possível investigar melhor os impactos no aumento da hesitação vacinal, sobretudo na vacinação infantil, e como esse ativismo está afetando outras campanhas de vacinação do PNI.

## **Estrutura da dissertação**

Para além desta introdução, a dissertação está dividida em quatro capítulos, sendo os dois primeiros de cunho mais teórico e os dois últimos mais empíricos, baseados na análise dos dados. No capítulo 1, abordamos o debate sobre hesitação vacinal e movimentos antivacina



pelo mundo, traçando algumas semelhanças e diferenças entre o observado recentemente no Brasil e em outros países. Também, desenvolvemos uma discussão sobre o ativismo digital, especificamente o mobilizado pela direita radical, considerando as implicações da digitalização para a ação coletiva, tendo em mente que o avanço do ativismo que questiona as vacinas passa fortemente pela popularização das plataformas de mídias sociais na última década, particularmente no Brasil. Ainda, apresentamos uma breve linha do tempo que lança luz sobre o contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil sob o governo do ultradireitista Jair Bolsonaro.

No capítulo 2, construímos uma reflexão ancorada na literatura sobre populismo de direita. Assim, conseguimos situar a experiência populista brasileira durante a pandemia em um contexto mais amplo e mundial de aprofundamento de discursos negacionistas de líderes da direita radical populista. No capítulo 3, descrevo a metodologia e discuto as implicações éticas de estudar um movimento conspiracionista, inserido na direita bolsonarista, do qual eu sou completamente distante ideologicamente. No capítulo 4, por sua vez, nos debruçamos sobre os dados empíricos coletados a partir das entrevistas semi-estruturadas e atividades de observação participante. Neste sentido, examinamos informações sobre as diferentes congregações político-ideológicas identificadas; as práticas de ativismo digital e *offline*; a mobilização de discursos religiosos; bem como a menção às fontes de informação e desconfiança na imprensa e instituições públicas, inclusive científicas, o que incorre em uma forte crise epistêmica que tem sido identificada não apenas nesta pesquisa, mas em outros esforços coetâneos, de outros pesquisadores (NGUYEN, 2020; MEDE, SCHÄFER, 2020; CESARINO, 2021; MENDONÇA ET AL., 2023).

Assim, analisamos os diferentes enquadramentos e estratégias de legitimação discursiva detectadas nas falas dos entrevistados e também durante protestos presenciais e cursos online. Além disso, mapeamos diferentes estratégias organizacionais e de atuação dos ativistas e suas articulações com representantes eleitos, sobretudo parlamentares dos três níveis da federação. À guisa de conclusão, fazemos um balanço sobre as diversas implicações dos dilemas identificados para a política pública da imunização brasileira de forma mais ampla e traçamos também passos futuros da pesquisa, considerando que o Brasil tem vivido um processo mais amplo de involução vacinal (CRUZ, 2017; NEVES, 2021; DOURADO, 2022).

## Capítulo 1 - Ativismos Antivacina

Neste capítulo, o objeto “ativismo contra a obrigatoriedade da vacina para a COVID-19” é situado no contexto geral do ativismo antivacina. Ainda que os entrevistados rejeitem este rótulo e não se reivindicuem assim, essa negação é, por si só, um dado que expõe uma estratégia importante do movimento para evitar reações negativas do público, tática que é registrada pela literatura sobre o ativismo antivacina, inclusive antes da pandemia de COVID-19 (KATA, 2010; 2012; HUSSAIN ET AL., 2018, CAPURRO ET AL., 2022). Assim, passamos para uma revisão pertinente sobre a literatura que analisa o fenômeno de movimentos que questionam a vacinação no mundo e, depois, no Brasil. Antes, é importante definir alguns conceitos.

### O conceito de ativismo

Aqui, cabe apresentar a definição de ativismo que guia esta dissertação. O conceito de ativismo é definido por Abers como a “busca de oportunidades para se defender causas contenciosas” (ABERS, 2019, p.23). Essa definição engloba desde atores da sociedade civil como também burocratas e lideranças eleitas e, portanto, é apropriada para analisarmos diferentes fenômenos que incluem uma diversidade de atores, como é o caso do ativismo antivacina. Em relação ao aspecto da “busca de oportunidades”, Rebecca Abers (2019, p.25) salienta que os ativistas podem migrar para “novos projetos e organizações se os anteriores falharem em oferecer oportunidades para a promoção das causas que os interessam” (tradução do autor).

Abers, Silva e Tatagiba (2018) explicam que as políticas públicas pautam movimentos sociais e são também pautadas por eles. Essa ligação é impactada pelo contexto político, que não é externo aos atores, mas sim envolve diferentes estruturas relacionais entre eles, de maneira que “os atores políticos (entre os quais os movimentos sociais) adquirem acesso diferenciado aos recursos materiais e simbólicos que circulam nessas estruturas, influenciando e distinguindo sua capacidade de agência e conseqüentemente de influência sobre a política pública.” (ABERS, SILVA, TATAGIBA, 2018, p.17).

O contexto político não deve ser entendido “como cenário ou ambiente” de fundo, mas como a teia de relações entre diversos atores que, ao interagirem, também estão co-criando este

contexto (ABERS, SILVA, TATAGIBA, 2018, p.23). Dentro das limitações impostas pelo contexto, os atores podem encontrar espaço e brechas para exercerem sua agência em meio às redes de interação, já que a ação não é completamente isolada (ibidem, p. 27).

As oportunidades políticas são interpretadas pelos atores com base em seu contexto cultural (GOODWIN; JASPER, 1999). Assim, a percepção do eventual surgimento de uma oportunidade ou restrição política cabe aos atores inseridos em um movimento. Em outras palavras, o entendimento de oportunidade política não é estanque, mas varia de acordo com os movimentos sociais, de modo que alguns movimentos “respondem mais a ameaças que a oportunidades políticas em determinadas conjunturas” (GOODWIN; JASPER, 1999, p. 39). Os autores salientam que assim como os ativistas, estrategicamente, podem criar suas próprias oportunidades políticas, eles podem também construir suas próprias estruturas de mobilização (ibidem, p. 46). Pois, afinal, “diferentes regimes Estado-Sociedade Civil, ao apresentarem e possibilitarem distintas formas de reconhecimento das demandas societárias, tenderiam a oferecer maiores ou menores oportunidades para a atuação de atores como os movimentos sociais, envolvidos centralmente na construção e expressão de tais demandas.”(ABERS, SILVA, TATAGIBA, 2018, p.32).

Argumentamos que a conjuntura política que, no Brasil, uniu a pandemia ao populismo anticientífico de direita de Bolsonaro, ensejou oportunidades para ativistas avançarem neste ativismo contra a vacinação obrigatória para a COVID-19. Para alguns atores, que foram alçados ao posto de lideranças deste movimento, como jornalistas, advogados e, sobretudo, médicos, a oportunidade foi de obter mais fama, prestígio e, conseqüentemente, retorno financeiro. Muitos desses médicos, como os pertencentes ao grupo Médicos pela Vida, divulgaram seus serviços de tratamentos alternativos, como o precoce com o chamado “kit covid”, (FERRARI ET AL., 2022) e, posteriormente, com o avanço da vacinação, os atestados de isenção vacinal e ainda o “detox” ou reversão da vacina para os vacinados, como os dados coletados mostram (ver capítulo 4).

## **Um breve histórico do movimento antivacina**

Alguns dos argumentos do movimento antivacina usados contemporaneamente remontam, na verdade, à liga antivacina de Londres, da metade do século 19 (HUSSAIN ET AL., 2018). Como explicam os autores, “a liga enfatizava que sua missão era proteger as

**liberdades do povo que estavam sendo "invadidas"** pelo Parlamento e suas leis de vacinação obrigatória" (tradução e grifo nossos, p. 1). Assim, parte das justificativas e temores contra a vacinação têm sua base nos primórdios do desenvolvimento da imunização contra a varíola, pelo médico inglês Edward Jenner em 1796<sup>7</sup>, e perduraram ao longo dos próximos três séculos.

A antropóloga Heidi Larson (2018), pesquisadora da hesitação vacinal, aponta a propagação da desinformação como um dos principais fatores que têm minado a confiança nas vacinas, essenciais para a saúde pública. De acordo com o monitoramento de Larson, (2018), feito antes da pandemia, o sentimento em relação às vacinas foi considerado volátil, podendo sofrer impacto do contágio emocional provocado pelas mídias digitais. A utilização da ciência como uma forma de legitimar discursos de médicos com credenciais reconhecidas foi também indicada como uma das estratégias de desinformação. Essa desinformação, traduzida em hesitação vacinal, teve impactos reais na saúde pública: no inverno de 2018, das 183 crianças que morreram por complicações da gripe nos Estados Unidos, 80% não haviam recebido a vacina para a doença (LARSON, 2018).

A reemergência do sarampo nos anos 2010 mostra o impacto da circulação de informações inverídicas antigas, desmentidas há mais de 20 anos (CAMARGO JR, 2020). A publicação de 1998 do médico Andrew Wakefield na Revista Lancet, que associava a administração da vacina tríplice viral, administrada contra o sarampo, a caxumba e a rubéola, à ocorrência de autismo em crianças, demorou 12 anos para ser retratada (LARSON, 2018). Isso é salientado por Hussain et al. (2018) como o principal motivo para o espalhamento desse boato causador de medo e hesitação nos pais de crianças, inclusive com a incidência de vários surtos de sarampo registrados em diferentes países, como o Reino Unido, a França, a Irlanda e os Estados Unidos. Uma outra causa citada por Larson (2018) é o vislumbre de vantagens financeiras por parte de líderes antivacina, que enxergam esses debates como “oportunidade financeira para vender livros, serviços e outros produtos” (LARSON, 2018, p. 309). Ainda, a pesquisadora percebe a instrumentalização política do debate antivacina, através do qual se busca polarizar a sociedade para obter ganhos eleitorais.

A vacina contra o papilomavírus humano (HPV) é também mencionada como um imunizante que gerou grande resistência em países como Dinamarca e Irlanda, de maneira que o primeiro país teve quedas de 90% de cobertura vacinal para o HPV em 2000, e na segunda nação, em 2005, essa taxa não chegou a 20% do público alvo (LARSON, 2018). A atuação dos

---

<sup>7</sup> Learn the story of these life-saving jabs. Disponível em <https://www.who.int/news-room/spotlight/history-of-vaccination/a-brief-history-of-vaccination>. Acesso em 29 de março de 2023.

governos dinamarquês e irlandês para incentivar a adesão à campanha, mostrando os riscos do vírus HPV, causador do câncer do colo de útero, se tornou imperiosa.

No que concerne ao ativismo contra a vacinação, Kata (2010; 2012) acentua como essas ideias passam a ter certo destaque no *mainstream* quando há a presença de celebridades que apoiam o movimento e ajudam a semear dúvidas acerca dos imunizantes, de forma geral. Dentre as ações que são feitas para que os ativistas hesitantes em relação às vacinas consigam espalhar suas mensagens, Kata (2012) identificou quatro táticas discursivas e de atuação:

- 1) **Visão enviesada do que é ciência**, através da rejeição a visões pró-vacina;
- 2) **Mudança de hipóteses**, quando não há grande sustentação das teorias antivacina;
- 3) **Censura**, ao silenciar os críticos das suas posições;
- 4) **Ataque à oposição**, por meio de insultos pessoais e processos legais.

Uma das estratégias do movimento antivacina é o fato de não desprezarem toda e qualquer ciência, mas buscarem legitimidade científica para suas teorias contrárias às vacinas (LYNCH, 2020). Afinal, “a ciência é aclamada quando aparece para reforçar suas posições” (KATA, 2012, p.3781, tradução própria).

O *master frame* (BENFORD; SNOW, 2000) de que não são antivacina, mas a favor de vacinas seguras e com maior tempo de pesquisa, identificada por Kata (2010, 2012) em análise do conteúdo de *websites* que questionam as vacinas em 2009 (KATA, 2010), aparece muito fortemente nas falas dos ativistas brasileiros em 2022. Há então esse reconhecimento por parte dos ativistas de que o termo antivacina traz em si uma carga pejorativa (KATA, 2012).

A defesa da “decisão informada”, ou do “consentimento informado” (KATA, 2012), detectada no ativismo antivacina anterior à pandemia, também é uma máxima do ativismo contra a obrigatoriedade das vacinas para a COVID-19. Há uma preocupação muito maior com os riscos dos efeitos adversos do que com os benefícios dos imunizantes (KATA, 2012), ou uma minimização dos riscos das doenças das quais as vacinas protegem (MATOS, COUTO, 2023). O fato dos governos tentarem exigir um passaporte vacinal leva ao argumento: se a vacina fosse boa e segura, todos tomariam livremente (KATA, 2012).

Muitas das epistemologias populares, que se colocam como alternativas ao conhecimento hegemônico, carecem de evidências, mas são incentivadas (VAN ZOONEN, 2012; LYNCH, 2020). A defesa de que a imunidade natural, isto é, “pegar a doença”, seria melhor do que a vacina ignora riscos e possíveis sequelas das doenças (MATOS, COUTO,

2023). Em relação à vacinação infantil contra a COVID-19, os pais estariam protegendo seus filhos não da doença, mas dos possíveis riscos de efeitos adversos das vacinas, julgados como piores que a infecção natural, como também descrito por Kata (2010) em relação a outras vacinas, anteriores à pandemia.

No que tange às táticas discursivas de legitimação de profissionais apoiadores do movimento e ataque aos detratores, os ativistas antivacina no geral sustentam o argumento de que há perseguição aos médicos que desafiam o *status quo* (CAMARGO JR., 2020), ou a ortodoxia científica (KATA, 2012). Esses médicos desafiantes são vistos como corajosos e suas ideias são aceitas como verdade. Deste ponto de vista, “as autoridades são invocadas quando elas apoiam a opinião desejada” (KATA, 2012, p.3784).

No campo da saúde, as pesquisas têm apontado para os perigosos impactos de notícias e teorias infundadas (SWIRE-THOMPSON; LAZER, 2020, BAINES; ITTEFAQ; ABWAO, 2021). Com a popularização das mídias digitais, o movimento antivacina tem crescido nas redes (JOHNSON ET AL., 2020) e, ao que tudo indica, fez com que novos surtos de sarampo fossem registrados ao redor do mundo, apesar da disponibilidade da vacina para a doença (CAMARGO JR, 2020).

Passamos, a seguir, para uma breve discussão sobre a Revolta da Vacina no Brasil, do início do século XX, e as diferenças entre aquele momento histórico e o atual, da pandemia de COVID-19.

## **Da Revolta da Vacina ao Ativismo na Pandemia de COVID-19**

Em relação ao Brasil, o historiador Nicolau Sevcenko (1993), em sua obra sobre a Revolta da Vacina, salienta que havia um discurso contrário à vacina que era propagado por personalidades como Rui Barbosa, o que aumentava a tensão e desconfiança em relação à vacina da varíola. Em 1904, a insurreição contra a vacinação tornou-se política, na medida em que a oposição ajudou a semear o clima de desconfiança na vacina contra a varíola, na busca de instrumentalizar politicamente a rebelião. Aliás, foi formada uma Liga Contra a Vacina Obrigatória, que passou a ser presidida pelo Senador Lauro Sodré, ligado ao trabalhismo e a movimentos das classes operárias (SEVCENKO, 1993).

O movimento contra a vacinação obrigatória conseguiu juntar milhares de pessoas nas ruas do Rio de Janeiro e mergulhou a cidade em uma guerra (SEVCENKO, 1993, p.17). A

repressão policial foi muito intensa, com grande mobilização das forças policiais e militares, e sangue de civis foi derramado. A situação só se arrefeceu nas ruas quando o governo revogou a lei de obrigatoriedade da vacina antivariólica.

Se durante a Primeira República a revolta da vacina foi incentivada pela oposição ao governo (SEVCENKO, 1993), como maneira de desgastá-lo, durante a pandemia de COVID-19 a descrença nos imunizantes foi disseminada pelo próprio presidente da República. No caso da Revolta da Vacina da Primeira República, o governo quis fazer uma campanha de vacinação obrigatória “fulminante” contra a varíola, o que com certeza aumentou em muito a desconfiança e rejeição da população: “Não havia qualquer preocupação com a preparação psicológica da população, de quem só se exigia a submissão incondicional. Essa insensibilidade política e tecnocrática foi fatal para a lei da vacina obrigatória. Infelizmente, não só para ela.” (SEVCENKO, 1993, p. 10).

O caráter autoritário da reforma urbana de 1903, que demoliu casas e desalojou milhares de trabalhadores pobres em nome da modernização da capital federal, levou a um grande sentimento de revolta. A insurreição não tinha lideranças e objetivos explícitos, apesar de ter sido inflamada pela oposição ao governo. A partir do momento que os confrontos cresceram, a insatisfação popular se espalhou pela cidade como fogo no palheiro. Nas palavras de Sevcenko (1993, p.50), “a revolta não visava o poder, não pretendia vencer, não podia ganhar nada. Era somente um grito, uma convulsão de dor, uma vertigem de horror e indignação”.

É também levantada a hipótese de que a rejeição à vacina contra a varíola poderia ter também a ver com crenças religiosas, de matriz africana (HOCHMAN, 2011). Somada à repressão e ao racismo sofrido pela população afro-brasileira na época da “reforma urbana” e da truculenta campanha de vacinação contra a varíola, é compreensível que houvesse forte hesitação vacinal. Este foi um dos episódios mais dramáticos e violentos da Primeira República, marcado por violência estatal e profunda exclusão social.

A campanha de vacinação contra a varíola em 1904 foi justificada pela necessidade de se combater a epidemia da doença que assolava o Rio de Janeiro e paralisava “o comércio internacional, a imigração, o fluxo marítimo e a vida econômica e social” (HOCHMAN, 2011, p.377) da então capital federal brasileira. Por conta da febre amarela, a cidade tinha no exterior o infame título de “túmulo de estrangeiros” (SEVCENKO, 1993, p.32). Assim, com a intenção também de melhorar a imagem internacional do país, em conjunto com uma grande reforma urbana feita no Rio de Janeiro, o médico Oswaldo Cruz capitaneou uma campanha de vacinação obrigatória contra a varíola, cuja compulsoriedade foi aprovada pelo Congresso Nacional em outubro de 1904. Dentre as prerrogativas da lei, estava a exigência de

comprovante de vacinação para “matrículas em escolas, acesso a empregos públicos, casamentos e viagens”, além de permitir que os agentes sanitários entrassem nas residências para vacinar os seus habitantes (HOCHMAN, 2011, p. 378).

A campanha encontrou grande resistência dos mais diversos setores da população: monarquistas, militares e elites que se opunham ao presidente Rodrigues Alves (1903-1906), e que viram ali uma oportunidade para desgastar o governo e tentar um golpe (SEVCENKO, 1993), populares que viam a vacinação como uma invasão à propriedade, e também cidadãos que foram expulsos do centro da capital durante a reforma urbana, que buscava “embelezar” e “modernizar” o Rio de Janeiro. Nesse contexto de grande exclusão social, a forma truculenta com que a vacinação foi conduzida levou a uma revolta, daí o nome Revolta da Vacina, que durou de 10 a 16 de novembro de 1904, quando instaurado Estado de Sítio para controlar a rebelião, o que envolveu grande repressão, prisões e deportações (ibidem, p.378).

Apesar do episódio, a campanha logrou êxito em reduzir consideravelmente os casos de varíola no país, ainda que alguns surtos tenham sido registrados nas décadas seguintes. Devido ao sucesso da vacina, a varíola deixou de constar como uma prioridade sanitária dos órgãos públicos de saúde na década de 30, no governo Vargas. As prioridades passaram a ser “a tuberculose, a lepra, a malária e as chamadas endemias rurais” (ibidem, p.378).

Entretanto, a varíola ainda não havia sido erradicada. Organizações internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) discutiam nos anos 40 e 50 a varíola como um problema de saúde pública global. No Brasil, em 1958, Juscelino Kubitschek incluiu novamente a doença na agenda da saúde pública brasileira (HOCHMAN, 2011, p. 379). Em relação aos demais países sul-americanos, o Brasil estava atrasado em termos de imunização e acabava exportando casos para a região.

Uma campanha específica de erradicação da varíola feita após o golpe militar de 1964 se tornou propaganda para o regime autoritário, que contou com orçamento internacional para realizar a campanha, por meio da produção de vacinas e maior capilaridade municipal e estadual para a implementação da política pública, inclusive em lugares públicos, com a frequente presença de líderes locais e da imprensa (HOCHMAN, 2011, p. 382). Isso tudo contribuiu para aumentar a transparência e a aceitação popular das campanhas de vacinação no Brasil, de modo que em 1971 o país registrou os últimos 19 casos de varíola. Em 1973, o Brasil recebeu um certificado internacional de erradicação da varíola.

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) foi criado em 1975 com o objetivo de promover a vacinação no Brasil, na esteira da erradicação da varíola no território brasileiro. “A mobilização pública em torno da imunização” no Brasil teria alçado à população brasileira ao



status de detentora de uma “cidadania biomédica inclusiva”, graças a boa cobertura vacinal pública, apesar das profundas desigualdades sociais do país (HOCHMAN, 2011, p. 376).

Para além da Revolta das Vacinas na cidade do Rio de Janeiro, em 1904, não há registros de movimentos antivacinistas organizados vultosos no Brasil, se comparado aos países do norte global. Até mesmo durante a repressão da ditadura militar, avessa “a concentrações populares”, a população fez filas em praças públicas para ser imunizada (HOCHMAN, 2011, p.376).

Uma exceção recente à adesão vacinal no Brasil é a resistência à vacina contra o HPV. A campanha de vacinação contra este vírus foi iniciada em 2014, e a circulação de desinformação acerca do imunizante, também registrada nesta dissertação, foi notada em outras pesquisas (GARCIA, 2017; MATOS, COUTO, 2023). No caso da vacina contra o HPV, “tabus relacionados à sexualidade afetam sobremaneira a percepção de pais e mães, simplesmente pelo fato de a doença prevenível neste caso ser sexualmente transmissível.” (MATOS, COUTO, 2023, p. 4). Há também uma questão de classe social que deve ser levada em conta e já foi investigada em outros estudos brasileiros (BARATA ET AL., 2012, BARBIERI, 2014), de modo que se concluiu que pais dos estratos A e classes médias apresentaram maior hesitação vacinal que os pertencentes aos estratos E.

Os discursos de oposição às vacinas são “contra-hegemônicos e vão de encontro a discursos oficiais”, tensionando o saber científico consolidado (GARCIA, 2017, p.102). A propagação de boatos e desinformação nas mídias sociais ocorre com altíssima rapidez, em um fluxo incontrolável, que atravessa diferentes plataformas e já não se restringe às fronteiras nacionais. “Os boatos, nesse sentido, representam uma disputa simbólica entre o discurso oficial e outros, marginais, na conformação dos sentidos sociais sobre a vacina - e as redes sociais estão no centro desse processo.” (GARCIA, 2017, p.104).

Na pandemia de H1N1, em 2010, boatos contra a vacina para a doença em questão também foram espalhados (GARCIA, 2017, p.104). A circulação de informação falsa por e-mails (THENÓRIO, 2010), que diziam que a vacina continha substâncias tóxicas que levariam à morte da população, levou o Ministério da Saúde a divulgar uma nota de esclarecimento que desmentia esse e outros boatos (GARCIA, 2017).

A vacinação para crianças e adolescentes é compulsória desde 1973, quando foi criado o Programa Nacional de Imunizações (PNI), e o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que os pais que não vacinarem seus filhos podem ser sancionados por meio de multas que podem chegar a 20 salários mínimos (MODELLI, 2018). O êxito das campanhas de vacinação coordenadas pelo PNI demonstra que os grupos antivacina nunca tiveram grande expressão no

Brasil, mas os dados do programa mostram que, pelo menos desde 2013, a cobertura vacinal para crianças e adolescentes têm caído e, em alguns casos, está abaixo da meta do Ministério da Saúde (CRUZ, 2017).

Para Carla Domingues, ex-coordenadora do PNI, há uma contradição: o próprio sucesso da política pública ao longo dos seus cinquenta anos de existência seria uma explicação para a queda da cobertura vacinal (CRUZ, 2017). Na medida em que doenças como a poliomielite e o sarampo foram erradicadas pela vacinação no Sistema Único de Saúde, uma parcela dos pais que foi vacinada e não conviveu com as doenças já não percebe a urgência de vacinar seus filhos (CRUZ, 2017).

Dentre fatores logísticos, como dificuldade de acesso aos postos de vacinação e falta de busca ativa do público alvo das campanhas, a desinformação disseminada por grupos antivacina na internet é também apontada como uma das explicações para a queda da cobertura vacinal, ainda que o Brasil careça de mais estudos sobre isso (SATO, 2018). Assim, o percentual de crianças que tomou a segunda dose da vacina tríplice viral caiu para 76% em 2016 e a de poliomielite não passou de 84% naquele ano (ibidem, p. 21).

## **O movimento antivacina na era digital**

A internet é um meio central para a circulação de ideias e sentimentos antivacina (KATA, 2010; JOHNSON ET AL, 2020, BONNEVIE ET AL., 2021, RATHJE ET AL., 2022). Em relação ao ativismo digital especificamente, von Bülow, Gobbi e Dias (2022, p.313) o definem como “o conjunto de práticas de indivíduos e/ou coletivos que têm como objetivo promover publicamente causas contenciosas por meio de processos de apropriação e/ou transformação de tecnologias digitais”. As “práticas de ativismo digital” são ações proativas (VON BÜLOW ET AL., 2018, p.2) e incluem uma miríade de possibilidades que vão da postagem de hashtags ao reencaminhamento de mensagens (VON BÜLOW, DIAS, 2019), passando pela organização online de campanhas e protestos, pelo financiamento coletivo e até a criação e compartilhamento de memes políticos (CHAGAS; MASSUCHIN, 2022). Ainda que possam ser feitas individualmente, essas práticas devem ser compreendidas do ponto de vista relacional, já que estão inseridas em redes cujos elos são mais ou menos fortes. É preciso salientar que o ativismo digital não é necessariamente vinculado a um movimento social: enquanto nos movimentos sociais a ação coletiva é “baseada em objetivos consensuados”, no

caso do ativismo digital a participação dos indivíduos pode ocorrer sem organização ou filiações prévias (VON BÜLOW, GOBBI DIAS, 2022).

A internet possibilitou que os pacientes passassem a se informar e tomar decisões sobre sua saúde sem a mediação médica necessariamente (KATA, 2012; HUSSAIN ET AL., 2018). Kata (2012) relata a existência de comunidades online de pacientes e pais focadas em relatar efeitos adversos das vacinas. A possibilidade da Web 2.0 de propiciar a criação de conteúdo pelos usuários é combinada com a tendência dos usuários se informarem sobre saúde na internet sozinhos, sem a consulta a um médico. Os cidadãos se tornaram consumidores de um leque de fontes de informação online. Ainda que possa haver um lado positivo nisso, com os pacientes participando de forma mais ativa e buscando se educar em relação a cuidados médicos e melhorias na saúde, há maior circulação de “diferentes verdades” e aumento do “relativismo dos fatos”, pois “com a noção de que múltiplas ‘verdades’ baseadas em diferentes visões do mundo são igualmente válidas”, as recomendações de especialistas qualificados sobre as vacinas são enfraquecidas e banalizadas (KATA, 2012, p.3779).

Parte das informações acessadas é inclusive falsa, o que traz grandes riscos para a saúde dos indivíduos (HUSSAIN ET AL., 2018; SWIRE-THOMPSON; LAZER, 2020). Diferentes táticas fazem parte da atuação online de grupos antivacinação, como “enviesar a ciência, alterar hipóteses, censurar visões opostas, atacar críticos, afirmar ser ‘pró-vacinas seguras’, e não ‘antivacina’, alegando que as vacinas são tóxicas e não naturais,” dentre outros (KATA, 2012, p. 3778, tradução nossa).

Diferentes hipóteses sobre as vacinas, em constante criação e divulgação, mantêm os ativistas engajados e firmes em sua posição contra a imunização. Boa parte desse conteúdo circula em câmaras de eco nas plataformas digitais, como em grupos do WhatsApp, do Telegram e do Facebook, “onde um ponto de vista é repetido e reforçado sem questionamentos, ao passo que as críticas são expurgadas” (KATA, 2012, p. 3782, tradução do autor).

O efeito de câmara de eco ocorre quando indivíduos que compartilham das mesmas ideologias e opiniões têm seus discursos ecoando em um fórum, de maneira que o viés é reforçado e não há exposição a opiniões divergentes (GARIMELLA ET AL, 2018.). Baines, Ittefaq e Abwao (2021) indicam que no caso da plataforma Parler, um fórum intensamente utilizado por usuários de direita, as narrativas conspiratórias contra as vacinas encontraram terreno fértil e se espalharam em câmaras de eco, caracterizadas por grande homofilia.

O conceito de homofilia é entendido como a forte tendência dos indivíduos de construir relações com os sujeitos detentores de características sociais, ou atributos, semelhantes aos

seus (MCPHERSON ET AL., 2001), como gênero, idade, raça, escolaridade, religião, origem e filiações políticas, dentre outras condicionantes. A homofilia também é verificada nas mídias sociais e é ligada ao efeito de câmara de eco (SUNSTEIN, 2001; GARIMELLA ET AL., 2018), em fóruns onde há pouca exposição a opiniões externas.

O filósofo C. Thi Nguyen (2020) discute os efeitos perniciosos das câmaras de eco. Nessas estruturas sociais, os indivíduos passam a não confiar em fontes que apresentam visões contrárias à da comunidade epistêmica em que estão inseridos. Nas câmaras de eco, há uma prática recorrente de desacreditar fontes e indivíduos externos ao grupo. Com base em pesquisas do campo da psicologia, Nguyen (2020, p.2) defende que o nível de envolvimento de um indivíduo em uma câmara de eco tem um mecanismo semelhante à doutrinação de um culto. Isso se dá porque há uma relação de dependência interna dos membros do grupo para a obtenção de informações consideradas seguras, ao passo que ocorre uma alienação do mundo exterior, o que faz com que as crenças dos membros da câmara de eco sejam cada vez mais reforçadas.

As câmaras de eco conservadoras estão mais associadas à hesitação vacinal. Há uma forte relação entre hesitação vacinal e exposição à desinformação nas plataformas de mídias sociais (RATHJE ET AL., 2022). Grupos opositores das vacinas têm crescido no Facebook (JOHNSON ET AL., 2020; RECUERO, VOLCAN, JORGE., 2022) e no Twitter (BONNEVIE ET AL, 2021). Recuero, Volcan e Jorge, por exemplo, (2022) concluem que há um aumento de circulação de discursos antivacina em páginas e grupos de brasileiros no Facebook.

Ao analisarem publicações do Twitter, Bonnevie e coautores (2021) apontam para um aumento de 80% de oposição às vacinas no período de outubro de 2019, portanto antes da pandemia, a junho de 2020. Os ativistas antivacina têm fomentado a desconfiança em relação às autoridades sanitárias (MACHADO ET AL., 2020; BONNEVIE ET AL., 2021; DARIUS, URQUHART, 2021) e seu discurso tem o potencial de se espalhar entre indivíduos e comunidades já inclinadas à hesitação vacinal. Conforme demonstrado por Johnson et al. (2020) em um estudo global sobre o Facebook, os *clusters* (neste caso, agrupamentos de páginas do Facebook) antivacina não apenas interagiram mais com grupos considerados “indecisos” em relação à vacinação como também tiveram maior capacidade de conquistar seus “corações e mentes” (JOHNSON ET AL., 2020, p. 230). Segundo o modelo preditivo destes autores (ibidem, p.232), se o padrão atual de crescimento for mantido, os grupos antivacina se tornarão dominantes no Facebook em aproximadamente 10 anos.

Por sua vez, Milani e colegas (2020) notaram, com base em dados coletados em 2016, que no Twitter houve uma separação entre grupos anti e pró-vacinas, que se mantiveram

basicamente insulados, com quase nenhuma interação entre si. Isso reforça o efeito de câmara de eco, uma vez que as mensagens aceitas em um grupo são reiteradas apenas naquele grupo. Enquanto no cluster pró-vacina os atores centrais foram profissionais da saúde e organizações não governamentais, no caso do grupo antivacina, foram os ativistas e pais que exerceram o papel de gatekeepers (MILANI ET AL., 2020).

As estratégias discursivas desses grupos que rejeitam a vacinação são múltiplas e incluem “distorcer e ‘escolher a dedo’ os achados científicos, promover alternativas naturais infundadas à vacinação, questionar e criticar especialistas e críticos de saúde, e usar uma linguagem específica (como ser ‘pró-vacinas seguras’ em vez de ser anti-vacina)”<sup>8</sup> (BONNEVIE ET AL., 2021, p. 13, tradução do autor). A pandemia tem se mostrado uma oportunidade política para o avanço da pauta antivacina, sobretudo no que envolve a disseminação de desconfiança em relação às autoridades sanitárias (BONNEVIE ET AL., 2021). Por conseguinte, os discursos antivacina geralmente são mais disseminados na internet do que nos veículos de mídia tradicionais (KATA, 2012). É por isso que as plataformas digitais são tão importantes para a disseminação de conteúdo contra a vacinação, por mostrarem visões alternativas às da mídia hegemônica.

Como alertado por Hussain et al. (2018), o aumento da hesitação vacinal desafia a imunidade de rebanho. Quando não se atinge as taxas de imunização coletiva, doenças já eliminadas podem voltar. Assim, como possíveis soluções para o problema, eles defendem que:

"As experiências pessoais, os sistemas de valores e o nível de confiança nos profissionais de saúde são essenciais para a tomada de decisões dos pais sobre a vacinação. Por conseguinte, para combater o movimento anti-vacinação, deve haver uma forte ênfase em ajudar os pais a desenvolver a confiança nos profissionais de saúde e nas autoridades relevantes, educando-os sobre os fatos e os números, desmascarando os mitos propagados pelos movimentos anti-vacinação e até introduzindo legislação que promova a vacinação, se não obrigando-a." (HUSSAIN ET AL., 2018, p.4, tradução do autor).

Ademais, a ideia de que a ciência não tem todas as respostas, que não é dogma, e portanto pode ser questionada para que o conhecimento avance é também um pilar importante para buscar a validação de argumentos contrários à vacinação. O lema “faça sua própria pesquisa antes de se vacinar” (KATA, 2012, p.3784), carregado de individualismo, se adequa

---

<sup>8</sup> “(...) including skewing and cherry picking scientific findings, promoting unfounded natural alternatives to vaccination, calling into question and criticizing health experts and critics, and using specific language (like being ‘pro-safe vaccines’ rather than being anti-vaccine).”

bem à lógica neoliberal das plataformas digitais (CESARINO, 2020), como a de grupos no Telegram, fontes e canais alternativos no YouTube e câmaras de eco criadas online.

A eficácia das vacinas, com a diminuição drástica de casos de doenças preveníveis pela imunização, levou paradoxalmente ao crescimento de sentimentos antivacina (KATA, 2010). A explicação estaria no fato das pessoas deixarem de se preocupar com as doenças preveníveis justamente por não conhecerem um grande número de casos. As vacinas seriam então vítimas do seu próprio sucesso (KATA, 2010; CRUZ, 2017; DOMINGUES, 2020).

Há uma grande ocorrência de teorias da conspiração em discursos de objeção às vacinas (KATA, 2010). A noção de “nós”, povo, versus “eles”, as elites corruptas, típica da comunicação populista (MUDDE; KALTWASSER, 2017), é também muito forte entre os opositores das vacinas (KATA, 2010; MEDE, SCHÄFER, 2020). Cidadãos contrários ou indecisos em relação às vacinas se enxergam como envolvidos em uma batalha contra os médicos e cientistas do establishment, bem como contra governos e corporações poderosas (CAMARGO JR., 2020).

Esse antagonismo aos “sistemas peritos” (KATA, 2010; CESARINO, 2020; MACHADO ET AL., 2020) é uma chave importante para compreender a atuação de movimentos que contestam consensos científicos como as vacinas e as mudanças climáticas (LYNCH, 2020), além dos movimentos que integram a base de suporte aos populismos de (extrema) direita. A literatura indica que líderes populistas de direita como Trump e Bolsonaro colocam em dúvida a fiabilidade de fontes consideradas parte dos sistemas peritos (*expert systems*), termo do sociólogo Anthony Giddens (1991) (LYNCH, 2020; MEDE; SCHÄFER, 2020; MACHADO ET AL., 2020; CESARINO, 2021). Os sistemas peritos (*expert systems*), conforme o entendimento de Giddens (1991, p.30), são “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”. Alguns exemplos seriam o jornalismo, as instituições científicas e a medicina, instituições que são socialmente dotadas de legitimidade.

Passamos por um contexto de desorganização epistêmica profunda, no qual a comunidade científica e o sistema de peritos de modo mais amplo deixam de gozar da confiança social e da credibilidade que antes detinham (CESARINO, 2021, p.75). Nesse contexto, autoridades são questionadas pelos ativistas contra a vacina e, em seu entendimento, a autonomia individual deve prevalecer, o que vale também para a autonomia dos pais de decidirem sobre seus filhos (HUSSAIN ET AL., 2018). Como bem pontua Kata (2010), “com esse grande número de auto-intitulados especialistas online, até mesmo as recomendações da autoridade mais respeitada na área das vacinas se torna apenas mais uma opinião” (KATA,

2010, p.1715), o que converge com a discussão feita por van Zoonen (2012) acerca da “eu-pistemologia”.

A socióloga Liesbet van Zoonen (2012) trata de um fenômeno que ela cunhou como eu-pistemologia (*I-pistemology*), no qual se prioriza as experiências e opiniões individuais para a construção de “verdades”, em detrimento do conhecimento de especialistas e instituições científicas. O conhecimento dos especialistas é colocado em suspeição, é questionado, e há ceticismo em relação às vacinas e às mudanças climáticas, por exemplo. Como substituição, há um maior apelo para que as experiências imediatas, individuais, sejam ouvidas e respeitadas. Isso encontra grande terreno fértil na web 2.0, com o surgimento de *blogs*, plataformas de mídias sociais e *websites* mais interativos. Assim, “enquanto a epistemologia se preocupa com a natureza, fontes e métodos de conhecimento, a eu-pistemologia responde a estas perguntas a partir da base de **Eu** (*I*, em inglês), como em eu mesmo (*as in me, myself*), e **identidade**, tendo também a **Internet** como o grande facilitador.” (VAN ZOONEN, 2012, p.60).

Há uma tendência de alta personalização da política, a partir da percepção dos atores de que a experiência individual dota o argumento de autoridade. van Zoonen (2012) ainda ressalta que a eu-pistemologia pode ocorrer em diferentes lados do espectro político, em similaridade ao fenômeno da comunicação populista, que é adaptada por diferentes ideologias. A autora salienta que movimentos populistas de direita têm usado “o vocabulário da experiência pessoal e dos direitos (“*entitlement*”) tal qual as forças progressistas” (p.65, tradução do autor). O ativismo antivacina ou a defesa da escolha de se vacinar ou não se assemelham a outras agendas defendidas por neoliberais-conservadores, como a educação domiciliar (PERMOSER; STOECKL, 2021), que, para defender o homeschooling e o respeito à escolha e autonomia dos pais na educação de seus filhos, se ancora na retórica de “direitos e liberdades”, o que inclui direitos humanos. Alguns exemplos, percebidos no movimento de questionamento à obrigatoriedade das vacinas no Brasil, são os contra-enquadramentos (BENFORD, HUNT, 2003, ABERS, VON BÜLOW, 2023) anti-feministas “meu corpo, minhas regras/ meus filhos, minhas regras”. Esses lemas já foram registrados em movimentos antivacina em outros países (CAPURRO ET AL., 2022), e em relação a outras vacinas, prévias à pandemia de COVID-19: “nossas crianças, nossa escolha”, o que reforça a ideia de autonomia dos pais (HUSSAIN ET AL., 2018, p. 3).

A ciência pode ter mudanças de paradigmas e de discursos, de modo que não é neutra (a antropologia já legitimou práticas coloniais e racistas, por exemplo) (VAN LEEUWEN, 2007). Essa flexibilização do papel científico é emplacada como um argumento de contestação

ou relativização da ciência (MARRES, 2018). Van Leeuwen (2007) reconhece que há novas formas de mediação e acesso à informação. Entretanto, o aumento da desconfiança em instituições públicas e oficiais, sobretudo na área da saúde, tem um potencial lesivo que é difícil de estimar, sobretudo em um pandemia, que exige coesão social (MULDOON ET AL., 2021; AMARAL ET AL., 2022). Com o avanço de um regime de eu-pistemologia, a produção de fatos ou verdades alternativas sobre as vacinas, por exemplo, passa a ser validada e reconhecida como igualmente válida e digna de ser debatida, com a reivindicação de que “os dois lados devem ser ouvidos”.

É preciso salientar que o que estamos tratando como “ativismo antivacina” neste projeto de pesquisa está circunscrito em um contexto específico da pandemia de COVID-19 e que, portanto, pode ser bem diferente do movimento *antivax* “tradicional”. Entretanto, consideramos que os discursos com enquadramentos contrários às vacinas, sejam as adultas ou as infantis, se caracterizariam como expressão da hesitação vacinal (MACDONALD; SAGE, 2015).

Em 2011, o Grupo de Trabalho em Comunicações de Vacinas (Vaccine Communications Working Group), do braço europeu da OMS, propôs o modelo dos 3Cs: 1) complacência, relacionada à baixa percepção das doenças como riscos, 2) confiança na eficácia e segurança das vacinas e 3) conveniência, que se refere à facilidade ou dificuldade para se acessar os postos de vacinação (MACDONALD, SAGE, 2015). O modelo foi depois ampliado para a escala 5Cs, que, além dos três determinantes de hesitação vacinal presentes na sigla anterior, também inclui os aspectos psicológicos do “cálculo de risco”, relacionado à busca extensiva de informações sobre as vacinas, e “responsabilidade coletiva”, que se refere à preocupação coletivista de se vacinar para proteger os outros (BETSCH ET AL., 2018).

A presença da hesitação vacinal não significa necessariamente ser antivacina, mas argumentamos que os fenômenos podem estar relacionados. O movimento antivacina pode promover a hesitação vacinal e esta pode fazer com que indivíduos se aproximem do ativismo contrário às vacinas, em um processo de retroalimentação. Há diferentes graus de hesitação vacinal, de modo que alguns indivíduos tendem a recusar apenas algumas vacinas, mas não outras, ou atrasarem a busca por vacinas específicas por desconfiança (SOUTO; KABAD, 2020).

Características de movimentos de questionamento à vacinação de outros países também são observadas no Brasil. No Canadá, por exemplo, Capurro et al. (2022) iluminam múltiplas características dos discursos contrários à imunização que também foram identificados entre os ativistas brasileiros. Dentre elas, estão a impressão de que a propaganda da vacina é sinal de



sua baixa eficácia; a crença de que o risco da vacina é maior do que da doença; a novidade das vacinas contra a COVID-19 em contraste com as demais vacinas, já conhecidas há mais tempo, e o medo de efeitos adversos a longo prazo (CAPURRO ET AL., 2022).

As experiências pessoais de indivíduos que relataram efeitos adversos das vacinas, principalmente quando acompanhadas de imagens e documentação, têm um poder de convencimento maior do que mensagens oficiais de governos (CAPURRO ET AL., 2022), o que mostra a força dos relatos individuais, muitas vezes expostos em vídeos ou *lives*, na construção de opiniões e “verdades” na era digital (VAN ZOONEN, 2012). Entre canadenses, a vacina também foi chamada pelos respondentes da pesquisa de experimento e tratamento genético (CAPURRO ET AL., 2022).

Esses enquadramentos são também muito parecidos com os brasileiros: a ideia de que há censura, de que a informação é derrubada por tentarem calar quem quer falar sobre os efeitos colaterais das vacinas. Ainda, há o entendimento de que a vacinação contra a COVID-19 abre portas para um maior controle governamental, que afronta as liberdades. Há também o enquadramento diagnóstico de que a política de vacinação é uma intromissão do governo nas vidas privadas dos cidadãos (MULDOON ET AL., 2021).

Dentre outras muitas e impressionantes similaridades, que apontam para uma influência transnacional nos movimentos contra a vacinação, há a queixa de que as restrições não foram suspensas mesmo após a vacinação, o que leva a crer que a vacina não protege e não imuniza. Foi também registrada a crítica ao foco excessivo nas vacinas, ao passo que os ativistas disseram que há outros medicamentos para tratar a COVID-19 (isto é, ivermectina e cloroquina). Outro fator que aparece tanto no Brasil como no Canadá foi a crença na imunidade natural, após se contaminar com a COVID-19, como substituta à vacinação. Houve também o enquadramento em comum de que o passaporte sanitário é discriminatório.

## **O desenrolar da pandemia no Brasil**

Nesta subseção, traço uma concisa linha do tempo sobre o desenrolar dos fatos que se sucederam no contexto pandêmico brasileiro. O Brasil registrou seu primeiro caso de COVID-19 em 26 de fevereiro de 2020, e, pelo menos segundo os dados oficiais, a primeira morte ocorreu em 12 de março, um dia após a OMS ter decretado estado de pandemia. Na contramão das diretrizes de distanciamento social recomendadas pela OMS e decretos de governadores,

Jair Bolsonaro participou de manifestações, circulou sem máscaras em aglomerações e expressou publicamente sua oposição às medidas de isolamento social (cf. a linha do tempo de GUIMARÃES, 2020). Em um pronunciamento feito em cadeia nacional de rádio e televisão, a autoridade máxima do país transmitiu a mensagem de que a pandemia não passava de uma gripezinha<sup>9</sup>, que afetaria apenas uma parcela pequena da população gravemente.

O fato de três ministros diferentes (respectivamente Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich e General Eduardo Pazuello) terem comandado a pasta da saúde ao longo dos três primeiros meses de um evento sem precedentes na história recente como a pandemia de COVID-19 expõe o nível de discordâncias entre o Ministério da Saúde e a Presidência da República. Houve ainda produção de cloroquina pelo exército e posterior utilização desta droga em protocolos para o tratamento de pacientes da COVID-19 (ROSSI, OLIVEIRA, 2021). O Ministério da Saúde aderiu ao discurso de Jair Bolsonaro e também propagandeou a cloroquina como cura para a COVID-19, mesmo diante dos estudos já publicados que demonstraram a inutilidade e até mesmo riscos da utilização do medicamento como tratamento da doença em questão (ROSENBERG ET AL., 2020).

Diferentes estratégias do Ministério da Saúde ao enquadrar a mensagem foram identificadas ao longo da pandemia, como o uso do termo otimista “placar da vida” para apresentar os casos de COVID-19, ocultando o número de óbitos pela doença e a tendência de crescimento da curva de contágio, a partir de maio de 2020, com a entrada do General Eduardo Pazuello (depois eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro em 2022), como ministro da saúde (OLIVEIRA, BACCARIN, GUIMARÃES, 2020).

O Comitê de Crise da COVID-19 criado pelo governo para lidar com a emergência sanitária não contou com representação de entes subnacionais, que Bolsonaro tratou como antagonistas ao longo da pandemia (FERNANDEZ ET AL., 2020; VON BÜLOW, ABERS, 2022). Opositor das medidas de isolamento social, que incluíam o fechamento do comércio e de outros setores econômicos, o governo federal lançou a campanha “O Brasil não pode parar”, que contribuiu para relativizar a seriedade da doença numa tentativa de não prejudicar a economia (ASANO ET AL., 2020).

Ainda, no que tange a assistência para trabalhadores afetados pelas medidas necessárias de diminuição da circulação e aglomeração, o governo Bolsonaro quis pagar apenas 200,00 reais de auxílio para indivíduos de baixa renda e trabalhadores informais. Após pressão da

---

<sup>9</sup> UOL mostra que Bolsonaro já chamou covid de gripezinha. 2021. (30 seg). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gE4L6CUewvg>. Acesso em 18 de novembro de 2023.

oposição no Congresso Nacional, em articulação com movimentos sociais e sindicatos, o auxílio emergencial foi aumentado para 600,00 reais (VON BÜLOW, ABERS, 2022).

Outro momento relevante foi a decisão do Supremo Tribunal Federal que reafirmou a autonomia de Estados e municípios para lidarem com a contenção da pandemia, para garantir que medidas restritivas seriam tomadas para proteger a população local do contágio, em contraponto à falta de coordenação e discursos e práticas negacionistas do governo federal (ASANO ET AL. 2020). Essa decisão do STF fez com que bolsonaristas acusassem a Suprema Corte de impedir Bolsonaro de governar, usurpando seus poderes a favor de governadores e prefeitos (VON BÜLOW, ABERS, 2022).

A compra de vacinas foi também morosa e controversa, o que levou a investigações, na CPI da Pandemia no Senado Federal, de irregularidades nas negociações com intermediadores (SENADO FEDERAL, 2021), além do descaso em responder com celeridade os trâmites para a aquisição de vacinas do Butantan e da Pfizer. Em 17 de dezembro de 2020, Bolsonaro fez a fala jocosa que associava a vacina a riscos: “Se tomar e virar um jacaré é problema seu. Se virar um super-homem, se nascer barba em mulher ou homem falar fino, ela [Pfizer] não tem nada com isso” (VALADARES, 2020). Na mesma ocasião, o ex-presidente disse que não pretendia se vacinar, por já ter anticorpos para a doença e por acreditar na hidroxicloroquina como tratamento alternativo (ibidem).

A vacinação foi finalmente iniciada em 17 de janeiro de 2021, com a vacina Coronavac, testada pelo Instituto Butantan e produzida em parceria com o laboratório chinês Sinovac, no Estado de São Paulo. Uma enfermeira de 54 anos, mulher negra, foi escolhida para ser a primeira vacinada do país (RODRIGUES, 2021). Na cerimônia, ela estava ao lado do então governador de São Paulo, João Dória, ex-aliado e, naquele momento, desafeto de Bolsonaro. Houve um atraso de 2 meses nas negociações para a compra da Coronavac, em meio a declarações de Bolsonaro e políticos aliados contrárias à Dória e à “sua vacina chinesa”, apelidada de “vachina” por bolsonaristas (KALIL ET AL., 2021).

Em meio ao início conturbado e pouco orquestrado da campanha de vacinação, a partir de 21 de janeiro de 2021, o Brasil começou a ocupar o segundo lugar em número de mortes por COVID-19 e o terceiro em número de casos observados no mundo (HALLAL, 2021). Neste mesmo período, faltou oxigênio em Manaus, Amazonas, e pessoas hospitalizadas pela COVID-19 morreram asfixiadas. Na contramão de instituições como a Fiocruz, o Butantan e a OMS, as práticas do governo continuaram as mesmas: indicação da cloroquina e da ivermectina para tratar os infectados pela COVID-19. Como lembrado por Pedro Hallal (2021, p. 374), durante a crise vivida em Manaus, “inacreditavelmente, em 16 de janeiro de 2021, uma publicação do

Ministério da Saúde foi sinalizada pelo Twitter por violar suas regras de publicação, devido à disseminação de informações enganosas e potencialmente prejudiciais relacionadas à COVID-19”.

Observa-se, portanto, que o governo brasileiro decidiu seguir uma abordagem que apostou na imunidade de rebanho por meio da exposição ao vírus e no uso do tratamento precoce (SENADO FEDERAL, 2021). O país teve uma média de testagem muito abaixo da mundial (HALLAL, 2021). Ainda, “nenhuma política nacional de rastreamento de contatos foi implementada. O distanciamento social foi desacreditado. Em 4 semanas, o Brasil teve três ministros da saúde. Apesar dos cientistas brasileiros e institutos de pesquisa, como o Butantan e a Fiocruz, estarem fortemente envolvidos na corrida global por vacinas, o suprimento de seringas e agulhas foi insuficiente para iniciar a campanha de imunização.” (ibidem, 2021, p. 374). Nessa esteira de atraso e rejeição às vacinas, em 21 de outubro de 2021 Bolsonaro leu em uma live no Facebook uma notícia falsa que vinculava às vacinas contra a COVID-19 à maior chance de contrair o vírus do AIDS, o que fez com que, pela primeira vez, a plataforma derrubasse uma transmissão do então presidente (DE SOUZA, 2021).

Em relação à vacinação das crianças contra a COVID-19, iniciada em janeiro de 2022, portanto um ano após o pontapé inicial da imunização dos adultos, o Ministério da Saúde tardou em iniciar a campanha, atrasando por volta de um mês o processo com a abertura de uma consulta pública online inédita (PETRA, NO PRELO), cujo objetivo era coletar a opinião da população sobre a necessidade de uma receita médica e de um termo de consentimento assinado pelos responsáveis legais da criança para a aplicação da vacina (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

Argumento que a rejeição às vacinas no Brasil, ainda que minoritária, pode ser também entendida como um caso de propaganda participativa. Características de ideologias de direita foram mutuamente reforçadas por bolsonaristas e Bolsonaro, de modo que von Bülow e Abers (2022, p.14) destacam o papel de movimentos sociais de direita como “co-produtores de retóricas e ações populistas”. Assim, os movimentos sociais apoiadores de lideranças populistas devem ser também compreendidos como “constituintes do populismo como um projeto político” (ibidem, p.14).

Muitas vezes revestida de um caráter folclórico, messiânico (CESARINO, 2020b), dotado de linguagem popular, a desinformação tem sido parte de uma estratégia de grupos políticos para a capitalização de ganhos políticos e econômicos. No decurso da pandemia de COVID-19, o então presidente Jair Bolsonaro utilizou dessa estratégia, dentre outros motivos, para fomentar a ideologia e endosso de seus apoiadores, mantendo sua base galvanizada, e

também para empreender uma resposta à pandemia que priorizasse a salvaguarda da economia, evitando medidas de contenção sanitária de fechamento de comércio e realização de *lockdowns* no país. Ao insistir persistentemente na utilização de medicamentos ineficazes contra a COVID-19 como a cloroquina para o tratamento precoce contra a doença, Bolsonaro agiu para propagandear uma perigosa alternativa ao distanciamento social defendido por epidemiologistas (RECUERO, SOARES, 2021).

No capítulo seguinte, é desenvolvido um debate que relaciona as já mencionadas crenças e estratégias de movimentos antivacina aos enquadramentos da direita radical populista. Isso passa pelo aumento da circulação da desinformação e teorias da conspiração nas mídias digitais, que guardam uma afinidade eletiva (GERBAUDO, 2018) com o populismo anticientífico (MEDE, SCHÄFER, 2020).

## Capítulo 2 - Um Populismo Antivax?

Neste segundo capítulo, argumento que a campanha contra a vacinação obrigatória que emergiu no Brasil durante a pandemia explicitou a interligação entre o aumento da circulação de conteúdo criado por novos *gatekeepers*, dentre eles médicos, nas mídias sociais e a radicalização da ideologia populista de direita radical, sob o governo de Jair Bolsonaro. Bolsonaro e seus apoiadores levaram a hesitação vacinal para o centro dos holofotes, apesar do bem consolidado e exitoso histórico de cultura vacinal no Brasil (HOCHMAN, 2011). Me baseio no entendimento de von Bülow e Abers (2022) de que o bolsonarismo foi se constituindo como um movimento populista da direita radical na pandemia. Uma das estratégias discursivas foi o ataque às medidas sanitárias de contenção do vírus, em consonância com o observado em outros movimentos da direita radical pelo mundo no mesmo período (ROVIRA KALTWASSER, TAGGART, 2022; AMARAL ET AL., 2022; DELLA PORTA, LAVIZZARI, 2023). Desenvolvo, nas páginas a seguir, uma discussão sobre conceitos importantes, como ideologia política e enquadramentos, e uma revisão da literatura sobre populismo digital de direita, sobre a epistemologia neoliberal e sobre a conexão entre a direita radical e teorias da conspiração.

### Ideologias Políticas e Enquadramentos Interpretativos

O conceito de ideologias políticas é essencial para esta dissertação. Ideologias políticas são definidas como um "conjunto de crenças sobre a ordem adequada da sociedade e como ela pode ser alcançada" (ERIKSON; TEDIN, 2003, p. 64) e, por conseguinte, sobre como os problemas da coletividade devem ser solucionados (JOST ET AL., 2009, p.309). Essas crenças são socialmente compartilhadas e podem resultar tanto de processos de socialização exercidos no sentido *top-down* (de cima para baixo) por influência das elites políticas, como também *bottom-up* (de baixo para cima), em decorrência de motivações de cunho psicológico dos indivíduos e seus grupos (JOST ET AL., 2009, p. 308).

Esses sistemas de crenças operam como “lentes” através dos quais se pode ver o mundo, abrangendo áreas como filiação política, mais associada ao voto; identidade política (por exemplo, ser progressista ou conservador) e também valores (por exemplo, igualdade e

revolução em contraposição à hierarquia e tradição) (SWIGART ET AL., 2020, p.4). Portanto, as ideologias podem moldar as estratégias a serem adotadas pelos indivíduos e impactar também na construção de suas identidades pessoais e coletivas. A construção da identidade ocorre por meio de um processo que envolve a inclusão de certos aspectos e exclusão de outros, criando distinções entre “nós” e “eles” (por exemplo, liberais em contraponto aos conservadores, por exemplo) (LACLAU, 2005; MOUFFE, 2013; MASON, 2018).

O conceito de enquadramentos também foi importante para o desenvolvimento desta pesquisa, porque a literatura sobre *framing* (processo de enquadrar) leva em conta a escolha, que também é ideológica, dos atores na forma de noticiar ou interpretar um evento político (ENTMAN, 1993; MENDONÇA; SIMÕES, 2012; BLUE, 2016), sendo a vacinação um desses eventos. Os processos de enquadramento selecionam e dão sentido para aspectos da realidade social (ENTMAN, 1993). Dependendo de como atores políticos e midiáticos enquadram determinado evento, é possível influenciar a opinião pública e formar percepções sobre diferentes pautas (ibidem). Para os movimentos sociais, enquadrar é um trabalho de produção de significados e sentidos acerca da realidade (BENFORD; SNOW, 2000; DIAS, 2017). Os enquadramentos são então essenciais para a formação de identidades coletivas e de motivação dos membros de um movimento.

Enquadrar, para Entman (1993), significa “selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e uma recomendação de tratamento para o item descrito” (p. 52, tradução dos autores). Nas mídias sociais, as organizações políticas emolduram os eventos do seu próprio jeito ao dosarem a frequência de certas palavras, contextos e imagens (CALVO, VENTURA, 2021, p. 15), destacando assim características específicas do discurso.

Numa definição que complementa a de Entman (1993), Mendonça e Simões (2022, p.345) definem enquadramentos como “pacotes interpretativos (GAMSON, 1992) que articulam significados, lançando luz sobre alguns elementos específicos da realidade, enquanto obscurecem outros”<sup>10</sup>, no processo de interação humana. Nesse sentido, a análise de enquadramento, no entendimento dos autores, é “um método que descreve como os enquadramentos são produzidos, mobilizados e interagem com outros enquadramentos. Ela revela como os indivíduos se posicionam em relação a enquadramentos existentes e identifica

---

<sup>10</sup> Frames are interpretive packages (Gamson 1992), which articulate meanings, throwing light on particular elements of reality while obscuring others.

as consequências do processo de enquadramento em contextos específicos.”<sup>11</sup> (MENDONÇA; SIMÕES, 2022, p.345). O processo de construção de enquadramentos é, portanto, interacional, intersubjetivo (ibid.) e também ideológico (BLUE, 2016), na medida que os enquadramentos explicitam dinâmicas de poder.

O conceito de enquadramento (*frame*) é operacionalizado de formas diferentes em cada área disciplinar de conhecimento (BLUE, 2016), o que faz com que seja apontado como um “paradigma fragmentado” (ENTMAN, 1993, p. 52). A definição de Dryzek (2013, pp. 9-10) os aproxima do conceito de discurso, de modo que tanto os enquadramentos como os discursos são entendidos como “formas compartilhadas de apreender informações sobre o mundo”.

Mais especificamente, os enquadramentos de ação coletiva, como no caso do ativismo aqui analisado, são compreendidos como "conjuntos relativamente coerentes de crenças e significados orientados para a ação que legitimam e inspiram campanhas e atividades de movimentos sociais" (SNOW; VLIEGENTHART; KETELAARS, 2019, p.395). É por meio desses esquemas interpretativos que os ativistas organizam suas experiências (DIAS, 2017), neste caso em relação à campanha de vacinação contra a COVID-19.

A literatura aponta que efeitos de enquadramento podem ser negativos para a deliberação e para a formação de opinião sobre políticas públicas e outros temas do debate público (CHONG, DRUCKMAN, 2007), tais como campanhas de vacinação, como propomos analisar aqui. Enquadramentos têm efeitos contingentes e podem ser recebidos de formas diferentes por diferentes públicos (SNOW; VLIEGENTHART; KETELAARS, 2019, p. 405). Como exemplo, ao discutir a variedade de enquadramentos sobre as mudanças climáticas, Gwendolyn Blue (2016, p. 12) defende que “a forma como nós entendemos e respondemos às mudanças climáticas é intimamente ligada às maneiras com que elas são enquadradas”<sup>12</sup>.

A força de um enquadramento como estratégia de propaganda reside em seu apelo ao público. “Os símbolos, os endossos, as ligações partidárias e ideológicas” são características que o tornam mais atraente (CHONG; DRUCKMAN, 2007, p. 111). Mais especificamente, a literatura sobre estratégias de enquadramento argumenta que mudanças nas escolhas das palavras podem alterar a opinião pública sobre determinados temas (ZALLER, 1992; CHONG; DRUCKMAN, 2007). Dessa forma, o enquadramento de uma informação pode impactar na forma e na agilidade com que atores conseguem espalhar uma narrativa, conseguindo pautar a

---

<sup>11</sup> Frame analysis is a method that describes how frames are produced, mobilized, and interact with other frames. It reveals how individuals position themselves in relation to existing frames and identifies frames’ consequences in specific contexts.

<sup>12</sup> “The way we understand and respond to climate change is intimately entangled with the ways in which it is framed.” (BLUE, 2016, p. 12).



agenda da mídia e, conseqüentemente, a do público. Parte da literatura baseada em experimentos demonstra que os processos de enquadramentos de políticas públicas por parte de políticos, partidos e governos têm impacto na recepção dessas políticas entre os cidadãos (CHONG; DRUCKMAN, 2007; SNIDERMAN, 2011). Em contextos competitivos, como os eleitorais, a disputa dos atores políticos em torno de diferentes enquadramentos se torna mais frequente (CHONG; DRUCKMAN, 2007).

Chong e Druckman (2007) defendem que a exposição à informação e a perspectivas diferentes, que vão além daquelas que somente ressaltam os vieses ideológicos e partidários dos indivíduos, desempenha uma função essencial para a democracia e contribui com a melhoria da qualidade do debate público. No entanto, as conversações políticas mediadas pelas mídias sociais digitais são frequentemente afetadas pelos efeitos de câmara de eco e filtros-bolha, que tendem a aumentar a polarização, agravar os danos causados pela desinformação e minar a cooperação social, salutar para a estabilidade e higidez da democracia (ENTMAN; USHER, 2018). De acordo com Entman e Usher (2018, p.303), as notícias falsas somente têm efeito se seus enquadramentos forem compatíveis com os esquemas mentais prévios dos receptores. Assim, as elites empregam estratégias de enquadramento com o objetivo de moldar a opinião pública (CHONG; DRUCKMAN, 2007). Por meio das plataformas digitais, elas podem estabelecer uma conexão direta com o público, dispensando a necessidade de intermediação da imprensa profissional (ENTMAN; USHER, 2018; WAISBORD, 2018; CESARINO, 2020).

Theo van Leeuwen (2007) se dedica a estudar como a legitimidade de um discurso é construída. Ele apresenta quatro categorias principais de legitimação (p.92, tradução própria):

- 1) **autorização** - que é baseada na referência à autoridade da tradição, costume e lei e de pessoas em quem a autoridade institucional de algum tipo é investida.
- 2) **avaliação moral** - legitimação é dada pela referência a sistemas de valores
- 3) **racionalização** - referência a objetivos e usos da ação social institucionalizada, e ao conhecimento acumulado pela sociedade.
- 4) **mythopoesis** - “legitimação obtida por meio de narrativas cujos desfechos premiam ações legítimas e punem ações não legítimas.”

Essas formas de legitimação não são usadas apenas para legitimar, mas também para deslegitimar, para criticar (VAN LEEUWEN, 2007, p. 92). O argumento de legitimação responde à pergunta “por que devemos fazer isso?” e “por que devemos fazer isso desta forma?” (p.93).

Em artigo sobre os discursos de bolsonaristas que alegam fraude nas urnas nas eleições brasileiras, Raquel Recuero (2020) também trabalha com essas categorias de legitimação propostas por van Leeuwen (2007). Ela conclui que há grande preponderância da legitimação por autorização via autoridade pessoal de líderes de opinião que propagam desconfiança nas urnas eletrônicas brasileiras, mas não há, contudo, exclusão de outras formas de legitimação, como a moralizadora e a racionalizadora (RECUERO, 2020, p. 401).

Recuero (2020) alerta para a formação de uma falsa ideia de consenso quando há a prevalência de uma narrativa nas plataformas de mídias sociais. Essa impressão de consenso advém da alta presença de histórias e opiniões, expressas por diferentes atores (RECUERO, 2020), que agregam legitimidade à narrativa. Segundo Recuero, “podemos compreender a legitimação dos discursos de desinformação como uma forma de naturalizar e constituir as relações de poder que esses textos propõem” (ibidem, p.388).

A legitimação por autoridade pessoal ocorre porque alguém detém um status ou papel em determinada instituição que o faz ter respeito e legitimidade. As credenciais do especialista são mencionadas como forma de afirmar sua legitimidade. Desta forma, a fama e o reconhecimento do especialista em um dado contexto prescinde de debates mais aprofundados (VAN LEEUWEN, 2007).

Van Leeuwen (2007) ressalta que há a tendência crescente de parte da sociedade reconhecer que diferentes especialistas têm diferentes soluções para o mesmo problema, o que pode diminuir a força da autoridade perita. Uma das formas de legitimação é por meio da autoridade de um modelo a ser copiado (*role model authority*), como líderes de opinião de um grupo e celebridades (p.95). Esse tipo de autoridade pode ser percebida visualmente, pela imagem de líderes e celebridades realizando uma ação que buscam legitimar. A autoridade pode também ser impessoal, calcada na força de corporações, instituições, das leis, tradições e costumes de uma comunidade (ibidem, p.96). No caso da avaliação moral, valores morais são usados no discurso (bom vs. mau, por exemplo), e comparações podem ser feitas por meio de analogias e abstrações (p.100).

A legitimação por mythopoesis se refere ao *storytelling*, narrativas e contos morais. Algumas dessas narrativas e histórias tem um caráter de aviso/ precaução - ou seja, o que pode ocorrer se alguém não fizer ou fizer determinada ação. Há ainda a legitimação multimodal, que

ocorre visualmente, musicalmente, simbolicamente (p.107), e envolve a apresentação das demais categorias. Assim, “nos textos multimodais, as credenciais podem ser visuais, significadas por equipamentos de laboratórios, livros ou outros atributos profissionais” (VAN LEEUWEN, 2007, p. 95).

Há ainda a racionalização, que tem seu foco nos meios e objetivos da ação. O autor faz a importante distinção entre racionalizações científicas e aquelas baseadas na experiência concreta dos indivíduos, carregadas de um tom anedótico (BERGER; LUCKMANN, 1966, *apud* VAN LEEUWEN, 2007, p.104), o que se aproxima do diagnóstico de van Zoonen (2012) sobre eu-pistemologia.

## **A emergência do populismo digital de direita**

Na última década, vivemos, em diferentes partes do mundo, um contexto emergente de ativismo digital que desaguou também em massivos protestos de rua. Da Primavera Árabe ao *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, às manifestações feministas feitas em vários países, o papel das plataformas digitais foi central para a formação de identidade coletiva dos ativistas e para a convocação de protestos presenciais (VON BÜLOW, GOBBI, DIAS, 2022). Mais especificamente, no Brasil, desde 2013 houve um aumento significativo de manifestações feitas nas ruas, o que Ângela Alonso considerou um novo ciclo de protestos (ALONSO, 2017). Este novo ciclo, que levou milhões de brasileiros a atos nas capitais, foi, com o passar dos meses e anos, definindo sua cara e perfil, até se consolidar, majoritariamente, como um movimento de direita que fez uma exitosa campanha pelo impeachment da Presidente Dilma Rousseff em 2016 (DIAS, 2017) e culminou com a eleição do ultradireitista Jair Bolsonaro em 2018.

Os mecanismos de enquadramento populistas de antagonismo e reducionismo, encontrados nas reivindicações de organizações de direita na sociedade civil brasileira na campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff (DIAS, 2017; DIAS, VON BÜLOW, GOBBI, 2021), estão também presentes nos enquadramentos utilizados pelos ativistas contrários à vacinação para a COVID-19, como veremos no capítulo 4 desta dissertação. O mecanismo populista do antagonismo envolve o “estabelecimento de barreiras dicotômicas entre o povo virtuoso e seus inimigos” (DIAS, VON BÜLOW, GOBBI, 2021, p. 70). O reducionismo se refere a “condensar as queixas em um único significante”, de modo a abordar diferentes questões que são subordinadas a uma reclamação mais ampla (contra a corrupção, por exemplo). Esse mecanismo populista simplifica a comunicação e possibilita maior unidade no

movimento, ao enfatizar a ideia de que há um inimigo em comum. Esses mecanismos de antagonismo e reducionismo são complementares e se reforçam mutuamente.

Durante a passagem avassaladora, altamente letal, da pandemia no Brasil, podemos dizer que houve uma sindemia (HORTON, 2020) de diferentes fatores que levaram ao desastre: a desigualdade socioeconômica brasileira, um presidente negacionista, que diuturnamente atacou governadores, prefeitos, as instituições científicas e a imprensa; e, somado a isso, uma avalanche de circulação de desinformação nas mídias sociais, fomentada pelos apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro. Em ambos os casos, apesar da reivindicação e contexto serem bem diferentes, os ativistas pelo impeachment e contra as medidas restritivas na pandemia estavam em sua maioria situados no espectro da direita política. Houve uma formação de identidades coletivas de movimentos de direita ao longo dos últimos anos no Brasil (MESSENBURG, 2017; ROCHA, 2019; CORRÊA, KALIL, 2020; VON BÜLOW, ABERS, 2022).

Face aos acontecimentos da última década, os olhares e esforços acadêmicos têm sido cada vez mais direcionados para a compreensão dos movimentos políticos da direita radical. Dentre os casos mais emblemáticos estão a realização do referendo do Brexit no Reino Unido em 2016 (STOKER, 2019), a eleição de Donald Trump naquele ano (VREESE ET AL., 2018; DE LA TORRE, 2018), o avanço de partidos de extrema direita na Itália, Hungria e Polônia (MAZZOLENI; BRACCIALE, 2018) e a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018 (CESARINO, 2020).

Cas Mudde (2019) faz um levantamento das experiências da extrema-direita mundial ao longo dos últimos anos, considerando as raízes que remontam ao pós-Segunda Guerra Mundial. O cientista político holandês chama a atenção para um ponto de virada mundial no século XXI: a quarta onda da extrema direita, com a crescente normalização e popularização de partidos desta vertente ideológica. Alguns desses holofotes vêm da própria mídia tradicional, que, na cobertura jornalística ou por meio de estratégias sensacionalistas, dá visibilidade para figuras populistas que propagam discursos de ódio (PHILLIPS, 2018; ARAÚJO; PRIOR, 2020). Como bem acentuado por Mudde (2019, p.13), líderes da extrema-direita governaram recentemente três dos países mais populosos do mundo: a Índia, os Estados Unidos e o Brasil. O maior partido político do mundo é o *Indian People's Party* (BJP), populista da direita radical.

A definição de populismo de Mudde pensa no fenômeno como uma ideologia tênue ou fina (*thin*), o que quer dizer que ela pode ser adaptada estrategicamente por diferentes vertentes ideológicas, perpassando o espectro da esquerda à direita (MUDDE; KALTWASSER, 2017;

MUDDE, 2019). Essa ideologia conta com uma divisão basilar entre dois grupos opostos: o povo puro e as elites corruptas (MUDDE, 2019, p.18). A vontade geral desse povo deve ser observada e cumprida. Ainda que tenha em si, essencialmente, um componente democrático, o populismo é entendido como avesso ao lado pluralista e contestatório da democracia liberal (MUDDE; ROVIRA KALTWASSER, 2017). O elemento do pluralismo está ligado aos direitos das minorias, criticados por líderes populistas, e também na possibilidade de haver um contraponto legal das instituições a excessos de poder.

A atual onda da política da direita radical tem início em 2000 e grande parte de seu combustível foi o medo do terrorismo criado após os ataques de 11 de setembro de 2001, a recessão de 2008 e a “crise dos refugiados” de 2015 (MUDDE, 2019). Esses eventos afetaram as democracias ocidentais e as relações internacionais de diferentes maneiras. Nesse *zeitgeist* propício ao populismo de direita, os partidos da direita radical conquistaram uma capacidade de agendamento do debate público, levando suas pautas nativistas, anti-globalização, anti-imigração e contrárias ao “politicamente correto”, dentre outras, para a vitrine política.

A extrema-direita não é homogênea. As características do movimento Hindutva de Narendra Modi na Índia (SINHA, 2017) não são as mesmas que se aplicam no Fidesz na Hungria ou no trumpismo dos Estados Unidos (DE LA TORRE, 2018). Não obstante, é possível encontrar pontos em comum desta coloração política ao redor do mundo. Uma das principais convergências seria o caráter excludente, que advoga que as desigualdades humanas são naturais e não devem ser objeto de interferência estatal, segundo a definição de direita política de Norberto Bobbio (1996).

Saward (2019) entende a representação como performance de reivindicações ofertadas por um líder à sua audiência. A criação de clamores de “não-representação” (*misrepresentation*) (GUASTI; ALMEIDA, 2019) também faz parte desta performance e pode ser enxergada como estratégia para convencer e mobilizar a audiência contra opositores. Essas reivindicações negativas podem alterar o sistema político e desafiar a própria democracia representativa, agravando a percepção de que se vive em um cenário de crise (GUASTI; ALMEIDA, 2019). A partir dessas reivindicações, a fronteira antagonística entre amigos e inimigos (ibidem; p.153; LACLAU, 2005, CESARINO, 2020a), tende a ser ainda mais demarcada e intransponível.

A performance é então ajustada pelo representante de acordo com a audiência, de maneira a convencê-la (SAWARD, 2019). Essa dimensão performativa, comunicativa, da representação é muito assinalada na literatura sobre populismo (LACLAU, 2005; ENGESSER ET AL., 2017; GERBAUDO, 2018; CESARINO, 2020a). Através das reivindicações por “não-

representação”, o líder clama que o povo não é bem representado no sistema representativo, que “eles não nos representam”, que os políticos não buscam atender aos interesses do povo. Com isso, os “reivindicadores” que falam em nome de um povo “esquecido”, “desrespeitado”, “explorado” se apresentam como os representantes legítimos deste mesmo povo. Os líderes e movimentos populistas (cf. ABELIN, 2020) mobilizam noções como “povo”, “democracia” e “política” como significantes vazios e flutuantes, aspecto indicado por Laclau (2005) como característica do discurso populista. Os significados de povo, de cidadão de bem e de “homem comum” são, portanto, moldados de maneira estratégica e elástica pelas lideranças populistas, que se outorgam o título de representantes do povo, nem sempre apresentando propostas e alternativas concretas. Em alguns casos, o discurso se limita a basicamente desconstruir, descredibilizar e destruir a política e as políticas existentes (GUSTI; ALMEIDA, 2019).

Entre os populistas, há uma defesa de formas de democracia direta, como plebiscitos, referendos e consultas *online* (URBINATI, 2019), além do fim da intermediação entre representante e representados: o líder se comunica diretamente com seu povo pelas mídias sociais, dispensando a presença mediadora de terceiros - a mídia, a imprensa, assessores. As mídias sociais compartilham uma “afinidade eletiva” com o populismo, nos termos de Gerbaudo (2018). No caso brasileiro, a campanha de Jair Bolsonaro propagou a ideia de que o então candidato recebia mensagens de seus apoiadores no WhatsApp: para os militantes bolsonaristas, foi criada a sensação de pertencimento e proximidade a Bolsonaro, um candidato humilde e que soube ouvir as reivindicações dos cidadãos (CESARINO, 2020a). Essa escuta do líder ao povo pelas plataformas de mídias sociais traz a impressão de que as campanhas eleitorais e políticas do governo são orgânicas e baratas, em contraposição ao marketing milionário das elites políticas corruptas (ibidem).

Como parte do discurso de líderes populistas de direita, muitos próximos do autoritarismo, há uma relativização de valores democráticos que configura um processo de pós-democracia, de modo que negam a ideia da política como resolução de conflito e pregam a “eliminação do outro” (BALLESTRIN, 2018, p. 156). Esses são componentes bem diferentes do agonismo de Chantal Mouffe (2005, 2013). O agonismo implica na aceitação dos “adversários” políticos como àquelas pessoas das quais se discorda e cujas ideias se combate (MOUFFE, 2005). Esse dissenso é legítimo e compõe a tolerância liberal-democrática: a realidade do conflito político é inerente à democracia e suprimi-la seria um passo em direção a uma ordem autoritária (MOUFFE, 2005, p.21). Desta feita, na distinção entre agonismo e antagonismo feita por Mouffe, o primeiro representa a luta entre adversários e o segundo um perigoso embate entre inimigos (ibidem). O antagonismo descrito por Mouffe (2013) resvala

para a mobilização do ódio quando Bolsonaro diz: “vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre, hein? Vamos botar esses picaretas para correr do Acre. Já que eles gostam tanto da Venezuela, essa turma tem de ir pra lá. Só que lá não tem nem mortadela, hein, galera. Vão ter de comer é capim mesmo”, quando visitou Rio Branco na campanha eleitoral de 2018 (RIBEIRO, 2018).

Catalisada pela desinformação, a rejeição às vacinas tem a ver com um posicionamento *anti establishment* (KATA 2010, CAMARGO JR., 2020). Essa descrença e desconfiança em relação às fontes consideradas peritas ou tradicionais, como a ciência, a medicina e o trabalho jornalístico, pode levar “à recusa sistemática de qualquer afirmação de tais fontes” (CAMARGO JR., 2020, p.2). A disseminação de desinformação por parte de autoridades políticas amplia um cenário de pós-verdade onde as certezas podem ser desafiadas por epistemologias populares (CESARINO, 2020b) que já não são pautadas tanto em evidências, mas em “fatos alternativos” (LYNCH, 2020). Cesarino (2020c) considera que as epistemologias populares do atual sistema informacional são baseadas em três fatores: a experiência imediata, as conexões causais ocultas (como teorias da conspiração) e as barreiras entre grupos (divisões entre esquerda e direita, e.g) que fomentam o ressentimento (STOKER, 2017).

O debate sobre desinformação está, portanto, diretamente relacionado com o debate sobre as estratégias de comunicação populistas em geral, e as estratégias de comunicação digitais em particular. No Brasil, o populismo de Bolsonaro se vale fortemente das mídias sociais para sua sustentação (CESARINO, 2020; GUAZINA, 2021). Em suas lives no Facebook, Bolsonaro buscou se comunicar diretamente com seus apoiadores, sem a intermediação de jornalistas. Nesse fluxo de comunicação direta via mídias sociais, característica do populismo contemporâneo (ENGESSER ET AL., 2017; MAZZOLENI; BRACCIALE, 2018), Bolsonaro faz uso de uma estratégia de propagação de informações inverídicas, boatos e teorias da conspiração que dispensa a filtragem (o *gatekeeping*) de especialistas da ciência e do jornalismo profissional (RECUERO, SOARES, 2021).

Com base na literatura sobre populismo que enxerga nos discursos populistas uma oposição binária e antagônica entre o povo e as elites do *establishment* (LACLAU, 2005, MUDDE; KALTWASSER, 2017; ENGESSER ET AL., 2017; JAGERS; WALGRAVE, 2007), o populismo anticientífico<sup>13</sup> é definido por Mede e Schäfer (2020, p.473) como um “conjunto de ideias que sugerem que há um antagonismo moral entre um suposto povo virtuoso

---

<sup>13</sup> Mede e Schäfer (2020) usam o termo “science-related populism”. Optamos por traduzi-lo como populismo anticientífico, uma vez que nesse tipo de comunicação política a autoridade das instituições peritas é afrontada.

e uma suposta elite acadêmica desvirtuada<sup>14</sup> em torno de uma disputa epistêmica pela verdade e pela soberania acerca das decisões científicas. Claro que nem toda crítica direcionada à ciência é populista: em alguns casos, a cobrança por procedimentos éticos, as objeções justificadas por religiões diversas e o descontentamento em relação a determinadas pesquisas que ignoram aspectos legais e sociais das populações afetadas não carregam por si só o espírito antissistema e antagonico que contrapõe povos e uma elite de especialistas (MEDE; SCHÄFER, 2020, p.475). No caso das reivindicações de cunho populista da extrema-direita, o que se tem é a constatação empírica de um discurso anticientífico, ao menos contra muitos consensos científicos, ainda que apresente a linguagem e especialistas da ciência para se legitimar (VAN ZONEN, 2012), em prol do fortalecimento de epistemologias populares alternativas (CESARINO, 2020b).

A descentralização e a maior desintermediação do conhecimento, com a chegada em campo de novos *gatekeepers* que vem de fora da mídia tradicional e das instituições peritas, possibilita a oferta e, em muitos casos, uma potente e rápida proliferação de enquadramentos que desafiam à ciência (MACHADO ET AL., 2020). A maior participação e engajamento das audiências por meio das mídias sociais é entendida por parte da literatura como “propaganda participativa” (WANLESS; BERK, 2017) e “ação conectiva”, com os indivíduos compartilhando suas próprias versões e enquadramentos pessoais ao ativismo (BENNETT; SEGERBERG, 2012). A emocionalização do discurso e o apelo ao senso comum, à vontade popular (ENGESSER ET AL., 2017), são indicados como características do discurso populista anticientífico (MEDE; SCHÄFER, 2020).

Pelas lentes desse populismo anticientífico, a dura verdade apresentada pela ciência em relação às mudanças climáticas é vista como algo indesejável e incômodo, que se prefere negar a combater, e questões de saúde como a vacinação, recomendações nutricionais e outras medidas evidenciadas pelas autoridades médicas e científicas são percebidas como uma “imposição de decisões” paternalistas das elites corruptas que perturbam as vidas do “povo bom e comum” (TAGGART, 2000 *apud* MEDE; SCHÄFER, 2020, p.481). Ainda que haja diferentes nuances e não uma completa aplicação desse modelo conceitual do chamado populismo anticientífico, é o que vemos no discurso de Bolsonaro e, de maneira geral, no que parece ser um denominador comum nos enquadramentos antivacina (KATA, 2010; 2012; HORNSEY ET AL., 2018).

---

<sup>14</sup> “We propose to conceptualize science related populism as a set of ideas which suggests that there is a morally charged antagonism between an (allegedly) virtuous ordinary people and an (allegedly) unvirtuous academic elite”. (MEDE; SCHÄFER, 2020, p. 473).



Como bem ressalta Lynch (2020), os grupos com discurso anticientífico não rejeitam necessariamente a ciência *per se*, mas recorrem a especialistas que reforcem suas crenças alternativas. Assim, quando se trata da disputa de lados opostos em relação a fatos que são atestados cientificamente, tais como as mudanças climáticas antropogênicas, o evolucionismo e a necessidade das vacinas, Lynch (2020, p.54) salienta que “ambos os lados apresentam reivindicações de verdade alicerçadas na autoridade da ‘ciência’ e apoiadas por institutos, produção de literatura, museus e outras instituições<sup>15</sup>” (tradução do autor).

Por vezes, epistemologias negacionistas dos consensos científicos são baseadas mais na observação da vida real e das experiências individuais das pessoas comuns e menos em experimentos feitos rigorosamente pela comunidade técnico-científica dotada de autoridade (MEDE; SCHÄFER, 2020). Os cientistas do *establishment* são por vezes acusados de serem corruptos e promover uma “*junk science*” que visa favorecer interesses corporativos (LYNCH, 2020, p.50).

A postura anticientífica do governo federal pode ser verificada também nas suas políticas orçamentárias. Em outubro de 2021, o Congresso Nacional, a pedido da equipe econômica do governo, aprovou cortes de gastos no orçamento do Ministério da Ciência e da Tecnologia que chegaram a R\$ 600 milhões (PALHARES, 2021). A redução de investimentos ameaçou o andamento de pesquisas no país e foi duramente criticada por entidades científicas (*idem*).

Portanto, o negacionismo anticientífico do governo Bolsonaro não vem da pandemia. No campo ambiental, o desmonte das políticas de fiscalização do meio ambiente começou pela indicação de Ricardo Salles, um dos líderes e fundadores do movimento ultraliberal Endireita Brasil (DIAS, 2017, p.49) para Ministro do Meio Ambiente em 2018, após a vitória de Bolsonaro. Naquele mesmo ano, após as eleições, Salles foi condenado por crime ambiental no Estado de São Paulo (TAJRA, MONTESANTI, 2018), quando exercia o cargo de Secretário de Meio Ambiente. Negacionistas dos alertas científicos de que o desmatamento estava crescendo na Amazônia brasileira, Ricardo Salles e Jair Bolsonaro criticaram publicamente os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Segundo relatório do instituto no início de agosto de 2019, até 31 de julho daquele ano 5.879 km<sup>2</sup> de floresta haviam sido desmatados, 40% a mais que no ano anterior (NEGRÃO, 2019). Em 2 de agosto de 2019, o então diretor do INPE, Ricardo Galvão, foi afastado do cargo. Nas palavras de Bolsonaro,

---

<sup>15</sup> “Both sides present truth claims backed by the authority of “science” and supported with institutes, bodies of literature, museums, and other institutions.” (LYNCH, 2020, p. 54).

Galvão estaria a serviço de alguma ONG e o INPE divulgaria dados duvidosos e contrários aos interesses brasileiros<sup>16</sup> (para essa discussão sobre desinformação relacionada a crimes ambientais, confira BACCARIN, VILARINS, 2022).

Os discursos carregados de racismo, islamofobia, nativismo e “etnocracia” aparecem como pontos convergentes na extrema-direita ao redor do mundo. A ideia de que o grupo “interno”, o povo, deve ser protegido e defendido contra o grupo “de fora” é recorrente no populismo, no caso de direita, e foi identificado em diferentes estudos (MAZZOLENI; BRACCIALE, 2018; VREESE ET AL., 2018; CESARINO, 2020). Essas categorias de povo, elite, inimigos e “outros” são, para Laclau (2005), significantes vazios e flutuantes, portanto vagos, sem significados previamente definidos. No populismo de Jair Bolsonaro, por exemplo, a maior parte dos inimigos era interna: os comunistas, os partidos de esquerda, os artistas, os LGBTQ, os “bandidos”, os “corruptos”, os jornalistas, os ambientalistas, dentre outros (VON BÜLOW, ABERS, 2022).

O entendimento de que o representante encarna o representado de maneira performática (Saward, 2019) é um ponto chave da teoria da representação (VIEIRA, 2017). A performance ocorre independente do líder ser populista ou não. O populismo, como indicado por Mudde (2019), Urbinati (2019) e Mudde e Kaltwasser (2017), não representa um rompimento com o governo democrático representativo e nem uma transição automática para a democracia direta. Entretanto, ao “presentearem” os seus constituintes, construídos como a categoria “povo”, com a representação de seus interesses e a incorporação das vozes populares, os líderes populistas buscam se consolidar como a única voz a ser ouvida (URBINATI, 2019, p.166). Há aí um conflito entre populismo e democracia liberal.

O discurso da direita radical populista é caracterizado por Mudde (2007) pela presença de três atributos: o nativismo (demarcação da fronteira entre amigos e inimigos, com cunho nacionalista), do populismo (divisão na sociedade, entre o povo puro e a elite corrupta, e “clamor de que a política é respeito à soberania popular acima de tudo”, ROVIRA KALTWASSER, TAGGART, 2022, p.3), e do autoritarismo (que envolve a defesa de valores tradicionais e de uma sociedade hierárquica).

Em artigo sobre a relação entre o populismo e a pandemia, Rovira Kaltwasser e Taggart (2022) têm as seguintes perguntas norteadoras: o populismo teria sido prejudicado pela pandemia? Como o discurso populista afetou o enfrentamento da emergência sanitária? Os

---

<sup>16</sup> Exoneração de diretor do Inpe é publicada no 'Diário Oficial'. Disponível em <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/07/exoneracao-de-diretor-do-inpe-e-publicada-no-diario-oficial.ghtml>. Acesso em 18 de novembro de 2023.

autores concluem que os atores da direita radical populista (PRR) se apresentaram como defensores da liberdade (ROVIRA KALTWASSER; TAGGART, 2022). Em decorrência disso, governos populistas de direita tiveram a tendência de implementar menos medidas rígidas de combate à COVID-19 (MULDOON ET AL., 2021) quando comparados a governos não pertencentes à PRR. Estar à direita implica em uma rejeição maior ao Estado e uma inclinação para defender o “livre mercado” (ROVIRA KALTWASSER; TAGGART, 2022, p. 10).

Dentre os principais culpados apontados pela cartilha populista da direita radical, estão a OMS, o globalismo, os governadores e prefeitos e a mídia, entendidos como parte de um complô conspiratório na pandemia. No Brasil, os enquadramentos foram muito semelhantes aos observados nos Estados Unidos: defesa irrestrita das liberdades individuais, críticas ao uso das máscaras e dos lockdowns, e foco em priorizar a economia (ROVIRA KALTWASSER; TAGGART, 2022).

Foi possível perceber na direita brasileira uma tendência ao libertarianismo, que prezava por menor interferência estatal no controle da pandemia. Foi também observado, antes da campanha de vacinação, um nativismo e uma xenofobia contra a “vacina chinesa do Dória”, cunhada como “vachina” (GRAMACHO; TURGEON, 2021; KALIL ET AL., 2021). Essa rejeição específica à Coronovac foi arrefecendo com o passar dos meses e o avançar da campanha de vacinação em 2021, em razão de ativistas acreditarem que a tecnologia de vírus inativado presente na vacina do Butantan em parceria com o laboratório Sinovac é mais segura que a plataforma de RNA mensageiro da Pfizer, por exemplo (ver o capítulo 4).

Há, hoje, forte base de suporte para a direita radical populista no Brasil (VON BÜLOW; ABERS, 2022). Desde a redemocratização, até junho de 2013, os protestos de rua tinham sido em sua maioria de orientação de esquerda, uma vez que as ideias de direita circulavam quase que sigilosamente em seus círculos e fóruns digitais, sendo rechaçadas em público após a nefasta experiência das ditaduras militares na América Latina, inclusive no Brasil (PAREDES, TATAGIBA, GALLEGOS, 2022). Contudo, “os grandes meios de comunicação e atores políticos consolidados” ajudaram a amplificar essas vozes, focando na insegurança pública, atacando os direitos humanos, sexuais e reprodutivos e discriminando populações marginalizadas, dentre elas os povos originários (PAREDES, TATAGIBA, GALLEGOS, 2022, p.2). Em miúdos, ajudaram a trazer a extrema direita para o *mainstream* (MUDDE, 2019).

Após quase três mandatos do PT, a cara dos protestos começou a mudar (ALONSO; MISCHÉ, 2017), e grupos de direita começam a frequentar as manifestações, que desaguaram

no apoio massivo ao impeachment da Presidente Dilma Rousseff (DIAS, 2017, ALONSO, 2017). O apelo patriótico, nacionalista, elencado por Ângela Alonso (2017) e Alonso e Mische (2017) como um dos repertórios do ciclo de protestos que se iniciou em 2013, foi uma constante durante todo o governo Bolsonaro e até mesmo após a derrota do ultradireitista, como observado durante os atos antidemocráticos e golpistas de 08 de janeiro de 2023, que culminaram na invasão e depredação das sedes dos três poderes.

Em um cenário de maior rejeição popular aos partidos, líderes personalistas que conseguem crescer para além das estruturas partidárias - Bolsonaro foi eleito estando em um partido pequeno - ganham espaço e se tornam a face e o título dos seus movimentos - bolsonarismo, trumpismo, dentre outros (MUDDE, 2019). É também na simplificação do jogo político que o populismo de direita no Brasil se aproxima da desinformação digital, das notícias falsas e do investimento em comunicação visual, por vídeos e memes (CHAGAS, MAGALHÃES, MODESTO, 2019; BACCARIN, 2019; ABELIN, 2020; CHAGAS, MASSUCHIN, 2022). O sistema binário criado entre líder e povo contra o entorno ocupado por desafetos políticos cabe bem na linguagem das mídias digitais (CESARINO, 2020).

A celeuma da desinformação e de seu campo semântico, como *fake news* (notícias falsas), boatos e teorias da conspiração, não é novidade na história da humanidade (JACK, 2017). Não obstante, a novidade que advém do desenvolvimento da plataformização da internet é a “escalabilidade (facilidade de reprodução em larga escala), alcance e permanência no espaço online (uma vez publicado, é difícil de ser apagado por completo)” (RECUERO, 2020, p.386). Isso confere uma agilidade sem precedentes na difusão de notícias falsas e teorias da conspiração nas mídias sociais, cujo espalhamento também pode ser considerado uma prática de ativismo digital (MENDONÇA ET AL., 2022).

Em uma abordagem que se concentra na análise dos significados associados ao problemático e pouco preciso conceito de “*fake news*”, Farkas e Schou (2018) argumentam que este termo deve ser considerado um “significante flutuante” no sentido laclauiano (LACLAU, 2005). A definição de “*fake news*” está em perene disputa política, principalmente para deslegitimar opositores e construir hegemonias. A imprensa hegemônica e o jornalismo profissional são questionados por líderes autocratas e passam a ser vistos como desonestos, em contraposição “à verdade e a liberdade de expressão das redes” (CESARINO, 2020). Essa postura antimídia não se restringe ao meio digital: ela é materializada no *offline* (FARKAS; SCHOU, 2018), quando líderes populistas como Trump e Bolsonaro se recusam a responder a jornalistas de determinados veículos de comunicação.

A Web 2.0 deu espaço para a atuação de novos *gatekeepers* como alternativa aos jornalistas profissionais da imprensa tradicional e perfis oficiais. Os *gatekeepers*, “porteiros” ou guardiões informacionais, em uma tradução livre, filtram o fluxo de informação, decidindo o que divulgam para o público. Originalmente, o termo era utilizado nos estudos da comunicação para se referir às empresas de mídia que atuam como filtros da informação (GARIMELLA ET AL., 2018). Barzilai-Nahon (2009) compreende ser necessário ampliar o entendimento sobre *gatekeeping* de modo a considerar as possibilidades advindas da internet, que seria um espaço de produção de informação política por elites e não-elites (FOOT; SCHNEIDER, 2006 *apud* BARZILAI-NAHON, 2009).

Nesse sentido, usuários comuns podem ser curadores de informação nas mídias sociais, o que é um passo para a descentralização da produção de conteúdo noticioso, antes concentrada nas mãos da mídia tradicional (GARIMELLA ET AL., 2018, p. 3). Highfield (2016) ressalta o papel das contas de paródia no Twitter que dão enquadramentos para as notícias atuais, posicionando-se, em certa medida, como *gatekeepers*. Na mesma linha, Chagas et al. (2017) argumentam que os memes sobre política devem ser percebidos como produção de sentido por parte dos usuários da rede (CHAGAS ET. AL, 2017). Berrocal e colegas (2014) também notam o papel de engajamento suscitado pelo “entretenimento político” de vídeos do youtube.

Marres (2018) destaca a importância da verdade baseada em fatos para o bom funcionamento da democracia. Face à crise epistêmica que hoje temos enfrentado, “com uma reação contra os especialistas” (MARRES, 2018, p.425), o que inclui uma queda na confiança no trabalho dos jornalistas profissionais, a solução de *fact-checking* não é suficiente para resgatar a confiança nos fatos apurados pela imprensa, já que “as iniciativas de checagem de fatos envolvem confiança na autoridade jornalística, por isso frequentemente carecem de eficácia” (MARRES, 2018, p.424). Com a lógica neoliberal das plataformas digitais, há uma disputa epistêmica em torno da verdade e do conhecimento científico na esfera pública (CESARINO, 2021). A perspectiva sistêmica proposta por Cesarino (2021) ajuda a entender que fenômenos como neoliberalismo, conservadorismo moral, populismo e desinformação estão ocorrendo na mesma infraestrutura, portanto não deveriam ser analisados de forma isolada.

## Neoliberalismo como episteme

O trabalho dos gatekeepers está intimamente ligado à produção social de verdades (CESARINO, 2021). A história da verificação “não é uma história do verdadeiro, não é uma história do falso” (FOUCAULT, 2008, p.61), mas sim do que tem importância politicamente. Foucault ressalta, portanto, que a verdade é disputa de poder e que os sujeitos estão nesse regime de verdade da liberdade econômica.

Na lógica da pós-verdade e do neoliberalismo (WAISBORD, 2018), os indivíduos passam a contar menos com o papel do Estado e passam a contar com si próprios para a gestão da sua vida (BROWN, 2015; 2019; CESARINO, 2021). Na pandemia vivenciada, no Brasil, sob o governo Bolsonaro isso se tornou evidente da pior forma: a comunicação e a ação institucional do SUS foram enfraquecidas em prol de uma narrativa negacionista (NASCIMENTO, CESARINO, FONSECA, 2020), que difundiu formas alternativas de tratamento, com medicamentos comprovadamente ineficazes para a COVID-19 (RECUERO, SOARES, 2021), como substituição das políticas de lockdown e fechamento do comércio.

No mundo neoliberal, onde cada homem e mulher é levado a se perceber como uma empresa individual no âmbito privado, a responsabilização em diversas questões da vida - a saúde, a previdência, o cuidado, o desemprego, a educação superior, a educação dos filhos, a obtenção da informação política, o trabalho voluntário - passa a ser entregue nas mãos dos sujeitos (BROWN, 2015). Este “sujeito econômico” (o *homo economicus* descrito por Foucault, 2008) se tornou normativo em diferentes esferas. Brown (2015) descreve o processo de disseminação de métricas do mercado para diferentes instâncias da vida humana. Os sujeitos econômicos podem ser vistos como trabalhadores, commodities, consumidores, clientes, pacientes, empreendedores, investidores, capital humano de autoinvestimento. Essas variações ocorrem de acordo com as condições da vida econômica em um território e o investimento nem sempre é feito em termos monetários: ele pode ser empreendido em relação ao tempo, ao afeto, ao reconhecimento social e simbólico.

Cesarino (2020b) nota que para além de uma doutrina econômica que subsidia a prática governamental com sua racionalidade (FOUCAULT, 2008), o neoliberalismo é uma estrutura epistêmica. Imersos no oceano de caos informacional, continuamos buscando respostas e informação segura - ou não tão segura assim - em plataformas digitais que buscam maximizar ao máximo o nosso “tempo de tela”, na lógica da economia da atenção (BRUNO; BENTES; FALTAY, 2019). O sujeito mais suscetível à crença em notícias falsas é “o mesmo indivíduo

influenciável que forma a base do modelo de negócios das grandes empresas de tecnologia digital” (CESARINO, 2020b).

O desmonte de políticas públicas, cortes de gastos sociais e as privatizações são algumas das medidas centrais do plano neoliberal de governo (BROWN, 2015). Como resultado dessas medidas, é transferida aos sujeitos - e às suas famílias - a responsabilização pelo sucesso, entendido como investimento individual de capital humano. Nessa racionalidade, os indivíduos são substituíveis e descartáveis e competem entre si por uma posição no mercado: a igualdade deixa de ser um objetivo da democracia e o tecido social é degenerado. Essa racionalidade da ideologia neoliberal, ou, em alguns casos, ultraliberal (ROCHA, 2019), vende uma mentalidade de individualismo, de autorresponsabilidade e independência em relação ao outro (PETRA, NO PRELO), como substituição à solidariedade social (LOREY, 2015, BROWN, 2019).

Wendy Brown (2015, 2019) aponta que há um casamento entre economia de mercado, dogma neoliberal, e valores tradicionais como a defesa da família acima de tudo. Com esse arranjo, ideologias conservadoras, antiminorias, antifeministas, anti-LGBTQs, já hegemônicas, ganham ainda mais espaço, sendo portadas em discursos de líderes da extrema direita e em movimentos que ganham tração no online e no offline (CORRÊA; KALIL, 2020). Para esses grupos, seus discursos, muitas vezes reacionários, violentos e ameaçadores se justificam pela defesa das liberdades individuais (BROWN, 2019).

A interferência do Estado no plano familiar heterossexual, privado e moral seria então mínima: cada família é uma empresa a ser gerida sem a intervenção estatal. Nesse sentido, ao priorizar a propriedade privada, os ganhos individuais e o bem-estar do mercado em detrimento dos bens públicos, o neoliberalismo aumenta a erosão da solidariedade social e da própria implementação de cidadania plena. Como bem pontuado por Cesarino (2021, p. 81), “a responsabilidade pela gestão dos riscos da pandemia recaía, em última instância, também sobre os indivíduos.” Um exemplo disso é a preferência dos usuários pela realização de pesquisas online sobre vacinas, medicamentos e medidas sanitárias, feitas por conta própria e com respaldo das fontes consideradas seguras pelos indivíduos - nem sempre, fontes seguras ou peritas (KATA, 2012). Essa lógica enseja um senso de agência do usuário que promove seu empoderamento (VAN ZOONEN, 2012).

Ainda que diferentes causas sejam apontadas para essa emergência pandêmica do ativismo contra a vacinação obrigatória no Brasil - os impactos da desinformação, do populismo, das ideologias de direita, mais associadas ao individualismo (DRYHURST ET AL., 2020) e menos intervenção estatal (RUTJENS ET AL., 2021) - não se deve ignorar o poder de

agência dos indivíduos. Assim, a participação em protestos contra o passaporte vacinal não pode ser vista apenas como influência *top-down*, de Bolsonaro para seus apoiadores. Ela tem também um aspecto *bottom-up*, de maneira que os movimentos bolsonaristas, bem como a nova direita brasileira no geral (ROCHA, 2019; VON BÜLOW, ABERS, 2022), são aqui percebidos como peças de um mosaico de diferentes pautas e reivindicações direcionadas às autoridades. Dentre essas pautas, foram predominantes no ativismo analisado nesta pesquisa as que clamam por mais liberdade individual e menos interferência estatal em assuntos tidos como privados.

Para Cesarino (2021, p. 86), “a direita radical vicejou neste ambiente de colapso generalizado de contextos”, característica do neoliberalismo da era digital. Olavo de Carvalho, guru da extrema direita brasileira, transgrediu fronteiras entre as esferas públicas e a privada, trazendo grande impessoalidade e vulgaridade da última para a primeira (ibidem). Esse colapso de contextos envolve um processo de dissolução de esferas sociais (p.85), onde há borramento das fronteiras entre o público e o privado, entre igrejas e canais do YouTube.

Estaríamos diante da transposição da pós-política para a antipolítica (BALLESTRIN, 2018). Comuns aos recentes movimentos considerados pós-democráticos são os discursos negacionistas, anti-intelectuais, anti-científicos, antifeministas, anti-democráticos e antiliberais de modo geral (ibidem, p.157). Esse horizonte de negação ou ceticismo em relação aos valores e instituições da democracia, bem exemplificados por Ballestrin (2018), pode ser agravado com a disseminação de boatos e notícias falsas que atacam os pilares democráticos e semeiam a desconfiança e o ressentimento. A simplificação e a emocionalização do discurso, quando não o seu falseamento, nas mídias digitais (ABELIN, 2020; GERBAUDO, 2018) contribuem para o deslocamento dos cidadãos a um patamar de radicalização ou sentimento de niilismo (BROWN, 2019).

Wendy Brown (2019) nota uma perigosa combinação de niilismo e ressentimento, que mobiliza afetos como o rancor, a raiva e desejo de vingança. O niilismo é tido por Brown (2019) como desafiador da verdade e dos valores fundamentais. Seria a banalização da distinção entre verdadeiro e falso, notícia ou mentira, além do aumento da dessacralização de valores como o respeito, a humanidade e a compaixão. Pois já “não é necessário que o indivíduo seja moral, apenas que grite sobre isso” (BROWN, 2019, p.212). Em um cenário de pós-verdade, essa indiferença pode reduzir os custos da mentira e falsificação dos fatos (CESARINO, 2021).

As mudanças nos parâmetros comunicacionais estão gerando desigualdade de acesso e segmentação do público, o que inflama ainda mais o tecido social democrático e agrava crises epistêmicas (NGUYEN, 2020). O fluxo torrencial de notícias falsas e teorias da conspiração



confronta o sistema de peritos (MACHADO ET AL., 2020). Assim, as universidades, centros de pesquisa, especialistas e a mídia tradicional passam a ser vistas com desconfiança ou, em última instância, desprezo por grupos que consomem conteúdo conspiratório nas plataformas digitais. A experiência de não-mediação ao receber e confiar na veracidade de vídeos enviados no WhatsApp e no Telegram como detentores da realidade “nua e crua, que a Globo não mostra” exemplifica bem as lógicas mútuas de pós-verdade e eu-pistemologia. Para os ativistas, “se está no vídeo gravado em tempo real e eu estou vendo, é real, não tem o que discutir”.

Esse avanço da chamada “pós-verdade” (WAISBORD, 2018) é intensificado com a viabilidade de expansão algorítmica do conteúdo criado pelos usuários. Estes - alguns famosos, que ganham o status de influenciadores; outros, usuários comuns - em muitos casos, desenvolvem propagandas participativas muito influentes (WANLESS; BERK, 2017), em apoio a autoridades públicas ou a diferentes causas. É o que tem sido observado no Brasil, por exemplo, com a campanha pelo tratamento precoce, que encontrou guarida em fortes associações médicas como os conselhos regionais e o Conselho Federal de Medicina (VON BÜLOW, ABERS, 2022; FERRARI ET AL., 2022), entre membros do Ministério da Saúde brasileiro (OLIVEIRA, BACCARIN, GUIMARÃES, 2020) e que foi sobretudo vocalizado e propagandeado pelo presidente Jair Bolsonaro por diversas vezes. Isso tudo tornou a defesa do tratamento precoce, isto é, da utilização de medicamentos como a cloroquina e a ivermectina para tratar a COVID-19, uma pauta popular entre os apoiadores do governo, que embarcaram na propaganda participativa, a despeito da ineficácia dos medicamentos contra a COVID-19 ter sido comprovada cientificamente.

## **A relação entre a direita e teorias da conspiração**

Indivíduos e partidos de direita tendem a desconfiar mais nas vacinas, em países anglófonos como o Canadá (CAPURRO et al., 2022), os Estados Unidos (RATHJE ET AL., 2021), o Reino Unido (DARIUS; URQUHART, 2021) e a Austrália (CÁRDENAS ET AL., 2021). Em estudo comparado, Rathje et al. (2022) demonstram que a confiança nas vacinas é mais polarizada politicamente nos Estados Unidos que no Reino Unido, o que mostra o impacto do contexto político na adesão às vacinas.

As literaturas da psicologia política e do comportamento político têm apontado que há uma forte relação entre ter uma ideologia de direita, sobretudo a conservadora, e maior chance

de acreditar em teorias da conspiração (HORNSEY ET AL., 2018, DOUGLAS, 2021, RUTJENS ET AL., 2021; DARIUS, URQUHART, 2021). Há também uma relação entre menor nível de coletivismo, crenças em teorias da conspiração e menor adesão às medidas preventivas à COVID-19 (DOUGLAS, 2021, RUTJENS ET AL., 2021). O discurso libertário de não intervenção estatal está por trás, por exemplo, da oposição à obrigatoriedade do uso de máscaras na pandemia por ordem do Estado (DARIUS; URQUHART, 2021).

Segundo a psicóloga Karen Douglas (2021), as teorias da conspiração são tentativas de explicar eventos e circunstâncias significativas como atos maléficos de grupos secretos poderosos (DOUGLAS, 2021, p. 270, tradução própria). Um contexto de incertezas como o da pandemia é propício para o crescimento de teorias conspiratórias, uma vez que as pessoas buscam formas de lidar com as dificuldades e entender a realidade, através de crenças que enxergam padrões e conexões que não são reais (DOUGLAS, 2021; KALIL ET AL., 2021).

Darius e Urquhart (2021) tratam as comunidades de teoria da conspiração como um tipo de movimento social. As características descritas por Touraine (1995) como sendo as definidoras de movimentos sociais, isto é, princípio de identidade (pertencimento ao grupo), princípio da oposição (oposição a outro grupo/ às elites), e o princípio da totalidade (a visão do movimento toma conta das interpretações do indivíduo sobre o mundo), podem ser transpostas para o entendimento de teorias da conspiração como movimentos sociais, o que ajuda a compreender a forte adesão de indivíduos a elas.

Essas comunidades se formam e se fortalecem em torno de teorias da conspiração, o que passa por um processo de formação de identidades coletivas, senso de pertencimento e sensação de perseguição, tanto *online* como *offline* (DARIUS; URQUHART, 2021). Nas comunidades antivacina, anti-lockdown e contra o 5G no Reino Unido, investigadas pelos autores, foi identificado um aumento de descrença nas autoridades da saúde. Os pesquisadores perceberam a tendência de grupos ligados à uma teoria da conspiração terem conexões com outras teorias conspiratórias (DARIUS; URQUHART, 2021; DOUGLAS, 2021).

Os autores consideram as comunidades conspiratórias como “movimentos sociais desinformados” (DARIUS; URQUHART, 2021), pertencentes ao “lado sombrio dos movimentos sociais” (STERNISKO et al., 2020). Argumentamos que, ainda que a desinformação seja um problema a ser levado em conta, a equação é muito mais complexa: a escolha de aderir a um movimento conspiratório sofre fortes influências de ideologias políticas, ou seja, de escolhas e motivações políticas e ideológicas. Em outras palavras, o problema não é estar meramente desinformado ou confuso, mas estar imerso em um sistema epistêmico que desafia epistemologias científicas hegemônicas (LYNCH, 2020). Indivíduos com filiações

parecidas, que compartilham interesses em comum, promovem uma polinização de ideias conspiratórias, o que pode levar a uma polarização epistêmica, que não necessariamente têm polos simétricos.

Para Sternisko e coautores (2020, p.2, tradução nossa), a maioria “das teorias da conspiração é epistêmica (ou seja, explicam eventos) e contra-normativa (i.e., desafiam o conhecimento consensuado)”<sup>17</sup>. Nesse sentido, a crença em teorias conspiratórias não acontece por acaso, mas é calcada em motivações políticas e psicológicas (STERNISKO et al., 2020; DOUGLAS, 2021), que servem para legitimar vieses de atores individuais e coletivos.

Pesquisadores encontraram também uma relação entre compartilhamento de sites de notícias hiper-partidários e considerados pouco confiáveis no Twitter e menor confiança nas vacinas (RATHJE ET AL., 2022, p.7). Nos Estados Unidos, os usuários que seguiam influenciadores e veículos de mídia republicanos apresentaram maior hesitação em relação às vacinas (ibidem, p. 8).

Na Noruega, a simpatia à direita também está relacionada à maior recusa das vacinas, como demonstrado por Wollebæk et al. (2022). Essas comparações são interessantes por sugerirem que há uma rede transnacional de ideias de questionamento à vacinação, o que poderia ser melhor elucidado em pesquisas futuras, com um desenho internacional e interdisciplinar.

Peixoto e co-autores (2022) buscam investigar o impacto do bolsonarismo na vacinação. Os dados mostram que os locais onde Bolsonaro teve maior votação em 2018 têm taxas de vacinação menores contra a COVID-19, e a cobertura vacinal é menor na dose de reforço (terceira dose). Ainda que não seja possível cravar que a causa seja exatamente essa, durante a pandemia Jair Bolsonaro “foi protagonista de um movimento que dificultou a construção de uma crença coletiva de confiança na alternativa dada pela ciência para o fim da crise pandêmica: os imunizantes contra o vírus da Covid-19” (p.4).

Bolsonaro apostou na realização de lives semanais em suas mídias sociais para manter contato com a sua base, sem a intermediação da imprensa, ainda que tenha dado entrevistas e participado de comitativas de imprensa. Nesses discursos, ele engatou uma abordagem negacionista que preconizava a minimização da gravidade da doença e propaganda de medicamentos sem eficácia comprovada contra a COVID-19 (PEIXOTO; LEAL; MARQUES, 2022).

---

<sup>17</sup> “Most conspiracy theories are epistemic (i.e. explain most events) and counter-normative (i.e. challenge agreed upon knowledge).”

Nascimento, Cesarino e Fonseca (2020) mostram como a cloroquina, um medicamento conhecido por ser usado contra a malária, foi instrumentalizada para reforçar enquadramentos bolsonaristas de combate à COVID-19. Os médicos defensores da cloroquina ganharam grande legitimidade entre os apoiadores de Bolsonaro. Na batalha epistêmica sobre o que de fato é científico, os médicos são vistos como detentores de forte legitimidade, seguidores da “ciência verdadeira”, não aquela da OMS (NASCIMENTO, CESARINO, FONSECA, 2020). Como defendem Kalil e colegas (2021), “abordagens que tentam escapar das dicotomias da ‘irracionalidade versus política’, ou ‘ciência versus obscurantismo’ têm o potencial de fornecer novas ferramentas para a compreensão das teorias da conspiração”. (KALIL ET AL., 2021, p.13), na mesma linha de Lynch (2020), que entende que a disputa epistêmica é complexa e matizada.

O tratamento precoce, apesar de comprovadamente ineficaz para a COVID-19, foi propagandeado pelo Ministério da Saúde e incorporado à política pública de combate à doença no SUS (FERRARI et al., 2022), com grande influência do grupo Médicos pela Vida. Apesar da superação da pandemia com o avanço da vacinação, até outubro de 2023, momento de escrita desta dissertação, o grupo continua organizado, em plena atividade, com atualizações no seu *website* e no seu canal no Telegram. Esses médicos “advogam para si o caráter de objetividade científica e de “verdadeira ciência” em suas colocações.”(ibidem, p. 4215). É, portanto, um movimento que pode ser classificado sob a chave analítica do populismo anti-científico (MEDE; SCHÄFER, 2020).

Há uma tendência de relação entre ideologia bolsonarista e baixa procura vacinal, mas essa conexão deve ser vista com cautela, pois não é a única causa. Demoras na distribuição das vacinas pelo Ministério da Saúde brasileiro, sobretudo no segundo semestre de 2022, podem também explicar a baixa vacinação com as doses de reforço em muitos municípios (PEIXOTO; LEAL; MARQUES, 2022). Houve também uma maior demora para abaixar a idade do público alvo. A evidente hesitação em relação à terceira dose pode ter também a ver com menos restrições de decretos estaduais e municipais.

Na pandemia de COVID-19, parte das narrativas antivacina orbitam em torno de polarizações políticas pré-existentes, como observado na cisão eleitoral norte-americana em 2020 (BAINES; ITTEFAQ; ABWAO, 2021). Nos Estados Unidos, há uma substancial diferença entre democratas e republicanos no que se refere ao entusiasmo vacinal: em abril de 2021, 80% dos democratas declararam já ter tomado a vacina, contra 55% dos republicanos (HAMEL ET AL., 2021). Dentre os republicanos, 20% disseram que definitivamente não

tomariam a vacina e 14% que “esperariam para ver”; números que se restringem a 4% e 12% dos norte-americanos democratas (ibidem).

A polarização política tem se acirrado no Brasil sobretudo a partir do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Ao longo do julgamento de afastamento de Rousseff, essa polarização se manifestou tanto nos fóruns online (VON BÜLOW; DIAS, 2019) como também nos espaços offline, tendo sido representada materialmente pelo muro que separou manifestantes a favor e contra o impeachment na Esplanada dos Ministérios em Brasília (ALONSO, 2017). No Brasil essa polarização também vai além da política e avança para áreas que antes poderiam ser tidas como blindadas pelo rigor técnico, como as ciências da saúde (RECUERO; SOARES, 2021).

A pandemia de COVID-19 escancarou a tendência de crescimento do ceticismo em relação à ciência (RUTJENS ET AL., 2021). Os enquadramentos típicos do ativismo contra as vacinas no geral se sobrepõem aos argumentos de objeção direcionada especificamente às vacinas da COVID-19. Para Rutjens et al., (2021, p.277), “níveis de ceticismo em diferentes tópicos variam de acordo com grupos ideológicos.” Assim, a direita e conservadores são associados à maior negação e descrença na ciência (HORNSEY ET AL., 2018). A ideologia do livre mercado, por exemplo, não se alinha bem com políticas ambientais, no caso dos grupos negacionistas das mudanças climáticas antropogênicas (LEWANDOWSKY ET AL., 2013). Há na direita uma priorização da liberdade individual, desejo por Estado mínimo, pelo mínimo de intervenção governamental possível (RUTJENS ET AL., 2021; JOST, 2017).

Aqueles que têm visões de mundo mais individualistas, em contraponto a igualitárias, percebem a COVID-19 como um risco menor (DRYHURST et al., 2020). Em uma pandemia, os impactos podem ser imensuráveis, de modo que “com a COVID-19, agir de acordo com suas atitudes céticas pode ter um custo pessoal imediato (ou seja, ser infectado), enquanto que seguir os conselhos científicos evita esse custo” (RUTJENS ET AL., 2021; p. 280).

Van der Linden et al. (2020) destacam os fatores psicológicos que levam os conservadores a acreditarem mais em notícias falsas e teorias da conspiração que os liberais nos Estados Unidos. Dentre os principais fatores, está a prevalência de um pensamento paranóico, que está alinhado a maior desconfiança em instituições públicas, dentre elas as de governo, e científicas, além da imprensa tradicional. Ruisch et al. (2021, p.797) entendem que a pandemia foi “uma lente ideal para examinar a influência das várias personalidades, crenças, diferenças demográficas e ambientais que caracterizam a divisão ideológica.”

As atitudes em relação à pandemia foram influenciadas pelas elites políticas e por especialistas da medicina e da ciência (Ruisch et al., 2021). Nações cujos líderes apostaram em

discursos populistas, que ao mesmo tempo que buscam uma unidade nacional, patriótica, provocam também uma divisão entre “nós e eles”, sobretudo quando esse discurso não foi acompanhado de adesão a recomendações científicas (MULDOON ET AL., 2021), tiveram piores resultados contra a COVID-19. Assim, as autoras destacam o papel de líderes em incentivar as medidas recomendadas pelas instituições científicas e promover uma comunicação pública eficiente. Em países com maior polarização e divisões, houve menos coesão social no cumprimento de medidas preventivas (ibidem).

Pesquisas da área da psicologia política mostraram que a orientação político-ideológica dos cidadãos foi um fator relevante na adesão às medidas de combate à COVID-19 (MULDOON ET AL., 2021, RUISCH ET AL., 2021). Desta maneira, na Austrália (CARDENAS ET AL., 2021), na Alemanha (AMARAL ET AL., 2021), nos Estados Unidos (RUISCH ET AL., 2021) e também no Brasil (CALVO; VENTURA, 2021), na Itália (LOVARI, 2020; DELLA PORTA, LAVIZZARI, 2023) e na Noruega (Wollebæk et al. 2022), os indivíduos de direita se mostraram menos inclinados a cumprir as regras preventivas contra o vírus do que os cidadãos de esquerda. Uma das explicações é de que a direita é mais associada ao individualismo (HORNSEY ET AL., 2018, RUTJENS ET AL., 2021), em contraponto ao comunitarismo.

Para Kalil et al. (2021) e Douglas (2021), momentos de incerteza e crise são propícios para a circulação de rumores e teorias da conspiração. As teorias da conspiração ganham força na medida em que buscam explicar eventos complexos, em contextos de grande tensão e mudanças. Uma das teorias da conspiração mais disseminadas na pandemia foi de que o vírus foi criado pelo Partido Comunista Chinês para suprimir liberdades individuais no ocidente (KALIL ET AL., 2021). Nessas crenças conspiratórias, há uma forte presença da ideologia neoliberal: defesa das liberdades individuais e menos atuação do Estado, críticas à intervenção estatal para conter o contágio em governos estaduais e municipais, por exemplo. Ademais, há registros de campanhas contra as vacinas pautadas no “pânico moral”, muito usado por grupos conservadores ao longo das últimas décadas (AMARAL ET AL., 2022), e readaptado para o contexto incerto da pandemia, que suscitou muitos medos.

Esclarecemos que o escopo não é, portanto, a análise da hesitação vacinal em si, entendida como um problema multifatorial (MACDONALD, SAGE, 2015; BETSCH ET AL., 2018; SOUTO, KABAD, 2020), que vai além de fatores político-ideológicos, foco desta análise. Na realidade, buscamos entender, ainda que com as limitações amostrais, o ativismo que cresceu em torno da pauta contra a vacinação obrigatória para a COVID-19 no Brasil. Como veremos, parte dos enquadramentos apresentados pelos ativistas entrevistados são

intrinsecamente ligados à questões de saúde e concernentes à própria vacina, quais sejam a segurança e eficácia dos imunizantes, tempo de teste, produtos farmacêuticos, dentre outras dúvidas e medos. Mas há também - e aí está o interesse maior da pesquisa - um corpo discursivo que evoca questões abertamente ideológicas e políticas, que emergiram nos discursos desses ativistas e dão indícios de que a rejeição às vacinas e o ímpeto para o ativismo tem também motivações políticas, impulsionadas pelo populismo bolsonarista, como explicado na revisão feita neste capítulo teórico.

### Capítulo 3 - Incursões e Reflexões Metodológicas

Este capítulo traz explicações sobre a metodologia adotada para a realização da pesquisa e também ponderações sobre as implicações éticas de se estudar um movimento conspiracionista. A pesquisa parte de uma abordagem interpretativista, que prioriza a compreensão das “crenças e práticas de atores situados” (BOSWELL, 2022, p. 335), considerando o contexto social, cultural, político e epistêmico da formulação de discursos e enquadramentos por esses atores (BLUE, 2016). A abordagem interpretativista possibilita a inclusão de diferentes perspectivas sobre determinado tema de interesse público (BLUE, 2016), e aqui fazemos isso através de um estudo de caso.

Os estudos de caso podem ser caracterizados como uma forma de delimitar o fenômeno a ser pesquisado (GERRING, 2004; FLYVBJERG, 2006; SCHWANDT; GATES, 2018). Eles podem envolver um indivíduo ou diferentes atores, se circunscrevendo ao nível micro, meso ou macro, quando envolvem, por exemplo, democracias, sociedades, comunidades (SCHWANDT; GATES, 2018). Seguimos o entendimento de Della Porta e Lavizzari (2022, p.721), de que “um foco no nível meso e coletivo de protestos pode complementar de forma útil as interpretações que foram previamente propostas no nível micro, individual ou no nível macro, contextual”.

Conforme realizado por Kuhn (1987), os estudos de caso são essenciais para a consolidação das disciplinas, na medida em que exemplos são apresentados para o avanço empírico do campo (FLYVBJERG, 2006, p.242). Por meio deste estudo de caso, procuro compreender o imbricamento entre o ativismo contra a vacinação obrigatória para a COVID-19 e a ideologia populista de direita em uma crise sanitária. A análise qualitativa de conteúdo, técnica que é realizada aqui, tem como objetivo “entender o significado da comunicação em contextos específicos” (DRISKO, MASCHI, 2015, p.1). Os autores definem o método como uma “família de técnicas de pesquisa que faz inferências sistemáticas, críveis, ou válidas e replicáveis de textos e outras formas de comunicação” (ibidem, 2015, p.7).

É também necessário mencionar que esta pesquisa foi feita no âmbito de um projeto aprovado e financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF). Assim, envolveu a participação do grupo de pesquisa Resocie, cujos membros desenvolveram outros estudos de caso sobre a relação entre a sociedade civil e o sistema político na conjuntura da crise política iniciada em 2016, com a deposição da Presidenta Dilma Rousseff, até a



pandemia de COVID-19. Durante a pandemia, o Resocie também desenvolveu um repositório<sup>18</sup> com o mapeamento de iniciativas civis para enfrentar o alastramento da COVID-19. Um dos primeiros produtos desta pesquisa foi um relatório publicado no site<sup>19</sup> do repositório sobre as práticas digitais e offline dos ativistas contrários à obrigatoriedade da vacina para a COVID-19 (BACCARIN, 2022). Para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessário apresentar aos entrevistados um termo de consentimento (Anexo 3), aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas (CEP-IH) da Universidade de Brasília (UnB). Uma vez que o termo prevê o anonimato dos entrevistados, eles não foram identificados aqui.

A questão ética que envolve a pesquisa passa também pelo cuidado que se deve ter para não reproduzir discursos conspiracionistas e desinformativos, com potencial lesivo à saúde (SWIRE-THOMPSON; LAZER, 2020), como no caso do ativismo que rejeita as vacinas, aqui discutido. A literatura sobre os dilemas éticos e metodológicos de se pesquisar a extrema-direita (MONDON; WINTER; 2020; DAMHUIS; DE JONGE, 2022) traz reflexões importantes. Mondon e Winter (2020) salientam a dificuldade de encontrar a medida certa para não demonizar e tampouco normalizar e legitimar os atos e discursos dos pesquisados. Kocyba e Sommer (2022) também alertam para os riscos de dar, involuntariamente, ainda mais visibilidade para grupos extremistas de direita ao publicar sobre eles. Pesquisar movimentos de extrema-direita traz para o pesquisador a responsabilidade de ter o cuidado de sempre citar entre aspas o que é dito pelo movimento e contextualizar o discurso como parte de sua estratégia de comunicação política, mantendo, portanto, uma perspectiva crítica para não referendar em hipótese alguma esses discursos (KOCYBA; SOMMER, 2022, p. 211).

Tendo em mente a sensibilidade do tema, que trata diretamente sobre saúde e que envolve atores conspiracionistas, tomei, portanto, o máximo possível de cuidado para não identificar os entrevistados. Todos foram anonimizados, bem como os médicos, ativistas, lideranças e especialistas citados por eles, também com a preocupação de não dar visibilidade para esses atores, considerando que a dissertação ficará disponível *online* e poderá ser facilmente acessada e compartilhada.

Damhuis e de Jonge (2022) iluminam as dificuldades que os cientistas sociais enfrentam para realizar entrevistas com atores de extrema direita. Isso se dá, logo de partida, devido à distância político-ideológica entre cientistas sociais e atores do espectro da direita, o

---

<sup>18</sup> O repositório pode ser conferido neste link: <https://repositoriomobilizacovid.resocie.org/>. Acesso em 17 de novembro de 2023.

<sup>19</sup> Os demais relatórios de pesquisa publicados sobre outros movimentos podem ser acessados aqui: <https://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/>. Acesso em 17 de novembro de 2023.

que pode gerar estranhamento, sobretudo dos segundos com os primeiros. Pelas diferenças ideológicas entre pesquisador e pesquisado, pode ser mais difícil para o primeiro desenvolver um vínculo e uma relação de escuta empática com o segundo, o que envolve conquistar também a sua confiança, algo que é fundamental para esse tipo de pesquisa. Apesar dos desafios, as entrevistas ajudam a elucidar e entender “complexas motivações individuais que impulsionam diferentes tendências e fenômenos” (ibid., p.1).

Nessa linha de reflexões sobre as implicações éticas da pesquisa com públicos de extrema direita, como aqueles com quem interagi em protestos presenciais e nas entrevistas feitas, é também preciso que eu reconheça que a minha posição como homem branco, estudante de mestrado em Ciência Política em uma universidade pública de renome como a Universidade de Brasília, com certeza teve um impacto e facilitou a minha abordagem aos entrevistados. Primeiro, como ressaltam Damhuis e de Jonge (2022), é fundamental se identificar como pesquisador para evitar possíveis confusões e ambiguidades (ser confundido com um apoiador da causa deles, por exemplo). Quando me apresentei e solicitei entrevistas, as respostas foram, em geral, repletas de cordialidade e a recepção foi positiva, a ponto de eu ser convidado por um entrevistado para comer pizza com seu grupo em uma reunião mensal realizada em um restaurante de Brasília (agradei o convite, mas não compareci). O perfil demográfico (gênero, raça, escolaridade, dentre outros)<sup>20</sup> do pesquisador pode ajudá-lo ou prejudicá-lo com determinados públicos (MONDON, WINTER, 2020). Afinal, “pesquisadores que pertencem a grupos alvos e não compartilham uma identidade privilegiada com os ativistas podem não conseguir o mesmo acesso e, se conseguirem, podem vivenciar um risco extra”<sup>21</sup>. (ibidem, p. 9).

Como aprendizado do processo de observações participantes e entrevistas, é digno de nota mencionar, ainda que raras, certa desconfiança e hostilidade em algumas tentativas de abordagem a potenciais entrevistados. Em um dos casos, na UnB, um dos participantes, jovem e estudante da universidade, percebeu que estávamos gravando e tirando fotos e veio nos pedir para que apagássemos a imagem dele. Prontamente, eu apaguei na frente dele, expliquei a pesquisa e garanti que o rosto de nenhum deles seria exposto sem permissão. Após essa contextualização, ele e seus dois amigos aceitaram dar entrevistas.

---

<sup>20</sup> Ramalingam (2021) e Deodhar (2022) são pesquisadores racializados que fazem uma discussão sobre os desafios enfrentados ao se pesquisar grupos de extrema direita que muitas vezes têm visões racistas, anti-minoria e anti-imigração. Apesar das limitações encontradas, os autores mostram que ainda assim foi possível desenvolver uma conexão com os entrevistados que aceitaram participar da pesquisa.

<sup>21</sup> “Researchers who belong to target groups and do not share a privileged identity with the activists may not get the same access and, if they do, may experience added risk.”

Para alcançar os objetivos da pesquisa, busquei, como primeiro passo, mapear e posteriormente entrevistar parlamentares e ativistas que estavam alinhados ao então presidente Jair Bolsonaro. Esse recorte se justifica pelas repetidas declarações de Bolsonaro contra as vacinas para a COVID-19, o que me levou a investigar se parlamentares e ativistas bolsonaristas estavam de acordo com essa rejeição aos imunizantes. A primeira entrevista semiestruturada foi realizada no dia 01 de dezembro de 2021 com um deputado federal. Com o período subsequente de recesso parlamentar, ainda que tenha buscado contato com outros parlamentares, não foi possível marcar entrevistas. A partir do dia 03 de janeiro de 2022, no contexto que antecedeu o início da vacinação das crianças no Brasil, eu iniciei a pesquisa de campo de maneira mais intensa e a concluí em 26 de abril de 2022, o que compreendeu, portanto, o período de quase 5 meses.

Nesse período, medidas de exigência de apresentação do cartão de vacinação, o chamado passaporte sanitário, também estavam sendo discutidas em todo o país, nas esferas municipais, estaduais e federal. Nas universidades públicas, por exemplo, discutia-se a autonomia universitária para exigir o passaporte vacinal de toda a comunidade acadêmica. No dia 03 de janeiro, realizei a primeira observação participante em um seminário online promovido pelo Deputado Federal Diego Garcia (até então no Podemos, Paraná, hoje no Republicanos), contra a vacinação das crianças e a implementação das medidas do “passaporte sanitário”. No dia seguinte, 04 de janeiro de 2022, o Ministério da Saúde realizou uma audiência pública na sede da OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde) em Brasília para discutir a vacinação contra a COVID-19 em crianças<sup>22</sup>, sem a presença da ANVISA, que não viu necessidade de levar um representante por já ter dado o seu parecer favorável à vacinação infantil. Em protesto à audiência, um ato contrário à vacinação das crianças foi realizado na frente do prédio da OPAS e eu pude estar presente e entrevistar alguns ativistas.

A seleção dos ativistas e parlamentares para a realização das entrevistas semiestruturadas se deu sobretudo através do método bola-de-neve, ou seja, por meio de indicações de outras pessoas feitas pelos respondentes ao longo das entrevistas com eles. Esse tipo de abordagem ajudou a ganhar a confiança dos potenciais entrevistados, uma vez que indicações de amigos davam legitimidade (“eu tive uma conversa muito interessante com X, que te indicou para uma entrevista, vai ser ótimo te ouvir sobre isso também”), técnica apontada como importante para ampliar a rede de respondentes (DAMHUIS; DE JONGE, 2022, p.4).

---

<sup>22</sup> #AoVivo: Audiência pública sobre vacinação contra a Covid-19 em crianças. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=7kGAd2\\_C8zQ](https://www.youtube.com/watch?v=7kGAd2_C8zQ). Acesso em 18 de novembro de 2023.

Houve, então, um claro viés de seleção que se justifica pela intenção de registrar a indicação de lideranças e outros apoiadores da rede ativista. Para tentar mapear o máximo possível de discursos, considerando as limitações impostas pelo tempo da pesquisa de mestrado, entrevistei lideranças e ativistas das cinco regiões do Brasil, com o objetivo não de buscar uma generalização ou análise exaustiva sobre o movimento, mas sim de entender sua capilaridade e maior ou menor heterogeneidade discursiva.

Assim, cheguei ao número de 42 entrevistas com parlamentares dos três níveis da federação e ativistas. As transcrições integrais das entrevistas totalizaram 849 páginas e o processo levou aproximadamente 10 meses para ser concluído. Eu transcrevi entrevistas e contei com a ajuda de 3 estudantes de graduação e um assistente que foi contratado para transcrever com auxílio financeiro do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Todas foram revisadas por mim e depois manualmente codificadas.

Além das entrevistas, para coletar dados esta pesquisa adotou a técnica da observação participante em dois “cursos de formação” contra o passaporte sanitário e a vacinação infantil feitos no Zoom por iniciativa do Deputado Federal Diego Garcia, nos dias 03 e 13 de janeiro de 2022. Para participar do primeiro evento, era necessário preencher um questionário no Google Forms, que foi divulgado nos perfis do deputado. Para a segunda reunião, houve a divulgação do link do Zoom por e-mail, para quem tivesse participado do primeiro encontro. Esses seminários também foram importantes para a identificação de atores chave em um primeiro momento, como médicos e advogados que se mobilizaram contra a vacinação obrigatória para a COVID-19 no Brasil. Ademais, por meio deste seminário realizado pelo parlamentar da câmara federal, foi possível identificar a presença de quatro vereadores que se apresentaram no *chat* ou que constavam na lista de participantes da reunião com o nome “Vereador(a)”. Não foi identificada a presença de nenhum deputado federal além do anfitrião da reunião, e de nenhum membro dos legislativos estaduais. Entrei então em contato com os quatro vereadores e buscamos marcar as entrevistas (três deles aceitaram).

Pude também fazer a observação participante em três protestos realizados presencialmente em Brasília: um no dia 04 de janeiro, em frente à sede da Organização Pan-Americana de Saúde, em decorrência da audiência pública que foi realizada lá pelo Ministério da Saúde; outro no dia 22 de janeiro, chamado de Dia Mundial pela Liberdade (*World Rally For Freedom*) e que ocorreu em frente ao Congresso Nacional; e um no dia 04 de fevereiro, que aconteceu na Universidade de Brasília, contra a exigência do passaporte vacinal na universidade. A técnica de observação participante em seminários feitos online e em protestos

presenciais ajudou no processo de entendimento do fenômeno analisado, possibilitando a formulação de perguntas que subsidiaram, posteriormente, as entrevistas semi-estruturadas.

Para além da identificação de parlamentares nos já mencionados cursos de formação online, o segundo e principal critério de procura e escolha de parlamentares se deu a partir da busca pelos termos “passaporte sanitário” e/ou “passaporte vacinal” na barra de notícias do mecanismo de busca do Google. A partir desses resultados, investiguei se os parlamentares mencionados apresentaram algum projeto de lei no estado ou município contra o passaporte sanitário; se convocaram audiência pública para discutir o tema ou se discursaram em audiência pública sobre essa pauta; e se fizeram postagens em suas páginas públicas no Instagram ou no Twitter. A intenção era examinar, de maneira não sistemática, possíveis postagens recentes contra o passaporte sanitário ou a vacinação infantil ou de adolescentes e adultos de modo geral. Ademais, a escolha de entrar em contato e, com sucesso, entrevistar parlamentares seguiu o critério bola de neve, ou seja: se o parlamentar foi citado por algum outro mandatário ou por um ativista, eu busquei contactá-lo.

A escolha de realizar entrevistas envolve uma delimitação da amostra. Nesta pesquisa, trabalho com a amostragem proposital (*purposive sampling*), uma vez que essa modalidade de amostra é “adequada para estudos qualitativos onde o pesquisador está interessado em informantes que tenham o melhor conhecimento sobre o tema da pesquisa” (ELO ET AL., 2014, p.4), ou seja, neste estudo de caso, os atores inseridos no grupo de ativistas contra o passaporte vacinal.

Como resultado desses esforços, conseguimos entrevistar 14 parlamentares, sendo 1 deputado federal, 5 deputados estaduais, 1 deputada distrital e 7 vereadores. Entramos em contato com mais parlamentares, mas por conta das suas restrições na agenda, inclusive de pré-campanha, a maioria não quis ou não pôde responder. Os outros 28 entrevistados, por não terem mandatos, foram considerados ativistas. Destes, 11 foram entrevistados em protestos de rua feitos em Brasília em janeiro e fevereiro de 2022. A lista de entrevistados, anonimizados por questões éticas, pode ser conferida no Anexo I.

O questionário semiestruturado que norteou as entrevistas pode ser conferido no anexo II. Foram feitas perguntas sobre a confiança nas vacinas da COVID-19; por quê são contra o passaporte sanitário; confiança nas demais vacinas do PNI; posicionamento ideológico dos entrevistados e se são filiados a partidos políticos; a avaliação sobre Jair Bolsonaro e o governo federal; práticas de ativismo digital e offline e hábitos de informação; trajetória de participação em outros protestos, com temas não relacionados à vacina; tentativas de influenciar a sociedade e as pessoas ao redor nesse debate sobre as vacinas; indicação de lideranças eleitas ou ativistas

que são referências e aliados nesse tema; qual a religião deles e se há motivação religiosa nesse ativismo contra a obrigatoriedade das vacinas; e, por fim, visões de futuro e estratégias para os próximos protestos; como se sentem em relação ao convívio com demais pessoas nesse contexto de ter ou não se vacinado; possibilidade de mudarem de opinião em relação às vacinas ou ao passaporte sanitário e como reagem à checagem de fatos que diz que não houve comprovação de que mortes foram causadas pelas vacinas.

As entrevistas com parlamentares e ativistas contra a vacinação obrigatória para a COVID-19 foram analisadas a partir do livro de códigos, criado para esta análise, de maneira principalmente indutiva, mas que também se baseou dedutivamente nas literaturas sobre enquadramentos de ação coletiva (BENFORD; SNOW, 2000; DIAS, VON BÜLOW, GOBBI, 2021), para a classificação dos diferentes enquadramentos. As contribuições teóricas sobre legitimação de discursos (VAN LEEUWEN, 2007; RECUERO, 2020) também foram utilizadas para pensar as três diferentes formas de legitimação discursiva encontradas a partir dos dados: a médica, a jurídica e a conspiratória.

Apesar da robusta literatura sobre enquadramentos, na qual me ancoro para avançar na análise, para Snow, Vliegthart e Ketelaars (2019, p. 405)<sup>23</sup>, há ainda “um conjunto de questões que ainda não foi suficientemente explorado e que diz respeito à relação entre os quadros de ação coletiva e os processos de enquadramento e os fatores culturais e psicológicos sociais relevantes, como a narrativa, a ideologia, a identidade coletiva e a emoção. É evidente que se trata de conceitos sobrepostos que interagem de formas ainda não totalmente compreendidas.” Assim, com base em outros trabalhos que discutem o uso de enquadramentos de ação coletiva (BLUE, 2016; DIAS, 2017; VON BÜLOW, DIAS, GOBBI, 2021; FONSECA, 2021; MENDONÇA; SIMÕES, 2022; ABERS; VON BÜLOW, 2023), operacionalizo esse conceito das ciências sociais para analisar o caso do ativismo contra a obrigatoriedade da vacina para a COVID-19 no Brasil.

Benford e Snow (2000) elencam três tarefas de enquadramento de ação coletiva: os enquadramentos diagnósticos, os prognósticos e os motivacionais. Os enquadramentos **diagnósticos** buscam identificar um problema e o culpado por esse problema; os **prognósticos** focam nas soluções e estratégias para superar o problema e os **motivacionais** provêm argumentos para convencer e inspirar as audiências, fazendo o uso de referências culturais,

---

<sup>23</sup> “A second cluster of issues that have not been sufficiently explored concerns the relationship between collective action frames and framing processes and relevant cultural and social psychological factors, such as narrative, ideology, collective identity, and emotion. Clearly, these are overlapping concepts that interact in ways not yet fully understood.” (SNOW; VLIEGENTHART; KETELAARS, 2019, p.405).

status econômico e social, além de emoções (DIAS, VON BÜLOW, GOBBI, 2021, p.72). Acrescentamos, com base nos achados empíricos aqui discutidos, ainda um quarto tipo de enquadramento, o **identitário**, que diz respeito à forma dos ativistas descreverem seu próprio movimento, organização, eventos e grupos e que combina características diagnósticas e motivacionais. O enquadramento identitário não se encaixa totalmente em diagnóstico, nem em motivacional, por isso o propomos como um quarto tipo, também baseado em Gamson (1992), que escreveu sobre enquadramentos de identidade, injustiça e agência.

O processo de codificação envolveu diferentes etapas. Iniciamos com as transcrições das entrevistas semiestruturadas realizadas, feitas ao longo do ano de 2022. É importante mencionar que o tempo de duração das entrevistas variou consideravelmente, de modo que algumas tiveram mais de 2 horas, o que fez com que o processo de transcrição fosse altamente trabalhoso.

A partir daí, foi possível extrair do texto, de forma indutiva, diferentes informações: se o respondente se vacinou contra a COVID-19; quais são as suas fontes de informação e quais plataformas de mídias sociais ele/ ela usa; a sua religião; participação em outros atos e protestos políticos à direita; menção a parlamentares e, por fim, os enquadramentos identificados indutivamente. Posteriormente, passamos para a classificação dedutiva dos enquadramentos, com base nas categorias de Benford e Snow (2000) descritas acima, em conjunto com o quarto tipo identificado, o identitário.

Desta maneira, essa classificação foi feita manualmente e envolveu a fusão de uma pluralidade de enquadramentos em rótulos aglutinadores. Em outras palavras, foram identificados nós e subnós, de modo que os primeiros, mais gerais, foram priorizados na classificação em detrimento dos segundos. Para exemplificar, trago abaixo o nó e os subnós do enquadramento diagnóstico “Não estão sendo ouvidos”:

**Tabela 1 - Exemplo do processo de classificação.**

Nó diagnóstico	Subnós
Não estão sendo ouvidos	Direita é atacada por notícias falsas (fake news) nas redes sociais (vitimização) - A perseguição aos conservadores é grande - Conservadores estão sendo perseguidos pela sua opinião - Vozes cristãs estão sendo

	<p>caladas - Não são recebidos pelo prefeito ou o governador, são alvo de piada - Vitimização/ “Eles julgam que quem é de direita já é automaticamente preconceituoso” - Medo de perseguição de ativistas contrários à vacina - Obscurantismo é querer cercear a liberdade de expressão (inversão) - Algumas pessoas têm medo de se expor por suas posições de questionamento às vacinas - É necessário ter coragem para falar contra o passaporte sanitário, pessoas estão sendo intimidadas - Há uma perseguição a quem está contra a obrigatoriedade - Quem se posiciona está correndo risco/ Muitas pessoas têm medo de falar sobre isso</p>
--	--

**Nó Diagnóstico “Não estão sendo ouvidos”. Fonte: o autor**

Foram então feitas duas categorizações diferentes: a mencionada acima, em tarefas de enquadramentos (diagnósticos, prognósticos, motivacionais e identitários) e a classificação dos entrevistados nas três formas de legitimar o discurso (médica, jurídica ou conspiratória). No total, foram identificados 38 enquadramentos diagnósticos, 32 prognósticos, 29 motivacionais e 22 identitários.

Quando analisamos os diferentes perfis dos entrevistados, e, sobretudo, os seus argumentos chaves para justificarem a sua posição contra a obrigatoriedade das vacinas, buscamos responder a seguinte pergunta: como eles buscam legitimar e validar suas posições em relação às vacinas, à pandemia e ao passaporte sanitário? Com base em uma classificação indutiva, a partir da análise dos dados das entrevistas, mas também tendo em conta a literatura sobre legitimação do discurso (VAN LEEUWEN, 2007; RECUERO, 2020) e sobre teorias da conspiração (DOUGLAS, 2021), conseguimos agrupar o conteúdo das diferentes entrevistas em três correntes de legitimação discursiva:

**1) Jurídica** - A crítica à obrigatoriedade da vacina apresenta legitimação jurídica. A legislação e a Constituição Federal são citadas para dar legitimidade ao argumento.



Judicialização e *habeas corpus* são tidos como estratégias para se blindar do passaporte sanitário. A preservação da liberdade é evocada.

**2) Médica** - Há a busca de validação dos argumentos por meio da menção a termos médicos e científicos, que são usados para validar o discurso. A autoridade médica de profissionais que questionam a vacina é frequentemente evocada. Há também forte referência a casos de efeitos adversos das vacinas.

**3) Conspiratória** - As teorias da conspiração, “tentativas de explicar eventos e circunstâncias significativas como atos maléficos de grupos secretos poderosos” (DOUGLAS, 2021, p. 270, tradução própria), são por si só uma forma de legitimação. Essas teorias conspiratórias contam também com a adesão de especialistas respeitados pelos membros da comunidade conspiracionista.

A tabela abaixo expõe a distribuição não excludente (alguns se enquadraram em mais de uma categoria ou até em todas) das diferentes correntes de legitimação discursiva entre os entrevistados:

**Tabela 2 - Correntes de legitimação discursiva**

	Corrente de legitimação		
	Médica	Jurídica	Conspiratória
Número	28	15	17

**Fonte: Elaboração do autor, com base na análise de conteúdo das entrevistas realizadas.**

A tipologia de classificação foi elaborada de forma indutiva, através do que os próprios dados expressavam. Tomei como ponto de partida a pergunta inicial do questionário, sobre envolvimento com a temática das vacinas: O que te motivou a se aproximar da atuação política? Você participa dos debates sobre a vacina desde o início da vacinação, ou é uma atuação mais recente? (Anexo 2). Ademais, com base no exposto pelo entrevistado ao longo da entrevista, em outras respostas ao questionário semi-estruturado, foi possível também apreender o tipo de legitimação que balizou sua argumentação.

## Perfis dos entrevistados

Foram entrevistados 14 parlamentares (cf. anexo 1), o que inclui 1 deputado federal (MS); 1 deputada distrital (DF), 5 deputados estaduais (CE, PE, RJ, SP, RS) e 7 vereadores de diferentes municípios brasileiros: 1 do interior do Paraná; 2 de municípios pequenos de Santa Catarina; 1 de um município médio do Rio de Janeiro, 1 de uma grande cidade do Ceará; 1 de um município grande do Rio Grande do Sul e 1 de uma grande cidade no Acre. Em relação aos 28 ativistas que não são parlamentares, no que se refere à ocupação, há: 1 médico; 4 advogados; 1 delegado; 3 empresários; 3 estudantes; 1 designer gráfico; 3 publicitárias; 1 comissária de bordo; 1 “mãe em tempo integral”; 1 psicóloga; 1 assessor parlamentar; 2 professoras; 5 servidores públicos e 1 que não mencionou sua ocupação. Destes 28 ativistas, 6 fazem parte do grupo Os Casos Raros, formado em setembro de 2021 (Entrevista 34). O objetivo do grupo é reunir pais e mães cujos filhos teriam sido vítimas das vacinas para a COVID-19 e alertar sobre os possíveis efeitos adversos dos imunizantes. A atuação do grupo é intensa no Telegram e no Instagram e conta com a participação ativa de voluntárias (as citadas foram mulheres) e apoio de médicos e advogados. Assim como houve movimentos para a proteção das pessoas contra a COVID-19 (FONSECA, 2021, ABERS, VON BÜLOW, ROSSI, 2021), ou de auxílio aos familiares das vítimas fatais da doença (ABERS, VON BÜLOW, 2023), há esse movimento para ajudar vítimas da vacina e para mobilizar pessoas contra a vacinação obrigatória.

Quanto ao *status* vacinal dos entrevistados, 28 deles foram vacinados. Dos 12 que declararam ter sido imunizados, 5 deles tomaram duas doses; 2 a dose única e 2 a primeira dose apenas, ao passo que outros 3 vacinados não disseram quantas doses tomaram. Dois entrevistados não informaram sobre seu status vacinal, ainda que um deles tenha declarado na entrevista que tem defendido e divulgado a campanha de vacinação, embora de forma não obrigatória.

Em relação à religião, 31 entrevistados se disseram cristãos: de maneira que há 14 evangélicos, 11 católicos, e 3 que se declaram como espíritas. Quanto aos demais, que não se classificam como cristãos, há 1 judia, 5 que se descreveram como “espiritualistas” ou espiritualizadas, mas sem religião; 1 que disse “acreditar em Deus, mas sem ter religião”; e ainda 1 que se percebe como ateu e 1 como agnóstico. Ainda, há o registro de 2 que não expressaram qual é a sua religião.

No grupo de entrevistados, há 22 homens e 20 mulheres. Do total dos 42 respondentes, 18 foram candidatos a algum cargo eletivo nas eleições de 2022, todos concorrendo por

partidos de direita. Assim, 8 se candidataram para uma vaga de deputado federal (2 pelo PL, 1 pelo União Brasil, 1 pelo PSC, 1 pelo PP, 1 pelo Podemos, 1 pelo Patriota e 1 pelo Republicanos) e 1 de senador (PRTB); 8 entrevistados disputaram o cargo de deputado estadual (4 pelo PL, 2 pelo PSC, 1 pelo PSD e 1 pelo Podemos), e 1 de deputado distrital (PTB). Dos candidatos, somente 3 foram eleitos, todos disputando reeleição: um, foi reeleito deputado federal (PP), e dois reeleitos deputados estaduais (PL). Ainda que os demais não tenham sido exitosos em sua eleição, ingressar eleitoralmente no sistema político é uma meta que pode ser traçada por um período extenso de tempo, sobretudo se se considerar que alguns desses ativistas já foram candidatos em eleições passadas.

Quanto ao posicionamento ideológico (categoria excludente), a maioria (35) se percebe na direita: 9 se descreveram apenas como de direita, sem dar detalhes, 15 são conservadores, 5 usaram o binômio liberais-conservadores, 4 se disseram libertários, 1 se descreveu como de centro-direita e 1 como liberal, mas em oposição à esquerda. Uma entrevistada se vê como independente, ao passo que 6 não se denominaram como de direita e nem de esquerda. Ainda, quanto à avaliação de Jair Bolsonaro e seu governo, 35 respondentes declararam que apoiam o ex-presidente; 7 não se declararam apoiadores, mas expressaram alguns pontos de concordância com Bolsonaro.

Os ativistas brasileiros contra o passaporte vacinal e/ou as vacinas contra a COVID-19 são altamente engajados nas mídias digitais. O repertório de ativismo digital inclui a realização de lives no YouTube e no Instagram, cursos e seminários no Zoom, postagens no Twitter, criação de websites, perfis no Instagram e canais do Telegram para reunir relatos de reações adversas das vacinas, divulgação de grupos no WhatsApp e no Telegram, uso de plataformas menos conhecidas e com menos moderação de conteúdo, como o GETTR<sup>24</sup> e o Rumble<sup>25</sup>. No caso do WhatsApp, alguns ativistas e influenciadores divulgam seus números para que as pessoas entrem em contato, mas em relação aos grupos, a preferência parece ser pelo Telegram, que permite maior número de membros por grupo.

Por meio da observação participante e através de algumas entrevistas, consegui ter acesso a nomes e links de canais e grupos do Telegram sobre as vacinas e contra o passaporte sanitário no Brasil, que foram identificados e foram monitorados ao longo do campo no primeiro trimestre de 2022, ainda que sem o rigor metodológico que seria exigido de uma

---

<sup>24</sup> Plataforma criada por Jason Miller, ex-assessor de Donald Trump, e lançada em 04 de julho de 2021 (AMÂNCIO, 2022).

<sup>25</sup>O Rumble é uma plataforma semelhante ao YouTube, criada em 2013 no Canadá e percebida como garantidora da liberdade de expressão (SILVERMAN, 2020).

estratégia de etnografia digital. Os dados dos canais e grupos do Telegram a seguir foram coletados no dia 02 de abril de 2022, por volta das 13h15.

### **Canais**

- ESCOBAR - 15.977 inscritos
- ANTIVACINAS - 7.635 inscritos
- World Wide Rally Belo Horizonte - 409 inscritos
- World Wide Rally Brasilia - 2.439 inscritos
- Os Casos Raros - 6.730 inscritos
- Mães pela Liberdade - 252 inscritos
- Médicos pela Vida - 120.064 inscritos
- ABRAVAC\_Informações - 3.013 inscritos
- Pereda News - 2.506 inscritos
- Dra. Maria Emilia Gadelha Serra - Saúde no Trombone - 28.449 inscritos
- Movimento Pela Liberdade - 3.465 inscritos
- Canal Arlene Ferrari Graf - 8.324 inscritos
- Mães Leoas - 6.500 inscritos

### **Grupos:**

- Movimento Anti-Novo Normal - 4.634 membros
- Antivacinas - 8.293 membros
- Crianças seguras, passaporte sanitário não - 618 membros
- Médicos pela Verdade - 14.299 membros
- Verdades Quase Secretas - 11.942 membros
- SOS - COVID - 1.274 membros
- Pela Liberdade - Anti Passaporte Sanitário - 1.563 membros
- Atualidades & Ação - 649 membros.

É importante considerar a origem do corpus analisado nesta dissertação. Como as perguntas do questionário-semiestruturado estimularam que os entrevistados tratassem de determinados temas abordados, houve uma delimitação dos assuntos abordados. Não é, portanto, uma análise de enquadramentos públicos como aqueles apresentados em postagens em mídias sociais. No entanto, a utilização da técnica de entrevista semi-estruturada, ou em

profundidade, possibilita que se conheça, de modo conversacional, aspectos que talvez não estejam explícitos em discursos feitos publicamente (RUTLEDGE, HOGG, 2020), o que inclui motivações e percepções individuais, que ajudam a iluminar um contexto ou problema maior (ANASTASSIOU, 2017). Nesse sentido, as entrevistas em profundidade são particularmente úteis “quando um tópico é pouco explorado ou quando um produto ou processo está sendo desenvolvido” (RUTLEDGE, HOGG, 2020, p. 2). Ainda, as entrevistas em profundidade oferecem maior privacidade para os respondentes, que se sentem mais confortáveis para dizer, de forma mais informal, o que talvez não diriam na frente de seus pares (ibidem, p.3).

A análise qualitativa de conteúdo de entrevistas tem particularidades que dificultam sua replicabilidade e generalização, quais sejam a amostra escolhida de forma seletiva e também a complexidade e exclusividade de informações disponíveis em longos textos - a transcrição das entrevistas. Portanto, as limitações da pesquisa estão relacionadas justamente a essa dificuldade de fazer generalizações a partir do recorte feito neste estudo de caso. É possível, por exemplo, que eu encontre enquadramentos diferentes se eu entrevistar outros atores-chave e lideranças que questionam ou questionaram a vacinação para a COVID-19.

Ainda, os dilemas éticos e metodológicos expostos neste capítulo - a dificuldade para interpretar e publicizar dados de atores conspiracionistas, ligados à direita radical, o desafio de se aproximar deste público para entrevistá-los, o cuidado para não dar mais visibilidade para um tema que tem potencial de causar danos à saúde, etc. - trazem barreiras para a replicabilidade da pesquisa. Reconheço essas limitações mas também é preciso levar em conta que os estudos de caso são, por si só, restritos, e nem por isso menos interessantes e importantes para o avanço do campo científico, uma vez que ajudam a iluminar alguns aspectos que poderiam ser negligenciados em pesquisas feitas em larga escala.

## **Capítulo 4 - Uma Análise dos Enquadramentos e Correntes de Legitimação**

Este capítulo traz uma análise das observações participantes, das quatro tarefas de enquadramentos identificadas, das três correntes de legitimação discursiva, das fontes de informação e uso de plataformas de mídias sociais e, por fim, uma breve seção sobre a relação entre esse ativismo contra a obrigatoriedade das vacinas e o sistema político, inclusive por meio da apresentação de candidaturas nas eleições de 2022.

Como já dito, as observações participantes ajudaram a subsidiar as entrevistas, e iluminaram elementos ideológicos, visuais e organizacionais interessantes. Optamos por apresentar os dados obtidos por esta técnica em seção separada, sobretudo ao considerarmos que, por meio dela, não houve como apreender enquadramentos discursivos e formas de legitimação de forma tão clara como nas entrevistas em profundidade realizadas. Assim, apresento a seguir reflexões que foram suscitadas por meio da observação dos cinco eventos já mencionados.

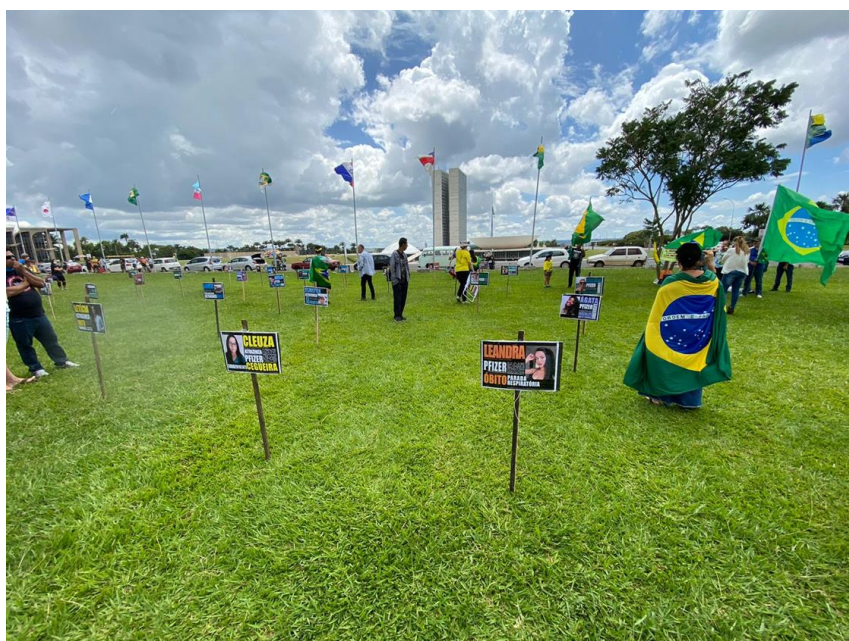
### **As dinâmicas das atividades de observação participante**

As atividades de observação nos eventos mostraram que o ativismo contra o passaporte vacinal ou a vacinação obrigatória foi, no Brasil, uma oportunidade política que ensejou o avanço de diferentes discursos, objetivos da direita e também movimentou as redes de ativistas e parlamentares. O tema é sensível e mobiliza diferentes emoções e instintos, como o medo da morte, própria ou de entes queridos, incluindo crianças (confira as imagens 1, 2 e 3), e a raiva (Imagem 4 e 5) contra o sistema político e as grandes empresas da indústria farmacêutica.



**Figura 1** - Bebê sendo vacinado e comparado a camundongos de laboratório. Fonte: Perfil no instagram de um deputado estadual entrevistado.

**Figura 2** - Convocação do ato das Mães pela Liberdade BR. Fonte: Telegram, canal Mães pela Liberdade.



**Figura 3** - “Memorial de vítimas” no gramado do Congresso. Fonte: Fotografia do autor, dia 22 de janeiro de 2022.



**Figura 4** - “Memorial de vítimas” na Universidade de Brasília. Fonte: Fotografia do autor, dia 04 de fevereiro de 2022.



**Figura 5** – “Vaccine passport, scan this” (passaporte vacinal, escaneie isto). Fonte: Fotografia do autor, dia 04 de fevereiro de 2022.



A observação participante de eventos permitiu identificar grupos que têm se firmado como movimentos de ativistas contra o passaporte sanitário e contra a aplicação das vacinas contra a COVID-19 em adultos e crianças. O mais antigo que foi identificado é a Abravac (Associação Brasileira de Vítimas de Medicamentos e Vacinas), sediada em Rio Branco, Acre e que foi criada para mobilizações contra a vacina da HPV, após potenciais casos de reação àquela vacina (Entrevistas 7, 34, 37). Fiz repetidas tentativas de contato com a presidente da associação para tentar marcar uma entrevista e, apesar dela ter me respondido e mostrado um certo interesse inicial em participar da pesquisa, ela disse que procuraria um representante do setor jurídico da associação e depois não me respondeu mais.

Os demais grupos e movimentos, de fato, foram criados na pandemia, em 2021. Ao menos, é o que podemos verificar em seus perfis do Twitter, plataforma que exibe a data de criação do perfil, e no Instagram e no Telegram, onde é possível ver quando a primeira postagem foi feita. Alguns desses grupos são o Mães Leoas, o Pela Liberdade, o Médicos pela Vida, o Mães pela Liberdade e Os Casos Raros. Os demais grupos identificados parecem ser grupos de direita, de movimentos conservadores, existentes já há mais tempo, como Movimento Conservador do DF e Direita Paraná.

Os significantes “família”, “mães”, “leoas”, “pais” foram bastante usados tanto nos protestos, como no curso online e também nas entrevistas. No protesto realizado no dia 04 de janeiro, uma das líderes de movimentos conservadores do DF gritou contra a Anvisa no alto falante:

“Não à essa vacina experimental em nossos filhos e netos! Nós somos as matriarcas, e quando as matriarcas se levantam é bom vocês correrem, porque nós vamos atacar vocês como leoas!”

Os cursos de formação tinham o título 1º e depois 2º “Encontro Online de Formação: Passaporte Sanitário e Vacinação de Crianças”. No primeiro dia, 03/01, o número de participantes passou de 636. No segundo, em 13/01, a sala do Zoom atingiu ao menos 560 pessoas no seu ápice. Como eram muitos participantes, a maioria não se identificou e não falou, portanto eu também não precisei me apresentar como pesquisador. Na observação participante, é possível ver parte da “convivência” e comunicação dos participantes do movimento. Como se chamam, quais palavras são mais utilizadas, quais emoções são mais mobilizadas, quais imagens?

A longa duração dos cursos é um indicador da intensidade da mobilização desses ativistas contra o passaporte sanitário (BACCARIN, 2022). O primeiro curso, do dia 03 de

janeiro, foi iniciado às 19h e se estendeu até às 1h20 da manhã. No segundo, a duração foi ainda maior, tendo começado às 19h e ido até às 02h24. As mais de 7 horas de seminário sem interrupção mostram a intensidade da mobilização e necessidade de compartilhar suas reivindicações e pontos de vista. Em algumas falas importantes, de líderes e especialistas que foram citados posteriormente em algumas entrevistas como referências importantes do movimento, fica claro que há uma visão de que esse processo de embate com prefeitos, governadores, diretores de escola e com as *big pharma* é uma guerra espiritual.

O chat dessas duas reuniões no Zoom foi também usado como um canal para a divulgação de contatos de médicos que emitem atestado de isenção da vacina, mediante pagamento. Uma das mensagens do chat mostra isso bem:

“gente, em menos de 20 dias eu já estava com o laudo médico, me contra indicando, é preciso correr contra o tempo....dividi no cartão em 10\* e não me arrependo.....salvem suas vidas e a de seus filhos por favor!!!!!!”

Em seguida, a participante divulgou os nomes de alguns médicos que poderiam realizar consultas através da telemedicina, dentre eles médicos muito citados<sup>26</sup> pelos entrevistados e que se tornaram proeminentes nesse movimento contra o passaporte sanitário.

Foi possível perceber também que o chat foi intensamente utilizado para a comunicação escrita, mas poucos indivíduos pediam para falar (usar o microfone) de fato. Houve uma repetição de participantes que ligaram a câmera, alguns nos dois encontros. Aproveitaram também para realizar a convocação para atos presenciais e divulgação de links para grupos e canais no Telegram, como uma maneira de manter os ativistas galvanizados nesta pauta. No final dos encontros, o Deputado Diego Garcia, que é católico, começou a rezar o Pai Nosso - oração cristã que abrange muita gente, dentre católicos, espíritas e evangélicos - e foi acompanhado pelos participantes.

Nos três protestos presenciais contra o passaporte sanitário/ vacinação infantil no DF, também estive presente, agora *offline*. Os atos ocorreram no dia 04 de janeiro de 2022, em decorrência da audiência pública feita pelo Ministério da Saúde para debater a vacinação infantil, entendida como experimental e tirania do Estado (imagem 6); depois em 22 de janeiro de 2022 (imagem 7), por ocasião do movimento mundial chamado de Manifestação Mundial pela Liberdade (*World Wide Rally for Freedom*); e no dia 04 de fevereiro de 2022, na

---

<sup>26</sup> Por preocupações éticas, decidimos não citá-los.

Universidade de Brasília (UnB), para protestar contra o passaporte sanitário nesta universidade pública (imagem 8). Nas três ocasiões, pude entrevistar ativistas presentes nos atos: três no dia 04 de janeiro, dois no dia 22 de janeiro e, com o auxílio de duas colegas da graduação, seis no dia 04 de fevereiro, na UnB.

**Atenção, você de Brasília!!!** 🖐️ 🖐️ 🖐️

Qual futuro estará reservado a um país cujos PAIS NÃO protegem SEUS FILHOS da tirania do Estado?

**DIA 04.01 ÀS 10 HORAS**  
**POVO DE BRASÍLIA** defronte a **SEDE DA OPAS!**

**ATENÇÃO PATRIOTAS de BRASÍLIA**  
**o BRASIL PRECISA de VOCÊS!**

A Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19/MS, realizará **AUDIÊNCIA PÚBLICA** no dia 4 de **JANEIRO** de 2022, das 10 às 13 horas, na Organização Pan-Americana da Saúde/OPAS localizada no endereço Lote 19, Avenida das Nações, SEN - Asa Norte, no intuito de promover um debate com especialistas na área de saúde sobre a **VACINAÇÃO** contra a covid-19 em **CRIANÇAS** de 5 a 11 anos.

**PRECISAMOS do MÁXIMO de PESSOAS, DIA 04.01 às 10 HORAS, MANIFESTANDO-SE CONTRA a APLICAÇÃO DESTA VACINA EXPERIMENTAL em nossas CRIANÇAS!**

Esta audiência será transmitida em **REDE NACIONAL** pela **EBC!**

**#DigaNAOaVACINAexperimentalEmCRIANCAS** 

Figura 6 - Ato do dia 04/01/2022. Fonte: Telegram: Movimento Pela Liberdade



**Figura 7** - Ato do dia 22/01/2022. Fonte: Telegram: Canal World Wide Rally Brasília



**Figura 8** - Ato do dia 04/02/2022. Fonte: WhatsApp (arquivo pessoal do autor).

Um aspecto que mostra uma conexão entre o online e o offline é o fato dos *cards* das vítimas das vacinas, feitos digitalmente por voluntárias do grupo Os Casos Raros, terem sido transpostos para o protesto presencial, através da criação de um “memorial” ou “cemitério simbólico de pessoas” (cf. Imagem 3) que teriam falecido ou tido reações adversas e sequelas graves dos imunizantes. Esse “memorial” foi visto em dois protestos: o do dia 22 de janeiro e o de 04 de fevereiro, na UnB. Esses cemitérios memoriais de vítimas da vacina também configuraram uma estratégia de contra-enquadramento e se assemelham a protestos de movimentos de vítimas da COVID-19, que responsabilizaram o governo Bolsonaro pelo negacionismo na pandemia (ABERS, VON BÜLOW, 2023).

Há uma forte presença de cristãos no movimento, principalmente evangélicos e católicos. Mas parece haver uma coalizão cristã “espiritualista” (Entrevistas 4 e 30), que está

acima das divergências entre igrejas católicas e evangélicas. Uma das entrevistadas inclusive disse que não se declara como alguém que faz parte de movimentos de rua, mas sim de base, e essa base seria a base cristã das igrejas (Entrevista 30). Ela tem então grande diálogo com pastores, com padres e demais religiosos de outras denominações cristãs. Ou seja: o cristianismo aparece como um valor, e é muito importante defender esses valores (Entrevista 1, 4), que estariam ameaçados por movimentos e partidos de esquerda.

No ato da Manifestação Mundial pela Liberdade, que ocorreu no gramado do Congresso Nacional em Brasília no dia 22 de janeiro, a oração do Pai Nosso foi rezada logo após a execução do Hino Nacional brasileiro. Em sequência ao Pai Nosso, a oração da Ave Maria, da Igreja Católica, também foi rezada. No final, o ativista que iniciou a prece orou: “e que nenhuma mãe venha a perder os seus filhos para esse experimento, amém?”. Momentos depois, trombetas foram tocadas por dois membros de outra igreja cristã, enquanto as pessoas presentes, a maioria vestida de verde e amarelo, cores da bandeira brasileira, oravam e depois aplaudiam.

Dentre outros gritos e palavras de ordem, os manifestantes gritaram “Não ao passaporte sanitário!”, e “Liberdade, liberdade, liberdade!”. Eles não entoaram nenhum grito de apoio a Bolsonaro, mas exibiam ao menos uma bandeira grande, verde e amarela, com o rosto e o nome do então presidente no ato (Imagem 9).



**Figura 9** - Bolsonaro presidente. Fonte: Fotografia do autor, dia 22 de janeiro de 2022

Esse ativismo parece ser descentralizado, sem uma coordenação nacional ou uma linha única. O movimento é “acéfalo”, segundo uma das entrevistadas, voluntária do grupo Os Casos Raros (Entrevista 35). O grupo busca alertar sobre casos de efeitos adversos e óbitos decorrentes da vacina e também conseguir apoio financeiro para as vítimas, a fim de realizar exames médicos, por exemplo. De fato, ao realizar as entrevistas e buscar realizar o mapeamento desses vários grupos novos nas mídias sociais, resta a impressão de que não se trata de um movimento social organizado de maneira centralizada, unificada, mas sim de uma rede, conectada digitalmente, com diferentes ramificações pelo território brasileiro.

Com certeza, alguns membros dessa rede se distinguem dos demais e têm perfis que ganharam proeminência. Uma delas, muito influente, se define como uma “argamassa da direita” (Entrevista 32), que busca unir tanto ativistas, como influenciadores, parlamentares, jornalistas (da Gazeta do Povo, Jovem Pan, Revista Oeste, dentre outros) e ativistas bolsonaristas. Ela reforçou que o grupo que tem lançado luz sobre os casos de efeitos adversos das vacinas “não tem estrutura formal” e não depende de poder público:

Eu acho assim, vocês estão fazendo um trabalho maravilhoso porque, na verdade, a gente não é uma ONG. A gente não tem dinheiro de Estado, a gente tem dinheiro é de vaquinha, a gente que botou o dinheiro lá para comprar um vasinho do enterro. (...) E hoje nós somos um exército que eles não conseguem mais calar. Eles não conseguem mais calar. Eu gosto desse termo. Eu brinco com o Fiuza, eu brinco com todo mundo, eu digo, gente, a gente é uma força tarefa. Se você for pensar numa força-tarefa, é uma força-tarefa, porque são várias. São várias frentes que foram se unindo (...). Então a gente é informal total. Nós somos pessoas. É difícil até acreditar nisso, porque o Brasil não está acostumado com isso. (Entrevista 32).

**Quem**

### Os Casos “Raros”

- Somos o grupo “Familiares em Luta”, que reúne familiares e vítimas e seus familiares bem como população interessada.
- Pretendemos trazer a público os **casos de eventos adversos** após uso do EXPERIMENTO chamado “Vacinas para Covid-19”.

**Não somos anti-vacina.  
Somos PRÓ-SEGURANÇA.  
Somos PRÓ-RESPONSABILIDADE.**

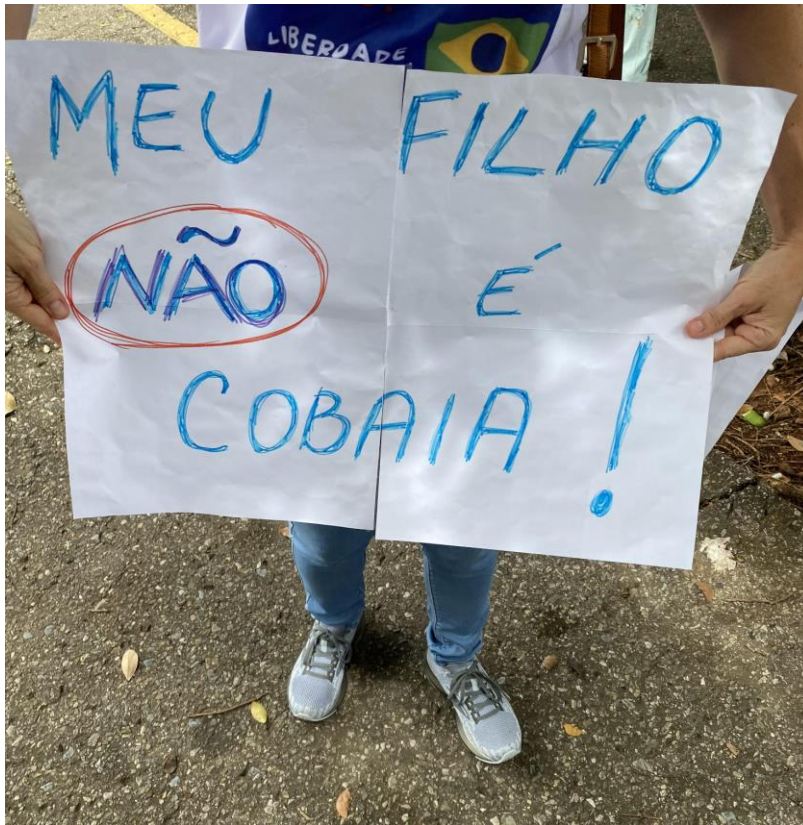
**“Em primeiro lugar, não cause dano.”**  
*Juramento de Hipócrates*

From Juliane Lorenzi to  
everyone  
Can we please have access to  
all these contents?

**Figura 10** - Os Casos Raros. Fonte: Curso de formação contra o passaporte sanitário realizado no Zoom, 03 de janeiro de 2022.



**Figura 11** – “Covid-1984”. Fonte: Fotografia do autor, dia 04 de fevereiro de 2022.



**Figura 12** - “Meu filho não é cobaia”. Fonte: Fotografia do autor, dia 04 de janeiro de 2022.



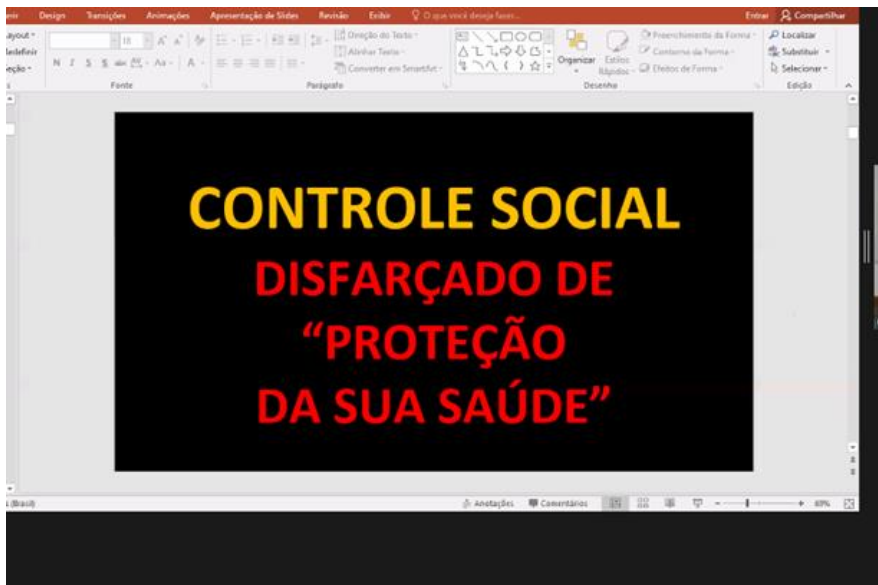
**Figura 13** - “Não ao passaporte sanitário, não somos cobaias”. Fonte: Fotografia do autor, dia 04 de janeiro de 2022.





**Figura 14** - Faixas com #AutonomiaParaOsMédicos e #PassaporteSanitárioNão.  
Fonte: Fotografia do autor, dia 04 de janeiro de 2022.

O passaporte sanitário é entendido como uma tentativa de implantar controle social, como uma medida autoritária que se aproxima do “nazismo e do comunismo”. Houve inclusive uma banalização do holocausto, que foi comparado às medidas de exigência da vacinação (Entrevistas 20, 27). A pandemia, em uma interpretação conspiratória, é vista como uma maneira de controlar a população mundial, impondo uma agenda globalista que aumentará o vigilantismo (Imagem 11), na comparação com a obra literária 1984, de George Orwell. Como difundido por uma médica no curso feito no Zoom no dia 03 de janeiro de 2022, o que estão implantando é “controle social disfarçado de ‘proteção da sua saúde’” (Imagem 15).



**Figura 15** - “Controle Social”. Fonte: Zoom, dia 03 de janeiro de 2022.

Ainda que não tenha feito uma análise sistemática do conteúdo postado nas mídias sociais, algumas postagens nos perfis desses ativistas, inclusive parlamentares, e falas feitas nas entrevistas vão no sentido de ironizar, criticar e demonizar a esquerda. Em alguns casos, há a estratégia de contraenquadramento de uma apropriação irônica de lemas clássicos de movimentos progressistas, como “meu corpo, minhas regras”, usado pelo movimento feminista principalmente para defender o direito ao aborto, e agora instrumentalizado pelos atores contrários à vacinação para a COVID-19 para advogar pelo direito à escolha e autonomia de se vacinar ou não (Imagem 16), como observado em protesto ocorrido em Brasília no dia 22 de janeiro de 2022. A imagem 17 (“meus filhos, minhas regras”) é uma variação que circulou em um canal do Telegram de nome “Mães pela Liberdade” e foi usada para convocar para um protesto no dia 07 de janeiro em São Paulo, contra o passaporte sanitário. Segundo Hussain et al., (2018, p.3), um dos lemas que caracteriza o sentimento antivacina e reforça a defesa da autonomia dos pais é justamente “nossas crianças, nossa escolha”. A imagem 18 foi postada por um vereador de um município fluminense, um dos entrevistados, que ataca, de forma mordaz, o movimento feminista. A imagem traz uma ativista com uma camiseta com o símbolo de vênus, do gênero feminino, e um cartaz “vacinas salvam vidas”, enquanto há um rastro com fetos abortados atrás dela.



**Figura 16** - “Meu corpo, minhas regras”. Fonte: Fotografia do autor, dia 22 de janeiro de 2022.



**Figura 17** - “Meus filhos, minhas regras”. Fonte: Telegram: Mães pela Liberdade



**Figura 18** - Card que ironiza o movimento feminista. Fonte: Instagram de um vereador entrevistado.

Passamos, a seguir, para uma análise dos enquadramentos identificados a partir das entrevistas.

### **Quatro tarefas de enquadramento**

Quanto à classificação nas quatro tarefas de enquadramento, encontramos, a partir da codificação indutiva, 38 enquadramentos diagnósticos, 32 prognósticos, 29 motivacionais e 22 identitários. Os enquadramentos que apareceram uma única vez, portanto somente em uma entrevista, não foram incluídos nas tabelas com os principais enquadramentos, mas estão registrados no anexo 4, uma vez que ajudam a entender nuances da interpretação dos ativistas sobre as vacinas e o passaporte sanitário. A seguir, apresentamos as tabelas com as quatro tarefas de enquadramentos, por ordem de maior a menor incidência.

## Enquadramentos Diagnósticos

Os enquadramentos diagnósticos identificados podem ser conferidos na tabela 3, abaixo:

**Tabela 3 - Enquadramentos Diagnósticos**

Diagnósticos	Explicação
1) Comparação/ Demais vacinas são mais seguras	Expressam confiança nas demais vacinas, contrapondo o tempo de pesquisa e produção entre elas e a da COVID-19.
2) A crise é moral/ Anti-esquerda	Críticas à esquerda e o entendimento de que há uma crise moral, causada pelos governos de esquerda.
3) Anti-mídia	Descrença na mídia tradicional, na imprensa ou no jornalismo de modo geral e rejeição da checagem de fatos.
4) Os políticos agiram de forma equivocada na pandemia, em desacordo com Bolsonaro	Críticas a governadores, prefeitos, parlamentares, sobretudo em relação à atuação na pandemia, seja por excessos ou omissões.
5) A liberdade do povo está sendo cerceada	O passaporte sanitário representa cerceamento de liberdade e violação de direitos constitucionais, além de controle social.
6) Farmacêuticas só querem lucro	Críticas às farmacêuticas e sua busca por lucro. Entendem que o poder econômico das farmacêuticas as isentou de responsabilidade.
7) Vacina e ciência foram politizadas	Julgam que houve uma politização da vacina e da ciência na pandemia, para sustentar uma narrativa.
8) Anti-lockdown	Críticas à implementação do lockdown e descrença em sua eficácia.
9) Descrença no poder de proteção da vacina	Julgam que a vacina é inócua, ineficaz e que não protege contra as novas variantes.

10) Há censura nas plataformas de mídias sociais	Entendem que as plataformas de mídias sociais estão perseguindo e calando vozes que questionam as vacinas e o passaporte sanitário, além de derrubarem contas de conservadores e bolsonaristas.
11) Não estão sendo ouvidos	Vozes dissonantes, que questionam as vacinas, são ignoradas ou perseguidas por políticos e pela mídia, em uma tentativa de calar sua liberdade de expressão.
12) Muitas reações adversas estão acontecendo após a vacina	A vacina representa riscos de reações adversas, inclusive de mortes.
13) O STF e o poder judiciário foram autoritários e usurparam poderes	O STF e o poder judiciário rasgaram a Constituição e usurparam poderes, querendo agir em nome do Executivo e do Legislativo.
14) Governo Bolsonaro estava sob ataque	Houve ataques a Bolsonaro e seu governo por parte da mídia, do STF, dos prefeitos e governadores, da esquerda.
15) Não é vacina, é experimento/ Usaram o nome vacina para convencer a população a tomar.	Entendimento de que a vacina para a COVID-19 ainda não é vacina, mas apenas um experimento. Foi chamada de vacina apenas para incentivar a adesão da população.
16) Passaporte sanitário é segregação de pessoas/ Comparação com o nazismo	O passaporte sanitário é visto como um instrumento de segregação e é comparado ao nazismo, ao holocausto, ao racismo, ao comunismo e ao autoritarismo de forma geral.
17) Desconfiança nos dados sobre a pandemia	Julgam que os dados sobre a pandemia não eram confiáveis e que houve falta de transparência para com a população.
18) Máquina pública é ineficiente/ Há grande corrupção política no Brasil.	Discurso contra a corrupção e julgamento de que as instituições políticas foram aparelhadas (discurso antissistema), o que denota ceticismo.
19) Há uma psicose de massa/ estão espalhando o medo entre as pessoas	Entendimento de que o medo e o pânico foram espalhados pela mídia e pelos governos para que as vacinas fossem aprovadas.
20) Exaltação de Jair Bolsonaro e seu governo	Busca de defender o governo Bolsonaro de críticas e exaltação do presidente como um defensor das liberdades.
21) A COVID-19 é branda em crianças	Subestimação dos danos que a COVID-19 pode causar em crianças como uma forma de minimizar a necessidade de vacinação desse público.

22) Há uma ordem mundial globalista por trás da pandemia	Visão conspiratória de que por trás da pandemia de COVID-19, planejada, havia a intenção de implantar uma nova ordem mundial globalista que visava mais controle social.
23) Tratamento precoce foi solapado pelas farmacêuticas em benefício da venda das vacinas	Julgam que o tratamento precoce, que tinha preços acessíveis, foi desacreditado pelas farmacêuticas para que vendessem as vacinas, mais lucrativas.
24) Bolsonaro é contra a vacina, mas não agiu para barrar o passaporte sanitário	Reconhecimento de que Bolsonaro é contra as vacinas mas não fez o suficiente para barrar o passaporte sanitário.
25) Anti-PT	Críticas destinadas especificamente ao Partido dos Trabalhadores (PT), incluindo acusações de corrupção e de que eles buscam acabar com a liberdade de imprensa e a democracia.
26) Desconfiança na vacina do HPV/ Desconfiança também na vacina da gripe/ As demais vacinas do PNI também podem provocar reações	Expressam descrença na necessidade e na segurança da vacina contra o HPV, indicando inclusive questões morais (é uma vacina contra IST). Expressão de baixa confiança na vacina que protege da gripe. Dúvidas quanto à sua eficácia e necessidade de tomá-la. Entendimento de que outras vacinas do PNI também podem oferecer riscos, portanto há desconfiança em relação a elas.
27) Subestimação dos riscos da COVID-19/ A COVID-19 é letal mas há um exagero ao tratar da situação	Apresentam uma percepção baixa de riscos da COVID-19, considerando que é grave apenas para uma minoria. Há uma negação da letalidade do vírus e uma inversão, de modo que a vacina é considerada mais perigosa que a doença em si. Reconhecimento da seriedade da pandemia, o que causou medo, portanto não se deve negligenciar o vírus, mas entendem que há um exagero ao tratar da situação.
28) Anti-China/ Vírus foi criado em laboratório	Discurso contra a China, o comunismo chinês e a acusação de que a China está lucrando com a pandemia para enfraquecer a economia ocidental. Acusação conspiratória de que o vírus não é natural, mas sim uma arma biológica, criada em laboratório, que teria sido uma parceria de Wuhan com empresas dos Estados Unidos.
29) Vacinados representam risco	Contra-enquadramento que expressa a visão deles de que o risco não está em quem não se vacinou, mas sim nos vacinados. É uma forma de inversão.
30) Descrença na existência de um bem comum	Discurso anti-coletivista e percepção individualista e libertária de que não existe boa intenção ou bem comum quando se fala em vacinação, pois entendem que a proteção é individual.

31) Brasil foi bem sucedido na campanha de vacinação	Entendimento de que, ao contrário das acusações feitas contra Bolsonaro de não priorizar as vacinas, o governo ofereceu vacinas para quem quisesse tomar e vacinou muito rápido.
32) Anvisa manipula a informação/ Marcelo Queiroga e o Ministério da Saúde se omitiram em relação aos riscos das vacinas	A Anvisa é acusada de manipular a informação e não agir de forma responsável na aprovação das vacinas. Julgamento de que o ministro Marcelo Queiroga e o Ministério da Saúde não fizeram o suficiente para alertar sobre os riscos e negligenciaram reações adversas.
33) Coronavac é melhor por ter tecnologia já conhecida	Entendimento de que a coronavac é mais segura por ter tecnologia clássica do vírus atenuado, o que a difere das outras vacinas.
34) Bolsonaro errou na forma de se comunicar sobre a COVID-19.	Entendimento de que a comunicação de Bolsonaro durante a pandemia poderia ter sido menos truculenta.
35) O carnaval não deveria ter ocorrido	Visão moralista de que o carnaval foi o maior responsável pelo contágio, portanto não deveria ter ocorrido.
36) Boa parte do público alvo ainda está no Facebook	Entendimento estratégico de que parte do público alvo ainda está no Facebook, portanto é necessário continuar postando lá. Outras plataformas têm um público menor, então não adianta muito (GETTR, por exemplo)
37) Política se inicia em casa, na família	Visão conservadora de que a política começa a partir do núcleo familiar e que é uma forma de proteger o que se deseja conservar.
38) Desconfiança no sistema eleitoral	Expressão de descrença na segurança do sistema eleitoral brasileiro.

**Fonte: O autor**

Muitos dos enquadramentos diagnósticos identificados trazem características da estratégia comunicacional populista de direita. Assim, a noção de que “há uma crise moral” e posicionamentos anti-esquerda, anti-sistema, anti-mídia e anti-elites são apontadas como parte do “manual” de comunicação populista (MAZZOLENI, BRACCIALE, 2018), sobretudo do populismo caracterizado como anticientífico (MEDE; SCHÄFER, 2020).

Esperava-se que a crise poderia ser apontada como uma oportunidade política para o campo bolsonarista pelos próprios entrevistados, mas eles entendem que o tem ocorrido com a exigência do passaporte sanitário em alguns Estados e municípios representa, na verdade, o



agravamento de uma crise que tem o Judiciário brasileiro, sobretudo na figura do Supremo Tribunal Federal (STF), como um dos seus principais culpados. Muitas são as críticas aos governadores e prefeitos por suas atuações durante a pandemia, e excessos e crimes de corrupção são apontados como parte dessa crise.

Parte dos entrevistados, sobretudo parlamentares, declara ter se tornado oposição aos prefeitos e governadores de suas localidades. Essa ruptura se deu, segundo os entrevistados, pela politização da pandemia (Entrevista 38). Em alguns casos, esses políticos sempre se declararam oposição, principalmente em Estados e cidades governados pela esquerda (Entrevista 27).

Para alguns entrevistados, o governo Bolsonaro está indo bem e a crise poderia ter sido bem pior, não fosse o auxílio emergencial (Entrevista 32), aprovado pelo Congresso Nacional, que aumentou de 200, originalmente o valor oferecido pelo governo federal, para 600 reais o seu valor (ABERS, VON BÜLOW, ROSSI, 2021). Muitos acreditam que o presidente gostaria de ter feito mais, mas foi impedido pelo STF (Entrevistas 1, 3, 4, 11, 12, 23), que deixou Bolsonaro de mãos atadas, impedindo-o de agir.

Um dos enquadramentos diagnósticos mais citados nas entrevistas, “Comparação/ Demais vacinas são mais seguras”, acompanha o master-frame identitário “Não sou antivacina, sou a favor de vacinas eficazes e seguras” (ver Tabela 6). Isso demonstra a preocupação dos ativistas e parlamentares entrevistados de não serem rotulados como antivacina, anticiência ou negacionistas. Em diversas entrevistas, isso foi dito explicitamente e houve quem dissesse que era desonesto classificá-los como “antivacina” e que eu, como pesquisador, não deveria fazer isso, o que envolve inclusive um dilema de ética em pesquisa.

Em relação às demais vacinas do Programa Nacional de Imunizações (PNI), nenhum dos entrevistados disse ser contra elas especificamente, mas muitos disseram ser contra sua obrigatoriedade (Entrevista 11, 12), o que foi considerado um enquadramento prognóstico (ver tabela abaixo) que dialoga com o diagnóstico “Comparação/ Demais vacinas são mais seguras”. Um dos respondentes (Entrevista 11), que se classifica como libertário, declarou que é contra o papel impositivo do Estado e que a escolha de se vacinar ou não com essas vacinas deveria ser uma livre escolha dos indivíduos:

**Particularmente, eu sou contra a obrigação mesmo dessas vacinas que, enfim, que já passaram ali pelo teste do tempo e a gente já tem consolidadas como vacinas eficazes e com uma minúscula, microscópica chance de terem algum tipo de efeito adverso. Eu acho que independentemente disso, eu como um libertário, eu**

**vejo que o indivíduo realmente deve ter primazia sobre aquilo que ele faz com seu próprio corpo e com a sua própria propriedade** (Entrevista 11, grifo nosso).

Eu não questiono uma vacina do sarampo, da pólio, da meningite, inclusive perdi uma amiga com meningite. **Então assim, não existe um questionamento às vacinas em geral.** E nem às vacinas de COVID, eu não questiono assim, eu não sou contra, entendeu? Mas o que eu estou questionando é a irracionalidade do que está acontecendo e a proibição de qualquer reflexão, entendeu? Ninguém pode perguntar, é isso que está me intrigando (Entrevista 18, grifo nosso).

As exceções na confiança nas vacinas do PNI foram em relação à vacina contra a gripe e contra o papilomavírus humano (HPV), que suscitaram desconfiança no SUS e hesitação de mães e pais (GARCIA, 2017). Uma das médicas mais citadas pelos entrevistados é também mencionada como alguém que já falava contra a vacina do HPV. Em setembro de 2023, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, vetou um projeto de lei que garantia a aplicação da vacina contra o HPV nas escolas públicas estaduais paulistas (VENTURINI, 2023), o que mostra que há uma hesitação vacinal e um ativismo contrário à vacina do HPV, que envolve questões morais, de cunho religioso, e evidentemente políticas.

A classificação no enquadramento de que a “vacina e ciência foram politizadas” incluiu também a interpretação dos entrevistados de que a categoria médica estaria dividida, em “um fogo cruzado” (Entrevista 19) acerca das vacinas e do tratamento precoce, o que levanta uma falsa controvérsia. Quando questionado sobre a eficácia do tratamento precoce, um entrevistado respondeu:

“E tem infectologistas, médicos, que falam que é eficaz. Como que eu vou provar isso, entendeu? A gente tá num fogo cruzado. Eu queria eu poder falar o que eu acho. Ah, o cara estudou 5 anos fala que é bom, o que estudou 10 anos, 20 anos, fala que é ruim. Em quem confiar? O de 5 ou de 10 anos? É isso que eu acho, a nossa política, quer dizer, a nossa saúde hoje está muito politizada, não deveria ser assim. A gente tem que trabalhar no bom senso de atender todo mundo. Se é bom, vamos testar. Não tão testando a vacina? Se for bom pra todo mundo, que bom, glória a Deus, vamos para outra.” (Entrevista 19).

Essa confusão explicita o efeito nefasto da falta de coordenação entre o discurso da presidência da república, ocupada por Bolsonaro, e o Ministério da Saúde (ASANO ET AL., 2020). O Ministro da Saúde Marcelo Queiroga, a Anvisa e seu Diretor Geral Antonio Barra-

Torres foram chamados por alguns ativistas de assassinos, comprados e cooptados pela Pfizer e pela ordem global (Entrevistas 21, 29, 32, 35).

Ao longo do período pesquisado, mudanças nos enquadramentos foram percebidas. Primeiro, ao longo de 2021, se criticava sobretudo a aprovação da vacina Coronavac, apontada como sendo de baixa eficácia e deslegitimada por ter origem chinesa (GRAMACHO; TURGEON, 2021). Depois, com o avanço da vacinação, alguns desses atores passaram a exaltar o papel do governo federal na imunização. A farmacêutica Pfizer, por sua vez, passou a ser uma das maiores antagonistas e alvo de desconfiança, por empregar a plataforma do RNA mensageiro, diferentemente da Coronavac, por exemplo, que usa uma tecnologia tradicional de vacinas, a do vírus inativado:

Eu confio mais na Coronavac, porque apesar da eficácia dela ser mais baixa em relação às outras, ela possui uma tecnologia já conhecida. Ela utiliza aquela plataforma de vírus inativado, igual as vacinas de gripe, de H1N1. Enquanto as outras, elas usam RNA mensageiro, que é uma tecnologia nova, que está sendo mais difundida agora e que teve mais reações adversas. Então, nesse momento, a Coronavac é a menos pior (Entrevista 12).

## Enquadramentos Prognósticos

A tabela com os enquadramentos prognósticos identificados pode ser conferida abaixo:

**Tabela 4 - Enquadramentos Prognósticos**

Prognósticos	Explicação
1) Direito à escolha/ Defesa da autonomia individual	Entendimento de que a vacinação deve ser uma escolha individual, sem a imposição do Estado, e de que o cidadão deve ter autonomia sobre seu corpo e sua vida.
2) Deve-se fazer estudos e pesquisas por conta própria	Entendimento de que é melhor se informar e pesquisar por conta própria como alternativa a confiar só na imprensa.
3) Defesa do tratamento precoce	Entendimento de que o tratamento precoce (o uso de ivermectina, hidroxicloroquina, etc.) é uma solução ou alternativa melhor que a vacina.

4) Há necessidade de migrar para plataformas alternativas	Defesa da migração para plataformas alternativas às <i>big techs</i> , sobretudo para o Telegram, que é entendido como uma plataforma mais completa e mais livre por não ter moderação de conteúdo.
5) Contra a obrigatoriedade das vacinas no geral	Entendimento de que nenhuma vacina deve ser obrigatória e que o Estado deve oferecer as vacinas como um direito, mas sem obrigar que a população tome.
6) É importante ouvir todos os lados e não cercear o debate	Busca de conhecer os dois lados, ler estudos científicos dos dois lados - pró e contra o passaporte sanitário (tentativa de equiparar), com a defesa de que isso é ser democrata.
7) Defesa da autonomia médica	Defesa de que a opinião dos médicos seja respeitada e que sejam livres para receitar o tratamento precoce, além de serem consultados antes da vacinação.
8) É melhor usar mídias sociais do que depender da mídia tradicional	Entendimento de que a internet e as mídias sociais são alternativas melhores e mais democráticas que a imprensa na busca de informação.
9) Direita deve ser fortalecida no Brasil	Defesa do fortalecimento de movimentos de direita e do próprio movimento de contestação ao passaporte vacinal.
10) Crença na imunidade natural como uma alternativa superior à da vacina	Entendimento de que é melhor obter imunidade natural via infecção pelo vírus da COVID-19 do que se vacinar. A vacina é então vista como desnecessária.
11) Reações adversas deveriam ser divulgadas	Defesa de que as reações adversas às vacinas precisam ser melhor noticiadas, para que a população tenha mais esclarecimento.
12) Na vacinação de crianças, a escolha tem que ser das famílias	Entendimento de que as famílias que devem escolher se vacinam ou não suas crianças.
13) Contra o uso de máscaras	Crítica à necessidade e obrigatoriedade do uso de máscaras como forma de proteção contra a COVID-19.
14) Defesa do Estado mínimo e da não intervenção na vida do cidadão	Argumento neoliberal e/ou libertário de que o Estado deve ter uma intervenção mínima na vida dos cidadãos.

15) Deveriam ter feito isolamento vertical	Argumento de que era melhor ter feito isolamento vertical contra o contágio da COVID-19, com foco nos grupos mais vulneráveis, de modo que a economia não fosse tão afetada pela pandemia.
16) Judicialização é uma escolha pessoal/ Estratégia que pode ser necessária	Entendimento de que a judicialização pode ser necessária para evitar prejuízos provocados pelo passaporte sanitário a quem não se vacinou.
17) Equiparação do tratamento precoce à vacina como forma de proteção	Argumento de que assim como as vacinas, o tratamento precoce foi uma forma de se prevenir igualmente válido, como se ambos fossem experimentos.
18) Contra o discurso coletivista/ Benefício coletivo não deve se sobrepujar ao individual	Argumento libertário e neoliberal que ressalta o individualismo ao defender que a saúde coletiva não deve estar acima da individual.
19) A vacinação deveria ser suspensa, pelo número de reações adversas registradas	Defesa de que a vacinação seja suspensa em decorrência de reações adversas registradas.
20) Discussão deve ser científica, não ideológica	Entendimento de que o convencimento contra o passaporte sanitário deve ser pacífico e científico, e não político, já que pessoas de esquerda também podem ter reações às vacinas.
21) Os dois lados deveriam ter o mesmo espaço na imprensa	Defesa de que atores pró e contra as vacinas ou o passaporte vacinal tenham o mesmo espaço na imprensa, como uma tentativa de equipará-los.
22) A bula das vacinas deve ser consultada porque traz contraindicações	Recomendação de que a bula das vacinas seja lida antes de se tomar a vacina.
23) Bolsonaro é uma ferramenta necessária para a direita	Entendimento de que Bolsonaro é a aposta para quebrar o establishment e é um instrumento importante para a direita, apesar de falho.
24) Ministério da Saúde deveria atuar mais	Crítica à atuação ao Ministério da Saúde em relação à liberação rápida das vacinas e defesa de que atue mais contra os efeitos adversos.
25) Imprensa alternativa que quer contar a verdade deve ser valorizada	Defesa de jornalistas e canais alternativos que publicam o que a imprensa tradicional não diz em relação às vacinas.
26) Desobediência civil é uma possibilidade	Entendimento de que medidas de desobediência civil podem ser legítimas e necessárias frente ao passaporte sanitário.

27) Liberdade de expressão deve ser irrestrita	Defesa de que a liberdade de expressão seja garantida de forma irrestrita.
28) É necessário checar a notícia antes de compartilhar, para não espalhar fake news	Recomendação para que se verifique a veracidade das notícias e conteúdos, para evitar a disseminação de notícias falsas.
29) Ciência e saúde não podem ser mais importantes que a economia	Defesa de que haja um equilíbrio entre cuidar da saúde e da economia, de modo que a primeira não seja vista como mais importante que a segunda.
30) Direito de defesa (pró-armas)	Entendimento de que o direito à defesa, por meio do acesso às armas, deve ser garantido.
31) Não se deve atrapalhar quem deseja trabalhar	Argumento anti-lockdown, que recomenda que as pessoas que desejam trabalhar não devem ser impedidas de fazer isso.
32) Defesa da homeopatia e da medicina fitoterápica/ Defesa da medicina integrativa	Recomendação de tratamentos pautados na homeopatia, na medicina fitoterápica e na integrativa.

**Fonte: O autor**

Para Benford e Snow (2000, p. 617), "não é de surpreender que a atividade de enquadramento prognóstico de um movimento social normalmente inclua refutações da lógica ou eficácia das soluções defendidas pelos oponentes, bem como uma justificativa para seus próprios remédios". Os enquadramentos identificados são operacionalizados pelos ativistas nesse sentido de se contrapor às afirmações ou soluções apresentadas pela mídia, indústria farmacêutica e pelos opositores de Bolsonaro. Fazem parte dessa lógica de forma explícita os enquadramentos de "deve-se fazer estudos e pesquisas por conta própria", "defesa do tratamento precoce" - refutado pela mídia, pela OMS e por estudos científicos -, e "há necessidade de migrar para plataformas alternativas", em complemento a "é melhor usar redes sociais do que depender da mídia".

Concluimos também que há mais diagnósticos que prognósticos, de forma que nem todos os problemas percebidos pelos ativistas tiveram a apresentação de soluções. De maneira geral, os principais enquadramentos prognósticos podem ser resumidos entre a 1) defesa da liberdade de escolha sobre decidir se vacinar ou não, o que vai além da vacina da COVID-19

e inclui os demais imunizantes do PNI; 2) indicação de caminhos para a obtenção de informação segura via fontes médicas e plataformas alternativas, como o Telegram; 3) apresentação de alternativas à vacinação, como os medicamentos do tratamento precoce e a defesa da imunidade natural, ou ainda a suspensão da vacinação; e 4) defesa de maior união da direita e entendimento de que Bolsonaro é um instrumento necessário para esse espectro político.

Alguns entrevistados apontaram a corrupção como a maior crise do Brasil (Entrevistas 1, 38) e apresentaram o prognóstico de que Bolsonaro é necessário para acabar com essa crise, frisando que o então presidente é um homem honesto e que não há até agora nenhum caso de corrupção em seu governo.

Também em diálogo com o enquadramento que advogam pela liberdade e autonomia do indivíduo, encontramos a descrença na existência do “bem coletivo” e a primazia do individualismo (Contra o discurso coletivista/ Benefício coletivo não deve se sobrepujar ao individual), enquadramento carregado de um forte componente ideológico libertário, ou ultraliberal, defensor da ideia de livre mercado:

O que eu trato sobre isso tem totalmente a ver com o que a gente chama de livre mercado. O livre mercado nada mais são que interações entre seres humanos, né. Então eu sou a favor que os indivíduos tenham direito à liberdade, só isso. Então eu sou totalmente contra tudo o que vai contra isso, né. **Eu acho que jamais você pode colocar o coletivo acima do indivíduo. (Entrevista 23)**

A expressão da ideologia neoliberal e/ou libertária, é percebida nas soluções individuais, ou mesmo individualistas, apresentadas nos enquadramentos prognósticos. Dentre elas, há a visão de que a liberdade individual deve vir antes da coletiva. No caso dos ativistas entrevistados para esta dissertação, o significante “liberdade” também é muito usado no lema “não sou antivacina, sou pró-liberdade”. São frequentes as acusações de totalitarismo por parte dos ativistas e de ataques às liberdades civis, já identificado previamente por Kata (2010). Esse significante liberdade tem sido suscitado por ideologias libertárias, neoliberais e conservadoras, conforme pontuado por Wendy Brown (2019). A ideia de liberdade também está presente na autonomia médica em indicar ou não a vacina e a receitar medicamentos contra a COVID-19, como a cloroquina e a ivermectina (NASCIMENTO, CESARINO, FONSECA, 2020).

Assim, a defesa da liberdade é um dos *master frames* identificados e tem um significado central para os entrevistados. Relacionados à ideia de liberdade, estão a “defesa da liberdade

de expressão irrestrita”, a defesa da autonomia médica para receitarem o que acharem melhor e indicarem ou não a vacina, a defesa da liberdade de escolha sobre o próprio corpo e sobre a saúde dos filhos, a liberdade para usar ou não máscaras, sem que o Estado imponha medidas restritivas.

## Enquadramentos Motivacionais

Abaixo, estão expostos os enquadramentos motivacionais, portanto aqueles com o objetivo de engajar os ativistas.

**Tabela 5 - Enquadramentos Motivacionais**

Motivacionais	Explicação
1) Grande confiança e apreço pelos médicos/especialistas	Ênfase no papel dos médicos e especialistas que alertam contra as vacinas e o peso dos seus currículos para legitimar o discurso dos ativistas.
2) Internacionalização	Menção às experiências e notícias de outros países para legitimar o discurso, bem como a artigos em inglês e pesquisas internacionais.
3) Defesa da liberdade dos cidadãos acima de tudo	Menção à liberdade como um valor inegociável e também ao livre arbítrio, dado por Deus. Há também a apropriação do lema “Meu corpo, minhas regras”.
4) Busca da verdade	Apresentação da liberdade como um valor, um princípio, que deve ser defendido. Entendimento de que a verdade liberta e está vindo à tona.
5) Defesa da ciência	Busca de sustentação científica e menção à ciência para validar o discurso.
6) Menção à Constituição e defesa da democracia	Menção à Constituição Federal e à defesa da democracia, dos direitos de ir e vir, como maneiras de legitimar a atuação.
7) Peso da experiência imediata e individual	Ênfase em experiências individuais e imediatas, como em relação ao tratamento precoce e as reações às vacinas, para pautar a atuação.



8) Ciência é baseada no questionamento	Busca de criar a narrativa de que não há consenso científico e que a ciência é pautada em questionamentos, portanto é legítimo questionar as vacinas e o passaporte vacinal.
9) Proteção da vida e da família	Menção à proteção da vida e da família como uma preocupação e um valor desses ativistas.
10) As pessoas já estão acordando desse transe coletivo/ Percepção de sucesso com a mobilização	Percepção de que as pessoas estão questionando mais, buscando mais informações e despertando em relação à vacinação, como resultado da mobilização dos ativistas. Crença de que a mobilização deles está sendo exitosa, já que a vacinação infantil está com baixa adesão e há pouca procura pela 3ª dose.
11) É uma questão espiritual	Entendimento religioso de que o que está em jogo é uma questão espiritual, de fé, ou que esse ativismo contra o passaporte vacinal é uma missão dada por Deus.
12) Estamos em uma guerra/ Se trata do bem contra o mal/ Estão do lado certo, não do errado	Compreensão de que estão em uma guerra do bem contra o mal. Valorização da busca de fazer o que é “certo”, conceito vago e que denota uma questão moral.
13) Passaporte sanitário está caindo por terra, não faz mais sentido	O entendimento de que o passaporte sanitário já não faz mais sentido e que a pandemia está virando endemia é uma forma de motivar e dar esperança.
14) “Meus filhos não são cobaias”/ “O filho é meu”	Desejo de proteger os filhos de possíveis males das vacinas e reforço à ideia de que a escolha deve ser dos pais.
15) Não queremos desmotivar a vacinação, queremos mais transparência	Reivindicação de mais transparência e entendimento de que é preciso levar informação e tratamento para as pessoas.
16) É uma busca por justiça	Reivindicação de justiça e de que tudo isso seja julgado um dia, pois eles têm “sede de justiça”.
17) Defesa de um Brasil livre e democrático	Motivação patriótica para a mobilização. Defesa que é necessário lutar para não perder o Brasil.
18) Médicos salvaram vidas com o tratamento precoce	Valorização dos médicos que receitaram o tratamento precoce e com isso teriam salvado vidas.

19) Polarização é algo saudável, necessário	Defesa da polarização como algo natural e necessário. Entendem que é necessário polarizar e marcar posição.
20) Solidariedade com as pessoas que estavam tendo sua liberdade cerceada	Demonstração de solidariedade com quem teve sua liberdade cerceada pelo lockdown e depois pelo passaporte sanitário.
21) Direita não pode dividir forças	Busca de uma união da direita e menção ao fato de hoje os conservadores terem uma voz.
22) “Deus, Pátria e Família”	Uso do lema Deus, Pátria e Família, de inspiração fascista <sup>27</sup> .
23) Precisamos ser ouvidos/ Relatos das vítimas das vacinas têm peso	Ênfase no peso dos relatos de vítimas de referidas reações adversas às vacinas e clamor para que sejam ouvidos.
24) Força do voluntariado	Ênfase no papel heróico dos voluntários de grupos que atuam para alertar sobre possíveis reações adversas das vacinas.
25) Senso de urgência	Menção à urgência do que está ocorrendo com o passaporte vacinal, e ao fato das liberdades estarem em risco, além da avaliação de que a situação vai piorar.
26) Confiança na autoridade técnica jurídica	Expressão da confiança em juristas, advogados e desembargadores que são aliados na causa e legitimam a atuação dos ativistas.
27) Menção a tratados internacionais e resoluções/ legislação no geral	A referência a tratados internacionais, legislação da bioética e leis no geral busca trazer legitimidade ao discurso.
28) Essas vidas perdidas pelas vacinas não podem ser vistas como estatísticas	Tentativa das mães e ativistas de evitar que outros filhos morram por reações das vacinas, que virem estatística.
29) Governo Bolsonaro defende a liberdade de escolha e a democracia	Percepção de que o governo de Bolsonaro era um governo a favor da democracia e da liberdade de escolha.

**Fonte: O autor.**

<sup>27</sup> O lema é inspirado na Ação Integralista Brasileira, movimento fascista da década de 1930 (DIAS, 2022).

Nos enquadramentos motivacionais, há uma percepção heróica do papel dos médicos. Para os ativistas, os médicos estavam colocando seus currículos e seus rostos à disposição, correndo o risco de sofrerem perseguições, já que o que diziam ia contra a corrente hegemônica. A avaliação de que esses médicos sofreram grande rechaço e perseguição reforça a leitura de que foram mártires, pois, nas palavras de uma vereadora entrevistada, “foi um fato incrível médicos se organizarem para falar de um assunto que só trazia impopularidade, perseguição e ofensa.” (Entrevista 42).

Ademais, há grande respeito pelo peso dos currículos, da vasta experiência dos médicos, que não podem ser desqualificados e desconsiderados:

“Eu ouvi um infectologista, eu ouço virologista. Eu vejo as pessoas da política falando, **será que pessoas que estudaram 30 anos também não tem voz nenhuma para falar isso? É só o pessoal da Anvisa que vai falar como determinaram e pronto?** O que a ANVISA fez foi um papelão.” (Entrevista 19).

É digno de nota mencionar que, como tentativa de legitimar o discurso e atuação desses ativistas, há uma comparação com a pauta de defesa das pessoas com doenças raras, na tentativa de aproximar os dois casos. Para uma vereadora, “se a gente luta pelo atendimento a pessoas com doenças raras, por que que eu não vou levantar uma bandeira de proteção de vítimas de efeitos raros? Por que que eu não vou? Não é vida?” (Entrevista 42).

Ainda que nos protestos da direita bolsonarista, grupo no qual a maioria dos entrevistados está inserido, haja o registro de incitação à intervenção militar e outros clamores autoritários (AVRITZER, RENNÓ, 2021; VON BÜLOW, ABERS, 2022), é interessante como os participantes da pesquisa mobilizaram o enquadramento motivacional de “Menção à Constituição e defesa da democracia”, que figura entre os enquadramentos mais citados nas entrevistas.

São também muito importantes e citados os enquadramentos motivacionais da “internacionalização”, novamente a “defesa da liberdade dos cidadãos acima de tudo”, como uma forte motivação, seguido pela “busca da verdade” como um valor a ser alcançado e “defesa da ciência”, como uma forma de legitimar o discurso por meio da validação científica (VAN LEEUWEN, 2007). Os enquadramentos “peso da experiência imediata e individual” e “ciência é baseada no questionamento” reforçam o que literatura sobre crise epistêmica já vinha apontando (VAN ZONEN, 2012; MARRES, 2018; CESARINO, 2021). Dentre os 10 mais citados, estão também a motivação moral, próxima do cristianismo, de proteção da vida e da

família (AMARAL ET AL., 2022) e a percepção otimista de que “as pessoas já estão acordando desse transe”, que reforça uma ideia de eficácia do movimento usada para justificar a ação e engajar os ativistas (BENFORD, SNOW, 2000).

É também relevante a percepção de êxito do movimento contra a vacinação e o passaporte sanitário. Uma das entrevistadas, ao ser questionada sobre o sucesso da mobilização à qual ela está associada, comentou a baixa adesão à vacinação infantil:

Com as crianças, estamos tendo (sucesso), porque esses 15% não são a troco de nada. As pessoas ligaram o alerta. Com os adultos, não deu tempo. Mas eu te digo uma coisa, o percentual da galera que está indo para a terceira dose é muito aquém do que eles queriam, então isso já é um sucesso. Essa galera não ir para a terceira dose, né? Vai dar, ainda vamos salvar algumas vidas por aí, então a gente está tendo sucesso, mas é difícil, né? Porque a mídia não deixa a gente falar (Entrevista 32).

A percepção de que a vacinação infantil estava sendo um “fracasso”, nas palavras da entrevistada, encontra confirmação nos dados da imunização infantil no Brasil. No estado do Rio de Janeiro, de onde a entrevistada falava, até o fim de março de 2022, portanto no ano da entrevista, somente 35% das crianças haviam tomado a primeira dose e só 5% receberam a segunda (NITAHARA, 2022), sendo que a campanha de imunização infantil foi iniciada no dia 17 de janeiro. A nível nacional, até 16 de março de 2022, 60,7% das crianças de 5 a 11 anos ainda não tinham tomado a primeira dose da vacina contra COVID-19 (TOKARNIA, 2022). Em relação à aplicação da 3ª dose, nenhuma faixa etária tinha chegado ao patamar de 80% de vacinados com a dose de reforço, o que pode indicar o impacto da hesitação vacinal e da campanha de desconfiança em relação às vacinas que está em curso no país.

## Enquadramentos Identitários

A seguir, apresentamos os enquadramentos identitários identificados.

**Tabela 6 - Enquadramentos Identitários**

Identitários	Explicação
1) Não sou contra a vacina, sou contra o passaporte sanitário	Afirmção de que não são antivacina, mas sim contra a obrigatoriedade dos imunizantes para a COVID-19 e a favor da possibilidade de escolha, portanto contrários ao passaporte vacinal.

2) Não sou antivacina, sou a favor de vacinas eficazes e seguras	Declaração de que não são antivacina, mas apenas a favor de vacinas eficazes e seguras, uma vez que consideram que esta ainda é experimental.
3) Não sou negacionista	Declaração de que não são negacionistas, por não negarem a realidade.
4) É um movimento de voluntários	Explicação de que o movimento é constituído por voluntários, como diferenciação à militância partidarizada.
5) Tomamos as outras vacinas	Ênfase ao fato de terem tomado as outras vacinas, como forma de afirmar que não são antivacina no geral e traçar uma diferença entre as vacinas.
6) O movimento é orgânico	Reivindicação de que o movimento é orgânico, formado por uma rede que “não tem robôs” e que não há “gabinete do ódio”. Eles fazem vaquinha para conseguir auxiliar as vítimas.
7) Não é um movimento organizado, não há uma força tarefa	Percepção de que o movimento é “acéfalo, caótico, <i>on demand</i> ”, portanto sem organização prévia. É fragmentado em várias frentes.
8) É um movimento pela liberdade	Visão de que são ativistas pela liberdade e pela vida, pelo direito de se vacinar ou não.
9) Somos democratas, não somos preconceituosos	Afirmam que são democráticos, tolerantes, a favor do debate, buscam acolher e ouvir os dois lados, e não têm preconceitos. Se descrevem como anti-opressão, anti-totalitários e antinazistas.
10) Não sou anti-ciência	Negação do rótulo de anti-ciência. Se percebem como defensores da ciência, do questionamento e do debate.
11) É um movimento formado por grupos de direita	Percepção importante de que é um movimento de direita, de modo que a esquerda não está presente em protestos e audiências públicas realizadas por eles.
12) Estamos contra o senso comum e o sistema	Percepção de que estão lutando contra um poder muito forte, do sistema, e que estão indo contra a maré.
13) Ser chamado de antivacina causa revolta	Entendimento de que são rotulados como antivacina para serem desqualificados e perderem credibilidade, o que causa revolta.

14) O grupo é de acolhimento das vítimas da vacina	Explicação de que o grupo Os Casos Raros é uma rede de apoio para vítimas da vacina.
15) Tomamos a <i>red pill</i> (conhecemos a verdade que não é agradável)	Referência ao filme Matrix, na qual tomar a <i>red pill</i> (“ser redpillado”) quer dizer conseguir entender o que os outros não entendem, se negam a ver.
16) Os ativistas são pessoas de Deus/ São pessoas de bem	Afirmação religiosa de que os ativistas são pessoas de Deus, portanto pessoas de bem. Eles afirmam prestar contas a Deus.
17) Fazemos um trabalho de conscientização	Explicam que não buscam influenciar na decisão dos outros, mas conscientizá-los mostrando a verdade.
18) Conservadorismo é uma visão de mundo	Declararam o conservadorismo como uma visão de mundo e um estilo de vida. Enfatizam que os conservadores fazem trabalho social.
19) O objetivo é salvar vidas	Afirmam que o objetivo de seu movimento é salvar vidas.
20) O que fazemos não é baseado em fake news	Preocupação em rebater a acusação de que disseminam desinformação e afirmação de que são pautados em dados reais.
21) Não há apoio do Estado no movimento	Afirmam que estão fazendo o trabalho que os governos deveriam estar fazendo
22) O grupo é de mães	Ênfase no fato do grupo Os Casos Raros ser formado por mães cujos filhos sofreram reações adversas provocadas pelas vacinas.

**Fonte: O autor**

Em relação aos enquadramentos identitários, se destacam aqueles nos quais os entrevistados buscam se descolar dos rótulos de antivacina, negacionista e anticiência. Eles fazem a distinção de que “não são contra a vacina, mas contra o passaporte sanitário”, ou ainda “a favor de vacinas eficazes e seguras”, ao expressarem que não consideram que as vacinas para a COVID-19 foram testadas o suficiente. Nesse sentido, houve a clara afirmação de que

“tomaram as outras vacinas”. Esses quadros identitários têm uma relação de complementaridade com alguns diagnósticos, quais sejam “comparação/ demais vacinas são mais seguras” e “descrença no poder de proteção das vacinas” (ver tabela 3). Os demais enquadramentos vão no sentido de exaltar o caráter orgânico, voluntário e não organizado do movimento do qual fazem parte. Este movimento é descrito como sendo “pela liberdade”, democrático, pois eles não discriminam ninguém, ao contrário do que a mídia e os vacinados fazem com os não-vacinados.

É importante esclarecer que a apresentação dos dados obtidos com as entrevistas, portanto com base no que foi dito pelos entrevistados, não significa, de forma alguma, concordância com as declarações, mas sim a escolha metodológica de apresentar o que a empiria trouxe em termos de dados. Assim, seria um equívoco, e um empobrecimento da análise, afirmar que os entrevistados são automaticamente anticiência, ou que se reivindicam assim. A disputa epistêmica em jogo é muito mais matizada. Na realidade, eles “selecionam seus especialistas e utilizam a retórica e a linguagem científica, ou a defesa da ciência, como forma de legitimar suas posições em relação às vacinas” (BACCARIN, 2022, p.6):

E não adianta colocar em nós a pecha de negacionistas, ou de potenciais perigos. “Nós representamos um perigo para a sociedade”, “porque nós vamos contaminar”. Ora, eu sou da geração de inúmeras vacinas e que me trouxeram imunidade para o resto da minha vida. Então, assim, eu não sou contra a ciência. A ciência também não é dogma. A ciência se reinventa, a ciência precisa ter mudanças de paradigmas, não é? É, as coisas são assim, né? (Entrevista 3).

Percebemos que há uma apropriação de discursos oriundos do campo progressista, que são contra-enquadrados (BENFORD, HUNT, 2003). Como Mondon e Winter (2020, p.10) reforçam, as pesquisas sobre a extrema direita precisam trazer a reflexão de que “a extrema direita e o ‘*mainstream*’ são categorias/ fenômenos contingentes, cujos significados, estratégias e posicionamentos políticos são fluidos e adaptáveis ao contexto e às circunstâncias”<sup>28</sup>. Assim, “o que é *mainstream* hoje pode ser parte da extrema-direita amanhã, e vice versa”<sup>29</sup>(MONDON, WINTER, 2020, p.3).

---

<sup>28</sup> “(...) the far right and mainstream as contingent categories/phenomena, whose meaning, strategies and political positioning are fluid and adaptable to context and circumstances”.

<sup>29</sup> “Today’s mainstream could be tomorrow’s far right and vice versa.”

## As correntes de legitimação discursiva

Em relação às maneiras de legitimar o discurso e os argumentos apresentados, os entrevistados lançaram mão de diferentes estratégias. Ao analisarmos o conjunto dos dados, a partir das transcrições das entrevistas, foi possível detectar três diferentes correntes ou vertentes de legitimação do discurso. São elas as referências, não excludentes entre si, à autoridade médica, à jurídica e às teorias conspiratórias.

A legitimação por autoridade médica aparece em 28 das entrevistas realizadas, enquanto a argumentação conspiratória consta em 17 das entrevistas e o argumento jurídico está presente em 15 das entrevistas feitas. Isso mostra o grande peso da autoridade pessoal dos médicos, na qual as credenciais do especialista são mencionadas como forma de afirmar sua legitimidade (VAN LEEUWEN, 2007), e a fama e o reconhecimento do especialista em um dado contexto passam a prescindir de debates mais aprofundados.

Houve sobreposição de correntes de legitimação em 17 casos, entre a legitimação médica e a jurídica (3 vezes), a médica e a conspiratória (9 vezes), e a jurídica e conspiratória (4 vezes). Em um único caso, considerei que o entrevistado mobilizou as 3 formas de legitimação discursiva. A classificação das entrevistas por corrente de legitimação está disponível no anexo 1. Os números apresentados têm o objetivo de organizar a apresentação de dados, ainda que sem a pretensão de realizar uma análise quantitativa baseada em frequências.

A busca por legitimação se espraia pelas quatro tarefas de enquadramento e é uma maneira de se blindar ou, de antemão, responder às críticas. É preciso esclarecer que este é um movimento emergente da pandemia de COVID-19, portanto muito novo. Outra característica que deve ser levada em conta é que este ativismo é frequentemente alvo de críticas da mídia mainstream e, por ter sido encabeçado por lideranças bolsonaristas, também da oposição ao ex-presidente da república. Isso faz com que esses ativistas busquem se legitimar e contra-enquadrar as críticas que recebem de seus opositores. Assim, a conexão entre formas de legitimação discursiva e enquadramentos de ação coletiva se dá de modo muito imbricado, na medida em que os quatro tipos de enquadramentos se ancoram em argumentos de autoridades médicas, tradicionalmente dotadas de credibilidade no Brasil (MACHADO, 1997), de advogados e juristas, e também por meio da legislação brasileira e internacional, e, por fim, em teorias conspiratórias, que também se valem de diferentes autoridades e especialistas por quem



os grupos conspiracionistas nutrem grande confiança, como o caso dos Médicos pela Vida (FERRARI et al., 2022).

Como argumentam Ferrari et al. (2022), há uma presença central de médicos das especialidades de homeopatia e acupuntura na lista do movimento Médicos Pela Vida, quando comparada com a população desses especialistas no Brasil. Para as autoras do estudo, isso se justificaria por uma defesa de uma “abordagem holística do indivíduo e uma assistência humanizada, alegando afastamento em relação a interesses e empreendimentos comerciais e políticos envolvendo a ‘indústria farmacêutica’, responsável pelo desenvolvimento e ampla venda de vacinas contra a COVID-19.” (FERRARI et al., 2022, p.4220).

A profissão médica é dotada de uma “incontestável validação social” e, face à pandemia, seus serviços reforçaram “seu caráter de bens sociais” (FERRARI et al., 2022, p. 4214). A importância da confiança na autoridade médica é ressaltada por Machado (1997, p.22), de maneira que na relação médico-paciente, “o médico não só tem autoridade profissional sobre o paciente, mas, principalmente, exerce um real e forte poder de ação sobre ele, tornando-o um consumidor passivo, pouco à vontade para decidir sobre condutas independentes da opinião de seu médico”.

A distribuição de enquadramentos diagnósticos, prognósticos, motivacionais e identitários em cada entrevista está disposta a seguir, considerando também a corrente de legitimação discursiva (médica, jurídica ou conspiratória) que predominou em cada entrevista. Para fins de organização textual e análise comparativa, a ordem se refere à quantidade de entrevistas em que o enquadramento foi identificado em cada corrente.

**Tabela 7 - Distribuição dos principais enquadramentos diagnósticos por corrente de legitimação discursiva**

	<b>Médica</b>	<b>Jurídica</b>	<b>Conspiratória</b>
<b>Enquadramento Diagnóstico</b>	1) A crise é moral/ Anti-esquerda	1) Os políticos agiram de forma equivocada na pandemia, em desacordo com Bolsonaro	1) A crise é moral/ Anti-esquerda
	2) Anti-mídia	2) A crise é moral/ Anti-esquerda	2) Comparação/ Demais vacinas são mais seguras
	3) Vacina e ciência foram politizadas	3) Comparação/ Demais vacinas são mais seguras	3) Os políticos agiram de forma equivocada na pandemia, em desacordo com Bolsonaro
	4) Comparação/ Demais vacinas são mais seguras	4) Anti-mídia	4) Anti-mídia
	5) A liberdade do povo está sendo cerceada	5) Farmacêuticas só querem lucro	5) A liberdade do povo está sendo cerceada
	6) Farmacêuticas só querem lucro	6) A liberdade do povo está sendo cerceada	6) Farmacêuticas só querem lucro
	7) Os políticos agiram de forma equivocada na pandemia, em desacordo com Bolsonaro	7) Descrença no poder de proteção da vacina	7) Há censura nas plataformas de mídias sociais
	8) Há censura nas plataformas de mídias sociais	8) Há censura nas plataformas de mídias sociais	8) Anti-lockdown
	9) Governo Bolsonaro estava sob ataque	9) Muitas reações adversas estão acontecendo após a vacina	9) Não estão sendo ouvidos
	10) Anti-lockdown	10) Não estão sendo ouvidos	10) Muitas reações adversas estão acontecendo após a vacina

**Fonte: o autor, com base nas entrevistas.**

Em relação aos enquadramentos diagnósticos, há uma predominância de discursos que culpam a esquerda pela crise moral, que criticam a mídia tradicional e também os políticos que agiram em discordância com o defendido por Bolsonaro. Ainda, é também bastante mencionado, nas três correntes de legitimação, o enquadramento de que as demais vacinas seriam mais seguras que a da COVID-19, próximo à leitura de que as vacinas e a ciência foram politizadas na pandemia. Os ativistas dos três grupos de legitimação discursiva sustentaram o

enquadramento de que estavam sendo censurados pelas plataformas de mídias sociais, de que não estavam sendo ouvidos e também que a liberdade do povo estava sendo cerceada com o passaporte sanitário.

**Tabela 8 - Distribuição dos principais enquadramentos prognósticos por corrente de legitimação discursiva**

	<b>Médica</b>	<b>Jurídica</b>	<b>Conspiratória</b>
<b>Enquadramento Prognóstico</b>	1) Defesa do tratamento precoce	1) Direito à escolha/ Defesa da autonomia individual	1) Direito à escolha/ Defesa da autonomia individual
	2) Deve-se fazer estudos e pesquisas por conta própria	2) Deve-se fazer estudos e pesquisas por conta própria	2) Defesa do tratamento precoce
	3) Direito à escolha/ Defesa da autonomia individual	3) É importante ouvir todos os lados e não cercear o debate	3) Deve-se fazer estudos e pesquisas por conta própria
	4) Há necessidade de migrar para plataformas alternativas	4) Defesa do tratamento precoce	4) Há necessidade de migrar para plataformas alternativas
	5) Contra a obrigatoriedade das vacinas no geral	5) Há necessidade de migrar para plataformas alternativas	5) É melhor usar redes sociais do que depender da mídia
	6) Crença na imunidade natural por infecção como superior à da vacina	6) Defesa da autonomia médica	6) É importante ouvir todos os lados e não cercear o debate
	7) É importante ouvir todos os lados e não cercear o debate	7) É melhor usar redes sociais do que depender da mídia	7) Contra a obrigatoriedade das vacinas no geral
	8) Defesa da autonomia médica	8) Crença na imunidade natural por infecção como superior à da vacina	8) Crença na imunidade natural por infecção como superior à da vacina
	9) Reações adversas deveriam ser divulgadas	9) Defesa do Estado mínimo e da não intervenção na vida do cidadão	9) Reações adversas deveriam ser divulgadas
	10) É melhor usar redes sociais do que depender da mídia	10) Contra a obrigatoriedade das vacinas no geral	10) Contra o uso de máscaras

**Fonte: o autor, com base nas entrevistas.**

Quanto aos enquadramentos prognósticos, é comum a defesa do direito à escolha/ defesa da autonomia individual e também a recomendação de que “deve-se fazer estudos e pesquisas por conta própria”. No caso da corrente média, a defesa do tratamento precoce aparece como o enquadramento mais preponderante. Ainda, é também relevante a defesa de

migração para plataformas de mídias sociais alternativas como uma solução apresentada, em consonância com o prognóstico de que é melhor usar as mídias sociais, de forma geral, do que depender da mídia tradicional.

**Tabela 9 - Distribuição dos principais enquadramentos motivacionais por corrente de legitimação discursiva**

	<b>Médica</b>	<b>Jurídica</b>	<b>Conspiratória</b>
<b>Enquadramento Motivacional</b>	1) Grande confiança e apreço pelos médicos/ especialistas	1) Internacionalização	1) Grande confiança e apreço pelos médicos/ especialistas
	2) Internacionalização	2) Defesa da ciência	2) Defesa da liberdade dos cidadãos acima de tudo
	3) Busca da verdade	3) Defesa da liberdade dos cidadãos acima de tudo	3) Defesa da ciência
	4) Defesa da liberdade dos cidadãos acima de tudo	4) Busca da verdade	4) Internacionalização
	5) Defesa da ciência	5) Grande confiança e apreço pelos médicos/ especialistas	5) Busca da verdade
	6) As pessoas já estão acordando desse transe coletivo/ Percepção de sucesso com a mobilização	6) Menção à Constituição e defesa da democracia	6) É uma questão espiritual
	7) Peso da experiência imediata e individual	7) Ciência é baseada no questionamento	7) Menção à Constituição e defesa da democracia
	8) Ciência é baseada no questionamento	8) Proteção da vida e da família	8) Estamos em uma guerra/ Se trata de bem contra o mal/ Estão do lado certo, não do errado
	9) Menção à Constituição e defesa da democracia	9) É uma questão espiritual	9) “Meus filhos não são cobaíais”/ “O filho é meu”
	10) Proteção da vida e da família	10) Estamos em uma guerra/ Se trata de bem contra o mal/ Estão do lado certo, não do errado	10) Peso da experiência imediata e individual

**Fonte: o autor, com base nas entrevistas.**

No que se refere aos enquadramentos motivacionais, é interessante notar que há também uma consistência entre as diferentes vertentes de legitimação. Salta aos olhos a grande

confiança e apreço pelos médicos e especialistas e também o uso da “internacionalização” como forma de legitimar o discurso. Ainda, a “defesa da liberdade dos cidadãos acima de tudo”, de forte cunho político e ideológico, sobremaneira no sentido neoliberal e/ou libertário, é também comum entre as três correntes discursivas. No caso das correntes conspiratórias e jurídicas, há referência aos enquadramentos morais, ou até mesmo religioso, de que “é uma questão espiritual” e “estamos em uma guerra/ Se trata de bem contra o mal/ Estão do lado certo, não do errado”. A “busca da verdade”, também com uma forte carga moral, é citada pelas três correntes de legitimação.

**Tabela 10 - Distribuição dos principais enquadramentos identitários por corrente de legitimação discursiva**

	Médica	Jurídica	Conspiratória
<b>Enquadramento Identitário</b>	1) Não sou contra a vacina, sou contra o passaporte sanitário	1) Não sou contra a vacina, sou contra o passaporte sanitário	1) Não sou contra a vacina, sou contra o passaporte sanitário
	2) Não sou antivacina, sou a favor de vacinas eficazes e seguras	2) Não sou antivacina, sou a favor de vacinas eficazes e seguras	2) Não sou antivacina, sou a favor de vacinas eficazes e seguras
	3) É um movimento de voluntários	3) É um movimento pela liberdade	3) É um movimento de voluntários
	4) Não sou negacionista	4) É um movimento de voluntários	4) Tomamos as outras vacinas
	5) Tomamos as outras vacinas	5) Não sou negacionista	5) O movimento é orgânico
	6) Não é um movimento organizado, não há uma força tarefa	6) Não sou anticiência	6) Não é um movimento organizado, não há uma força tarefa
	7) O movimento é orgânico	7) É um movimento formado por grupos de direita	7) É um movimento pela liberdade
	8) Somos democráticos, não somos preconceituosos	8) Estamos contra o senso comum e o sistema	8) Não sou negacionista
	9) O grupo é de acolhimento das vítimas da vacina	9) Ser chamado de antivacina causa revolta	9) Tomamos a <i>red pill</i> (conhecemos a verdade que não é agradável)
	10) É um movimento pela liberdade	10) Os ativistas são pessoas de Deus/ São pessoas de bem	10) Os ativistas são pessoas de Deus/ São pessoas de bem

**Fonte: o autor, com base nas entrevistas.**

Por fim, em relação aos enquadramentos identitários, chama a atenção a alta homogeneidade dos mesmos enquadramentos, mormente o “*master frame*” de que “não são antivacina”, em duas variações: são “contra o passaporte sanitário” e/ou “são a favor de vacinas eficazes e seguras”. No caso das correntes médica e jurídica, há ênfase nos objetivos e organização do movimento: “os grupos foram criados para ajudar as vítimas”, “são formados por voluntários”, “não há uma força tarefa” e “é um movimento pela liberdade”. No que concerne à corrente conspiratória, há a menção ao fato de terem tomado a “*red pill*”, como será melhor explicado abaixo.

### **Análise das correntes de legitimação discursiva e dos enquadramentos**

De maneira geral, há uma certa homogeneidade na predominância dos principais enquadramentos e discursos de legitimação. Isso mostra consistência e coesão do movimento, ainda que os entrevistados não se reconheçam como parte de um movimento organizado, mas sim fragmentado em diferentes frentes.

No caso da vertente jurídica, o “peso da experiência imediata e individual” não aparece nenhuma vez como enquadramento motivacional, o que mostra uma diferença em relação às outras duas vertentes no que concerne às formas de buscar motivar os ativistas do movimento e também legitimar seus posicionamentos.

Um achado importante é que mesmo quando apresentam diagnósticos sobre o que enxergam como um problema em relação ao passaporte sanitário ou as vacinas em geral, questões relacionadas à saúde, os entrevistados demonstram suas visões, centradas à direita. Assim, o enquadramento diagnóstico “A crise é moral/ Anti-esquerda” foi o mais frequente nas correntes médica e conspiratória e apareceu como o segundo enquadramento deste tipo mais mobilizado na corrente jurídica.

Quanto aos enquadramentos prognósticos, as soluções apresentadas variaram pouco entre as correntes. No caso da corrente médica, prevaleceu a recomendação do tratamento precoce e, em comum com a corrente conspiratória, a defesa da necessidade de se migrar para plataformas alternativas, como o Telegram. Em relação à corrente de legitimação jurídica, salta aos olhos a defesa da livre escolha, liberdade individual e a visão de que o debate não deve ser cerceado. Destaca-se, como comum nos três grupos, a força do enquadramento prognóstico de que “Deve-se fazer estudos e pesquisas por conta própria”, ou seja, que **o ideal é se informar**

**diretamente das fontes, com especialistas, médicos e cientistas.** Eles não buscam intermediação de jornalistas, canais de notícias ou outras instituições peritas, mas relatam uma preferência por ler os estudos diretamente, ouvir informações em primeira mão dos médicos, estar presente nos grupos e canais deles.

“Mas é aquilo que eu te falei, foi uma informação do Dr. (anonimizado), **eu sigo mais pessoas que eu reputo de uma confiança**, que eu acredito. E por intermédio dessas pessoas eu tenho acesso a informações. Não de notícias, mas foi publicado um trabalho, então vamos lá ver o trabalho. É muito isso, a minha informação é basicamente essa, como se gosta de dizer, científica. Se bem que eu acho que ciência não... **Eu acredito mais na minha fé do que na ciência**, mas é só um detalhe.” (Entrevista 40).

Uma parcela dos entrevistados (6 deles) banalizou o papel das vacinas e apresentou uma **equiparação da vacina com os medicamentos do tratamento precoce** (ivermectina e cloroquina, por exemplo). A vacina é então vista como apenas mais uma tentativa.

“**Eu acho que é uma tentativa. Eu tomei cloroquina, por exemplo, eu tomei ivermectina, eu tomei vitamina D**, eu acho que numa pandemia vale tudo (risos). Entendeu? Só não vale perder a liberdade (risos). Vale tudo, menos você ser um experimento sem você querer.” (Entrevista 38).

Em relação aos enquadramentos motivacionais, é interessante como a “internacionalização” (a menção ao fato de que “países europeus estavam voltando atrás nas restrições”, por exemplo) e “defesa da ciência” foram proeminentes nos discursos dos entrevistados. A menção à ciência, a termos científicos e a artigos publicados em outros países são recursos discursivos mobilizados para buscar legitimar a argumentação de questionamento às vacinas.

Ainda, a “busca da verdade”, como um valor a se alcançar, ainda que o conceito de verdade seja vago - um significante flutuante, em termos laclauianos (LACLAU, 2005) - indica o peso da moralidade, próxima a ideias cristãs (“e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”, versículo bíblico, do evangelho de João 8:32, frequentemente repetido por Bolsonaro), no movimento. Esse enquadramento é próximo do identitário “Tomamos a red pill (conhecemos a verdade que não é agradável)”, que faz uma referência explícita ao filme Matrix, onde há dois mundos: um que é uma simulação do outro. O personagem Morpheus oferece a Neo, protagonista do filme, duas pílulas: uma vermelha, que permitiria conhecer a verdade por

trás do simulacro, e uma azul, que o manteria imerso no mundo falso. Assim, atores de extrema-direita, dentre masculinistas, libertários e conspiracionistas como os antivacina, têm se apropriado da metáfora platônica - é basicamente o mito da caverna, apresentado no livro 7 da República (PLATÃO, 1993) - do Matrix e usado este termo “*red pill*” para indicar que buscam uma libertação e acesso à uma verdade que nem sempre é agradável. Assim, como uma entrevistada disse:

“Mas eu acho que se hoje o Bolsonaro coloca um ministro do jeito que os bolsonaristas gostariam, a coisa desmorona, entendeu? Você vai botar um cara completamente “redpillado”, entendeu? O cara lá, escolheu lá, “não, saí da Matrix, peguei a pílula vermelha”, lascou. Isso aqui cai, meu. Entendeu? (risos). Cai. A gente fala, né: “somos os redpillados”, né? (Entrevista 3).

Para outra, a censura contra eles está ocorrendo porque as pessoas não tomaram ainda uma *red pill*:

Se você impulsiona, vai perder a página. Se você fala a palavra vacina, vão te censurar. Então, assim, se a sociedade acha isso normal, eu acho que a sociedade precisa tomar uma red pill. Porque isso não é normal, como eu disse, eu fui criada nos anos 80, que você podia falar qualquer coisa. Inclusive xingar político, especialmente... era e sempre foi o esporte nacional. Agora, não. Dependendo do político que você xinga, ou você ganha um prêmio ou você vai para a cadeia, você escolhe. (Entrevista 35).

Em relação à importância da estratégia na escolha de enquadramentos, um dos ativistas entrevistados em um protesto feito na Universidade de Brasília diz que é preciso escolher bem as palavras para que seja possível conscientizar a população e alcançar mais adeptos:

"Você não vai vir aqui para falar de nova ordem mundial, que a vacina vai matar as pessoas. Você não vai falar isso. Você vai falar o que? Gente, o passaporte é ineficaz por causa disso. Vacinas têm efeitos colaterais que precisam ser conhecidos e isso não está sendo dito. É foco no que você quer falar. " (Entrevista 10).

Ainda que os enquadramentos identitários tenham sido menos recorrentes, eles não são menos importantes e ajudam a entender a forma como os ativistas interpretam o seu movimento, o que estão fazendo e como querem ser chamados e vistos, por mais que haja contradições internas em seus discursos (não querem ser vistos como antivacina, mas buscam



influenciar a sociedade para que a vacinação não avance). Nas palavras de um ativista, “eu estou com o pessoal da direita trabalhando em prol da pauta antivacina obrigatória contra a COVID, não antivacina normal, porque as vacinas normais são vacinas que passaram pelo processo científico” (Entrevista 21).

Foram identificados diferentes contra-enquadramentos, dentre eles o fato de se negarem como negacionistas e antivacina, chamarem a vacinação de genocídio, como resposta ao que Abers e von Bülow (2023) identificaram no movimento pelas vítimas da COVID-19. Em uma das principais inversões, ou contra-enquadramentos identificados, está a de que quem se vacinou é quem está colocando os outros em risco, “pela produção da proteína spike após a vacina”, vista como um risco à saúde, mas desmentido por instituições médicas e científicas, como o Conselho Federal de Farmácia<sup>30</sup>, que também alertou para os perigos das receitas de “detox” das vacinas que estão sendo vendidas como solução, o que indica que há um modelo de negócios de médicos e terapeutas que emergiram como fontes confiáveis para esses ativistas e grupos hesitantes vacinais. No *chat* dos cursos de formação feitos pelo Zoom, em janeiro de 2022, foi possível detectar a venda não só de atestados contra a vacinação, mas também de tratamentos para se “desintoxicar da vacina”. Essa é uma forma de inverter a lógica largamente divulgada de que os não-vacinados representam risco para a coletividade, por gerarem novas mutações do vírus, uma vez que não se imunizaram. Ao reverterem essa lógica, eles buscam legitimar seu ativismo contra as vacinas.

Foram identificadas diferentes narrativas conspiratórias nos discursos dos entrevistados e também nas atividades de observação participante. Dentre elas, estão as que promovem o enquadramento diagnóstico de que “Há uma ordem mundial globalista por trás da pandemia”, registrado nas falas de 13 entrevistados.

Ainda, há uma percepção persecutória, de que estão sendo censurados e não estão sendo ouvidos. Também, como parte da interpretação conspiratória da realidade, eles creem que “farmacêuticas só querem lucro” e portanto estariam inseridas em um grande esquema que conta com a parceria da mídia, das grandes plataformas e dos governos nacionais e instâncias internacionais, como a Organização Mundial da Saúde e o Fórum Econômico Mundial. Há uma leitura de mundo marcada pela crença de que as elites, por motivos ideológicos, estariam por trás da pandemia. Bill Gates, fundador da Microsoft, é citado como alguém que sabia o que

---

<sup>30</sup> Receitas "detox" de vacinas para Covid-19 não limpam o organismo e podem causar intoxicações. Disponível em <https://site.cff.org.br/noticia/fato-ou-fake/25/04/2023/receitas-detox-de-vacinas-para-covid-19-nao-limpam-o-organismo-e-podem-causar-intoxicacoes>. Acesso em 04 de outubro de 2023.

estava por vir com a pandemia (DARIUS, URQUHART, 2021). Assim, a pandemia, nessa visão conspiratória, é entendida como um grande plano, já previsto:

“E aí, o que me motivou mesmo, não tem nada a ver com: ah, (o nome dela) é antivacina, não. Foi primeiro: a questão dos lockdowns, ver o que que a turma do Bill Gates estava falando já e já existiam aqueles eventos que foram programados, aquele Event 201, eles fizeram, do Fórum Econômico Mundial, e ali toda a pandemia estava prevista, toda a metodologia que eles iam usar; então, não é que a gente tava adivinhando o que eles iriam fazer: eles avisaram! E a gente já sabia que isso não funcionava.” (Entrevista 29).

A imposição do lockdown como medida para conter o contágio do vírus SARS-COV-2 é vista como um plano para instaurar mais controle social, em semelhança ao sistema de crédito social chinês (Entrevistas 10, 14, 30). Para uma entrevistada, “o lockdown não funciona, o objetivo deles é realmente quebrar a classe média, acabar com a economia, e assim tu tem mais chances de ter um controle social.” (Entrevista 29).

A preocupação conspiratória com uma suposta ameaça comunista (KALIL ET AL., 2021) também foi citada pelos entrevistados. Para Karen Douglas (2021), as teorias da conspiração reforçam divisões e antagonismos já existentes entre grupos. A crença de que as medidas sanitárias impostas em face da crise pandêmica são ataques deliberados das autoridades às liberdades civis dos cidadãos foi comum em países ocidentais (DOUGLAS, 2021, p. 270).

Podemos citar também o entendimento conspiratório de que o “tratamento precoce foi solapado pelas farmacêuticas em benefício da venda das vacinas (citado 12 vezes); as posições Anti-China (8 vezes); que se relacionam à crença conspiratória de que o vírus foi criado em um laboratório em Wuhan (4 ocorrências), e que seria uma arma biológica, teoria da conspiração citada na literatura (FERREIRA, 2021). Douglas (2021) e Kalil e colegas (2021) sublinham que as teorias da conspiração podem reforçar visões discriminatórias e excludentes, como no caso das que acusam a China de ter planejado e lucrado com a pandemia.

“Eu fui avisado da guerra. Fui avisado de que isso está acontecendo. Ah, mas que guerra? Como assim guerra, não tem nenhuma bomba? É porque quando você fala em guerra híbrida, você não fala em bomba, você fala em armas biológicas, você fala em um vírus como o vírus de Wuhan, que foi patenteado várias vezes. Ele tem várias patentes até chegar a patente definitiva que foi a do Sars-Cov-2. E aí esse vírus ele foi produzido por empresas com sede nos Estados Unidos e talvez empresas também de outros lugares, porque eles usam também conglomerados de pessoas jurídicas às vezes para fazer as coisas. E depois desse vírus, ele foi

trabalhado para ganhar maior virulência, digamos assim, para ele ser mais viral.” (Entrevista 21).

Os resultados lançam luz sobre o papel das ideologias de direita como centrais na atuação dos ativistas contrários à obrigatoriedade das vacinas para a COVID-19. Percebemos, a partir dos dados, a presença de diferentes ideologias políticas que compõem o espectro da direita, como o conservadorismo, o neoliberalismo e o libertarianismo. A própria autoclassificação ideológica dos entrevistados é um dado importante: a maioria se diz de direita (35 deles), sobretudo conservadores (20), e uma parcela menor se percebe como liberal (6) ou libertária (4) (ver página 73).

Dentre os elementos discursivos conservadores identificados nos enquadramentos, estão a defesa da família, a menção a Deus e à fé cristã, e o anticomunismo, como também detectado em outras pesquisas, como de Kalil et al. (2021) e Amaral et al. (2022). No que concerne ao neoliberalismo e ao libertarianismo, há grande ênfase no individualismo, em contraponto ao coletivismo, bem como uma forte defesa de um Estado Mínimo, pouco intervencionista, inclusive nesta questão de não exigir que ninguém se vacine. O não intervencionismo e o individualismo são elementos apontados pela literatura que discute características que constituem a ideologia neoliberal (DRYHURST ET AL., 2020; RUTJENS ET AL., 2021). Essa amálgama ideológica entre conservadores e neoliberais, presente no movimento contrário à obrigatoriedade das vacinas para a COVID-19, é, como indicam Corrêa e Kalil (2020), também constituinte do bolsonarismo de maneira mais ampla.

## **Práticas de ativismo digital, usos das plataformas de mídias sociais e hábitos informacionais**

As entrevistas sugerem que, ao menos entre os atores-chave entrevistados, o WhatsApp desempenha o papel de servir como um espaço de coordenação e organização em grupos pequenos ou médios, em contraste com o Telegram, onde o alcance é consideravelmente maior. Enquanto o Telegram possibilita a criação de grupos com até 200.000 membros<sup>31</sup>, o WhatsApp

---

<sup>31</sup> Perguntas frequentes. Disponível em <https://telegram.org/faq?setln=pt-br#:~:text=Com%20Telegram%2C%20voc%C3%AA%20pode%20enviar,para%20transmitir%20para%20audi%C3%A2ncias%20ilimitadas>. Acesso em 03 de abril de 2022.

é restrito a 256 pessoas por grupo<sup>32</sup>. Além disso, o WhatsApp restringe o compartilhamento de mensagens para um máximo de 5 contatos ou grupos diferentes, ao contrário do Telegram, que é ilimitado nesse aspecto.

Os hábitos de consumo informacional e uso das mídias sociais podem ser conferidos a seguir, na tabela 11. Das linhas que compreendem de E1 a E27 (de modo que as entrevistas não estão listadas na ordem cronológica, mas separadas entre parlamentares e ativistas), os dados se referem aos 14 parlamentares entrevistados, enquanto de E12 a E23 (também fora de uma ordem cronológica), dizem respeito aos 28 ativistas respondentes.

**Tabela 11: Fontes de informação e uso das plataformas de mídias sociais**

<b>Código da Entrevista</b>	<b>Fontes de informação</b>	<b>Uso das plataformas de mídias sociais</b>
E1	Jovem Pan - Alexandre Garcia, Augusto Nunes, Sikera Jr. - Jornal local do Mato Grosso do Sul.	Não mencionou nenhuma, mas tem perfis oficiais no Instagram, Facebook, Twitter, TikTok, YouTube
E6	Páginas do Instagram - Grupos no WhatsApp com especialistas que trazem análises internacionais - Não confia tanto na imprensa	Instagram - WhatsApp
E20	Internet - Clippings - Não assiste tanto TV	Twitter - Instagram - Telegram - WhatsApp TikTok
E17	Não assiste TV - Checa notícias no Twitter - G1 - Estadão.	Twitter
E18	Veículos de direita e de esquerda - Mídia internacional.	Twitter - Telegram - Instagram - Assessoria posta capturas de tela dos tweets no Instagram
E38	Tentou se informar pelo Conselho Regional de Medicina do Ceará (CREMEC) - Não assiste Globo - Buscou artigos científicos - Grupos no WhatsApp - Jovem Pan	WhatsApp
E36	Grupos online com médicos, como a Maria Emília Gadelha - Assiste notícias, lê notícias online - Segue os perfis de Jair Bolsonaro e das deputadas Bia Kicis e Carla Zambelli - Lê a jornalista conservadora Carina Belomé.	Instagram - Facebook - Twitter - GETTR

<sup>32</sup> Disponível em <https://www.whatsapp.com/features>. Acesso em 03 de abril de 2022.

E16	Site do Médicos pela Vida - Canal do deputado Diego Garcia no Telegram - TV Câmara e TV Senado - Não assiste mais a rede Globo, prefere a Record TV	Facebook - Telegram
E25	Médicos pela Vida no Telegram - Desconfiança na Globo e na mídia em geral, não assiste mais TV aberta - Jovem Pan, Pingos nos Is	Usa principalmente o WhatsApp - Telegram é segunda opção - Facebook - Instagram
E39	Busca se informar diretamente com médicos e cientistas - Luís Ernesto Lacombe - Alexandre Garcia - Quatro por Quatro - Brasil Paralelo	Usa Instagram - Twitter - WhatsApp - Facebook já não é mais tão estratégico
E41	Assiste telejornais na TV - Busca ler artigos - Usa o mecanismo de busca do YouTube para achar informação sobre as vacinas - Vídeos de especialistas.	Facebook - Instagram
E42	Mídia internacional - Gazeta do Povo - Perfis do ex-deputado federal Paulo Eduardo Martins - Estudos Nacionais - Crítica Nacional - Jovem Pan, Pingos nos Is	Canais do Telegram como uma alternativa ao Instagram - Twitter - Facebook está sendo menos usado, como um complemento ao Instagram
E19	Pingos nos Is - Zé Maria Trindade (Jovem Pan) - Podcast Podpah - Record TV - Não confia tanto na mídia tradicional - Livros - Mídias sociais - YouTube - Busca obter informações das fontes originais - Brasil Paralelo - Gazeta do Povo	Telegram é melhor que o WhatsApp - Facebook está perdendo espaço, usuários estão migrando para outras plataformas.
E27	Youtube - Google - Pingos nos Is - Perfis de Bolsonaro - Podcasts - Não confia tanto na imprensa tradicional, mas assiste com uma visão crítica - Obtém informações pelas mídias sociais	WhatsApp é importante para debates privados - Menos atenção ao Facebook, mais foco no Instagram - Facebook tem uma audiência maior, mas o alcance é menor - Instagram vale mais a pena, apesar dele ter menos seguidores no Instagram - Twitter também é usado - Posta capturas de tela dos tweets no Instagram - TikTok
E12	Fontes primárias - Artigos científicos, principalmente em inglês -. Revista Nature - Telegram e Instagram de médicos e especialistas.	Telegram - Instagram
E13	Não confia tanto na mídia tradicional - Canal Visão Libertária - Canal Tiozão - Paulo Kogos - Dr. Alessandro Loyola - Fontes descentralizadas	Instagram

E9	Lê a mídia tradicional com uma visão crítica - Canal do deputado federal Gustavo Gayer - Perfis de Eduardo Bolsonaro e Nikolas Ferreira - Canais e grupos no Telegram - Terça Livre - Jovem Pan, Pingos nos Is, Adrilles, Morning Show - Paulo Kogos - Canal Hipócritas - Eu te Atualizei - Mídia dos EUA, Daily Wire, Ben Shapiro, The Blaze, Louder with Crowder.	Telegram - GETTR
E11	Canais independentes no YouTube - Dr. Alessandro Loiola, Dr. Paulo Porto de Melo, Dr. José Nasser, Dr. Roberta Lacerda, Dr. Robert Malone, Dr. Peter McCollough - Mídia alternativa de direita - Revista Oeste - Gazeta do Povo - Brasil Sem Medo	Twitter
E5	Não assiste tanto TV, mas prefere a Record TV - YouTube - Canais evangélicos -. Checa a CNN, G1 e o R7 para comparar	WhatsApp
E28	Não assiste mais TV - Jovem Pan - YouTube.	Instagram - Telegram, Twitter - WhatsApp
E32	Obtém informação diretamente de amigos e médicos no WhatsApp - Não confia tanto na imprensa tradicional e na checagem de fatos - Gazeta do Povo - Jovem Pan - Revista Oeste	Twitter - WhatsApp
E14	Grupos no WhatsApp e perfis de médicos - Dr. Loyola, Dra. Maria Emília Gadelha.	Instagram - WhatsApp
E10	Grupos com advogados e médicos no Telegram - Não acredita a mídia tradicional brasileira - Assiste a imprensa internacional - Fox News - YouTube	Telegram
E15	Brasil Sem Medo - Gazeta do Povo - Revista Oeste - Juíza Ludmila Lins - Luís Ernesto Lacombe - Olavo de Carvalho (seu curso de filosofia online) - YouTube	WhatsApp para propósitos organizacionais - TikTok
E22	Canais no Telegram como o dos Médicos pela Vida - YouTube - Não assiste mais notícias na TV - Pingos nos Is, Jovem Pan - Rodrigo Constantino - Alexandre Garcia - Paulo Figueiredo - Terça Livre	WhatsApp para propósitos organizacionais - Posta hashtags no Twitter
E3	Não assiste Globo e TV no geral - Faz sua própria pesquisa na internet - Canais de informação no Telegram - Jornal da Cidade Online - Brasil sem Medo - Jovem Pan - Checa O Globo e outros veículos da mídia tradicional, mas com críticas - Twitter	Twitter - Telegram - Usa o WhatsApp, mas não confia na privacidade da plataforma.

E4	Grupos com médicos no WhatsApp e no Telegram	WhatsApp - Telegram - Instagram
E7	Não assiste TV - Faz sua própria pesquisa - Grupos médicos no Telegram - Instagram - Notícias internacionais - Canal da Professora Maria Pereda - Covidflix - Dra. Roberta Lacerda	Telegram - Instagram - WhatsApp
E8	Jovem Pan - Gazeta do Povo	Telegram - WhatsApp
E2	Grupos e canais médicos - Jovem Pan, Jornal da Manhã, Pingos nos Is, Morning Show no Youtube - Não assiste TV aberta, nem a Globo - Canais de entrevistas, Fred Rodrigues, Gustavo Gayer, Bárbara do canal Te Atualizei - Rodrigo Constantino.	WhatsApp - Telegram - Instagram (não posta, mas acompanha).
E24	YouTube - Telegram (Por Dentro da COVID) - Jovem Pan - Brasil Paralelo - Gazeta do Povo - Notícias internacionais - Highwire - ICAN (Informed Consent Action Network)	LinkedIn - GETTR - Instagram - Twitter - Telegram - WhatsApp - Posta vídeos no YouTube
E34	Telegram - Obtém informações com médicos - Não confia tanto na mídia tradicional.	Telegram - Instagram - WhatsApp
E37	Não confia na mídia e na Rede Globo - Grupos de pesquisadores e médicos no WhatsApp - YouTube - Notícias internacionais - Jovem Pan, Pingos nos Is	WhatsApp - Instagram - Facebook - Posta vídeos no YouTube
E40	Não vê TV, não lê a mídia tradicional - Faz sua própria pesquisa - Lê pesquisas dos dois lados - Canal Médicos pela Verdade no Telegram - Médicos pela Vida - Canal Antivax	Telegram - Instagram - WhatsApp
E31	Não confia na mídia tradicional - YouTube - Grupos no Telegram	Instagram - Telegram - WhatsApp
E33	Não confia na mídia tradicional - Obtém informações das mídias sociais.	Facebook - YouTube - WhatsApp - Instagram - Messenger - Kwai
E35	Não confia na mídia tradicional - Não assiste Globo - Grupos médicos - Pingos nos Is - Perfil Zero Bias no Twitter	Telegram - GETTR - Instagram - Twitter
E21	Mídia internacional - G1 - Folha de São Paulo - Intercept - NY Times - Assiste canais de geopolítica no YouTube - Canais sobre interpretação dos sonhos - Assiste canais de esquerda, como o do Eduardo Moreira.	WhatsApp - Instagram

E26	Não confia na mídia tradicional, como o Globo e o UOL - Obtém informações em grupos médicos - DuckDuckGo no lugar do Google - Rumble - Canais alternativos de informação - Birdie - Grupos fechados - World Council For Health	Rumble - Instagram - WhatsApp - Telegram
E29	Não assiste TV - Pingos nos Is - Jovem Pan - Brasil Paralelo - Obtém informação no Twitter - Perfis de Jair Bolsonaro e do então governo - Páginas dos políticos - Mídia internacional - Lê as notícias da mídia tradicional online - Checa sua própria informação, fontes primárias e pessoas em quem confia.	Twitter - Instagram - WhatsApp - Telegram
E30	Brasil Paralelo - Pingos nos Is - Não assiste TV e não lê a mídia tradicional	Instagram - WhatsApp - Telegram - Twitter
E23	Não lê as notícias - Canais do YouTube - Canal Zero Hedge - Telegram é a principal fonte de informações	Twitter - Instagram - Posta vídeos no YouTube - Telegram

**Fonte: o autor**

É importante considerar a diferenciação dos públicos entre as diferentes plataformas usadas, como, por exemplo, entre o Facebook e o Instagram. Sobre isso, uma deputada estadual do Ceará (Entrevista 38) reconheceu que a maior parte de seus eleitores utiliza mais o Facebook como principal plataforma. No entanto, ela identificou a necessidade de alcançar novos públicos e, por isso, tem aumentado sua atividade no Instagram e no YouTube.

Por outro lado, a avaliação de outros parlamentares (E19, E27, E39, E42) de que o Facebook já não é tão estratégico e está perdendo espaço para outras plataformas, ainda que do próprio grupo Meta, como o Instagram, é bem interessante e deve ser levada em conta. Isso tem a ver sobretudo com o público do Facebook, que tem um recorte geracional diferente do Instagram, e também com o próprio alcance das postagens, de modo que o Instagram é percebido como uma plataforma que consegue atingir audiências maiores. Para um vereador de um município do Rio de Janeiro (E27), “o Facebook tem uma audiência maior, mas o alcance é menor. O Instagram vale mais a pena, apesar de ter menos seguidores no Instagram”.

A menção a “fontes descentralizadas” (E13) como mais seguras e confiáveis expõe a lógica da crise de confiança no sistema de peritos, bem pontuada pela literatura (VAN ZONEN, 2012; MACHADO ET AL., 2020, CESARINO, 2021). Quando essas informações



são obtidas de forma privada, por meio de grupos no WhatsApp e no Telegram com médicos, advogados e demais amigos (E32), isso dá ainda mais legitimidade e se apresenta como uma alternativa muito melhor à curadoria de informações da imprensa tradicional.

Ainda, há uma lógica de confiar em novos gatekeepers, sobretudo médicos, especialistas, jornalistas, ativistas e até mesmo políticos com canais no YouTube e no Telegram, em substituição aos jornalistas da imprensa hegemônica. Esse novo processo de gatekeeping é baseado sobretudo na ausência de visões contrárias às defendidas, o que leva a formação de câmaras de eco. Ao se assistir um canal de um médico antivacina, por exemplo, não há exposição a opiniões que façam um contraponto e advoguem a favor das vacinas, por exemplo. Como revelado por um entrevistado, “o Telegram pra mim virou a principal fonte de informação off-mídia, off mainstream. É a minha principal fonte.” (E23).

É também alta a proporção dos que disseram que “não confiam na mídia tradicional” ou não assistem televisão (27 entrevistados) ou, especificamente, a Rede Globo (8 respondentes) e outros canais abertos, sendo a Record TV uma exceção (3 disseram que têm preferência por esta emissora). Essas falas se coadunam com o enquadramento diagnóstico “Anti-Mídia”, com 33 menções únicas na totalidade das entrevistas, e o prognóstico “Deve-se fazer estudos e pesquisas por conta própria”, que aparece em 25 entrevistas.

Abaixo, podemos ver as tabelas com informações mais detalhadas sobre o consumo de fontes de informação (tabela 12) e o uso de plataformas de mídias sociais (tabela 13):

**Tabela 12 - Fontes de informação**

Fontes de informação	Total de menções
Jovem Pan	15
YouTube	15
Telegram	14
Pingos nos Is	11
WhatsApp	6
Gazeta do Povo	7
Brasil Paralelo	5
Médicos pela Vida	4
Grupos com médicos (não especificou em	3

qual plataforma)	
Record TV	3
Revista Oeste	3
G1	3
Instagram	2
Estadão	1

**Fonte:** O autor

**Tabela 13 - Uso de plataformas de mídias sociais (no geral)**

Plataforma Digital	Total de menções
WhatsApp	28
Instagram	28
Telegram	23
Twitter	17
Facebook	11
YouTube	5
GETTR	4
TikTok	4
Rumble	1
Linkedin	1
Messenger	1
Kwai	1

**Fonte:** O autor

A plataforma de mensageria WhatsApp, pertencente ao grupo Meta, figura tanto como fonte de informação como também como plataforma de mídia social, tendo sido mencionada por 28 respondentes como uma das plataformas que eles mais usam, seguida pelo Instagram e o Telegram.

É alto o número de entrevistados (14 deles) que disseram que usam o Telegram para se informar. Se somado ao WhatsApp (6 menções), a quantidade de respondentes que se informa por aplicativos de mensagens chega à quase metade da amostra (20 respondentes). Esse dado

está em consonância com pesquisas que indicam que parcela significativa da população brasileira utiliza essas plataformas de caráter privado - em grupos, conversas privadas e canais, no caso do Telegram - para se informar (43% declararam usar o WhatsApp para este fim) (REUTERS INSTITUTE, 2023), o que é preocupante, haja vista que estas plataformas tendem a gerar o efeito das câmaras de eco, com pouca ou nenhuma exposição a conteúdo político divergente (NGUYEN, 2020). O fenômeno da formação de câmaras de eco homofílicas está intimamente ligado à maior disseminação de desinformação e, conseqüentemente, aumento da desordem informacional (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017) ou infodemia (OPAS, 2020), para usar o termo que emergiu no contexto pandêmico.

Outra prática a ser destacada é a tentativa de contornar a remoção de conteúdo nas plataformas (Instagram, YouTube, Twitter, Facebook) devido ao fato das lives, vídeos e postagens em geral estarem em desacordo com as diretrizes de saúde adotadas por essas empresas de mídias sociais. Assim, em uma live feita no YouTube por uma vereadora do Rio Grande do Sul, bem como em outra realizada no Instagram por um vereador de Santa Catarina, com outras ativistas entrevistadas, foi evidente que houve uma tentativa de fazer falas cifradas, empregando termos e palavras alternativas. Assim, em vez de vacinas, usaram “v@cin@s” na descrição do vídeo, e, no decorrer da live, usaram as palavras “picada”, “inoculação” e “remédio pra piolho”, como substituição à ivermectina. Isso acontece exatamente porque esses ativistas, eleitos ou não, percebem o risco de ter seus conteúdos removidos, e, em último caso, suas contas restringidas ou banidas, o que eles percebem como censura.

Na live dessa vereadora do Rio Grande do Sul com médicos contrários às vacinas, além de um advogado, a vereadora já avisou os participantes e o público de espectadores sobre o risco da live ser provavelmente removida do YouTube, por violar os termos das plataformas. Isso realmente aconteceu e por isso o vídeo foi repostado na plataforma Rumble. O Rumble e o GETTR, plataformas menos usadas, têm sido empregadas para hospedar conteúdo que foi ou poderia ser derrubado nas principais plataformas.

É difícil acreditar em informações veiculadas pela mídia tradicional e pelas instituições peritas, por estarem dentro de uma câmara de eco. Na câmara de eco, o discurso sofisticado de questionamento às vacinas, que recorre à estatística e a termos científicos, além da legitimação de especialistas como médicos e cientistas céticos em relação à vacina, é suficiente para sustentar o argumento de que as vacinas contra a COVID-19 não são eficazes ou não são seguras.

As outras fontes de informação que compõem o ecossistema informacional são em sua maioria ligadas a Jovem Pan (15 citações), o que inclui também o seu programa Pingos nos Is

(11 menções), totalizando 26 menções ao canal de direita, além de seus jornalistas, como José Maria Trindade. A Rádio Jovem Panamericana, Jovem Pan, foi criada em 1942 como uma estação de rádio. Em 1997, a rádio criou seu próprio site de notícias na internet. Em 2003, numa parceria com a Rede TV, a Jovem Pan lançou um programa humorístico. Em 2020, na pandemia, eles criaram seu próprio canal de notícias e plataforma de conteúdos (a Panflix), primeiro no YouTube e depois na TV por assinatura, em 2021 (DE FARIA, 2022). A pesquisa do Reuters Institute (2023, p.113) sobre os hábitos de consumo de informação e uso das mídias sociais traz os dados de que a Jovem Pan News Online é vista semanalmente por 17% dos brasileiros respondentes da pesquisa, ultrapassando veículos digitais como a Folha de São Paulo, a Band News e empatada com a CNN Brasil (17% de acesso semanal), enquanto o canal de TV da Jovem Pan é citado por 15% deles.

Durante o governo de Jair Bolsonaro, a Jovem Pan, tanto como emissora como canal do YouTube se tornou um dos maiores canais de porta-vozes e defensores do governo de extrema direita. Ao longo da pandemia, foram comuns as lives e programas, como os Pingos nos Is e The Morning Show, que deram espaço e voz para médicos que propagandearam medicamentos sem eficácia para a COVID-19, como a ivermectina e a hidroxicloroquina, e também questionaram a segurança das vacinas e a necessidade do lockdown e, posteriormente, do passaporte vacinal. Como um veículo hiperpartidário do campo bolsonarista, a Jovem Pan reforçava o que os ativistas contrários ao passaporte vacinal ou às próprias vacinas para a COVID-19 queriam ouvir, ampliando também os efeitos de câmara de eco, bolhas epistêmicas e explicitando vieses de confirmação e a divisão entre “nós e eles” como uma fronteira entre amigos e inimigos (CESARINO, 2021), típica da comunicação populista de direita.

Se destacaram também o jornal a Gazeta do Povo, com sede em Curitiba, Paraná, e a plataforma Brasil Parelelo. No caso do jornal paranaense, muitos de seus colunistas são jornalistas de direita, defensores de Bolsonaro e críticos da esquerda. Assim, a menção ao jornal reforça a compreensão de que há, de fato, um alinhamento desses ativistas contrários à vacina obrigatória no Brasil com a direita política, seja qual for a gradação ideológica no espectro da direita.

A maioria dos entrevistados declarou que não assiste mais a mídia tradicional, não vê mais televisão aberta e tem preferência de se informar por grupos no Telegram e canais do YouTube como os da Jovem Pan (onde assistem os Pingos nos Is, dentre outros programas),

além de sites como Brasil Sem Medo<sup>33</sup> (Entrevista 11), Brasil Paralelo (Entrevista 19). Para os ativistas, é difícil acreditar em informações veiculadas pela mídia tradicional e pelas instituições peritas, por estarem dentro de uma câmara de eco. Na câmara de eco, o discurso sofisticado de questionamento às vacinas, que recorre à estatística e a termos científicos, além da legitimação de especialistas como médicos e cientistas céticos em relação à vacina, é suficiente para sustentar o argumento de que as vacinas contra a COVID-19 não são eficazes ou não são seguras.

O Brasil Paralelo busca hoje se consolidar como uma plataforma de streaming conservadora. O site da empresa midiática parece ser um *market place* de direita: há venda de livros antifeministas e antimarxistas, produção de artigos de opinião, recomendação de filmes internacionais e divulgação de documentários produzidos por eles próprios sobre educação (defesa do *homeschooling*), comunismo, gênero, dentre outros temas de importância sociopolítica. Essa variedade de produtos leva à oferta de assinatura mensal na plataforma de streaming, que se vende como promotora de “entretenimento e educação”, cuja missão é “resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros”. Como visão, o Brasil Paralelo declara que busca “ser o ecossistema de maior influência cultural no Brasil”, com os valores de “verdade, liberdade, arte, ambição, meritocracia, união, diplomacia”. A descrição do portal traz elementos discursivos interessantes, que foram identificados como enquadramentos motivacionais e prognósticos. Ademais, a busca da plataforma conservadora de influenciar culturalmente o Brasil revela uma estratégia defendida reiteradamente por Olavo de Carvalho (1947-2022), auto-intitulado filósofo, influenciador e mentor intelectual da nova direita brasileira. Para o ideólogo, a direita precisava avançar na batalha cultural (Entrevistas 15, 30), ideia também defendida pelo estrategista e marqueteiro de ultradireita norte-americano Steve Bannon, que foi assessor de Donald Trump e é próximo do clã Bolsonaro.

---

<sup>33</sup> Em seus perfis nas mídias sociais, o Brasil Sem Medo (BSM) se define como “o único streaming de notícias e análises sobre política e cultura declaradamente conservador.” Disponível em <https://www.instagram.com/jornalbsm/>. Acesso em 04 de outubro de 2023.



**Figura 19** - Brasil Paralelo. Fonte: Site do Brasil Paralelo.



**Figura 20** - Missão, Visão e Valores do Brasil Paralelo. Fonte: Site do Brasil Paralelo.

Essas fontes alternativas, sejam elas de canais de médicos no Telegram ou veículos de notícias e canais hiperpartidários de (extrema) direita, como a Jovem Pan, Rodrigo Constantino, Gustavo Gayer (Entrevista 9) e Brasil Paralelo, são percebidas como tendo mais fiabilidade do que a mídia tradicional (Globo, Folha de São Paulo, Estadão, UOL) e também entendidas como preferíveis às instituições de saúde dotadas, tradicionalmente, de confiabilidade e autoridade perita, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Instituto Butantan e a Fiocruz.

É como se as fontes de informação acessadas pelos atores contrários ao passaporte vacinal ou à vacina expusessem a “verdade que a Globo não mostra”, aquilo que “não querem que você saiba”. Como Cesarino (2020) e Machado e colegas (2020) salientam, o sistema perito é posto em xeque e é desqualificado pelos bolsonaristas, ao passo que novas epistemologias

populares alternativas, não necessariamente ou declaradamente anti-ciência *per se* (LYNCH, 2020), são construídas e difundidas digitalmente.

Na manifestação feita na UnB no dia 04 de fevereiro, uma liderança do Movimento Conservador DF disse:

“Numa democracia você conversa, você dialoga, você apresenta dados científicos, já que eles falam tanto em ciência. Essa decisão do CAD (Conselho de Administração da UnB) não foi tomada baseada na ciência não, foi baseada na política. E tudo foi muito politizado, infelizmente (...). Se o médico é contra a vacinação obrigatória, automaticamente é um médico que é negacionista. Pera aí, o cara estudou 10 anos, tem o diploma, se especializou, passou a vida toda estudando, pra ser chamado de NEGACIONISTA por um jovem de cabelo roxo?”

### **“Em 2022, vote num candidato que defenda as tuas liberdades”**

Considerando a corrida eleitoral de 2022, buscamos também analisar as ambições eleitorais de ativistas e políticos contrários à obrigatoriedade das vacinas da COVID-19. Estes atores se declaram como pertencentes à direita política, o que reforça as conexões ideológicas entre o movimento que questiona o passaporte vacinal no Brasil e a direita política no Brasil. Como as entrevistas e observações participantes foram realizadas em um momento pré-eleitoral, foi interessante observar as estratégias de interação de ativistas com o sistema político de forma geral.

Assim, como principal meio de interação com o sistema político, destacam-se as audiências públicas realizadas a nível estadual e municipal. Os parlamentares aliados do movimento contrário ao passaporte vacinal receberam ativistas, dentre médicos, advogados, pais e mães e demais cidadãos. Esses mandatários fizeram uso de suas prerrogativas parlamentares para propor projetos de lei, sustar decretos municipais ou estaduais (no caso dos que são deputados estaduais), e também para apresentar requerimentos de informação com o objetivo de obter respostas das secretarias de saúde, da Anvisa, entre outras instituições.

Um médico entrevistado explicou:

"Nós somos todos parte dos Médicos pela Vida, mas nem todos os médicos pela vida fazem parte do grupo nosso da audiência pública. Da audiência pública é um grupo mais, vamos dizer assim, mais linkado à **ciência na verdade**. Cada um tem uma área." (Entrevista 24).

Um dos parlamentares entrevistados, deputado estadual em Pernambuco, relatou que teve grande apoio do grupo dos Médicos pela Vida.

“Tivemos todo apoio sob o ponto de vista de saúde e todo apoio sob o ponto de vista de orientação de como me dirigir, me reportar, melhorar os meus conhecimentos com relação ao enfrentamento da **dialética da vacina**, do uso de máscara e essas coisas.” (Entrevista 36).

Esse deputado contou, com bastante surpresa, que após ter feito uma live com um médico contra o passaporte sanitário, ganhou 700 seguidores no Instagram em poucas horas. Isso mostra o potencial de engajamento suscitado por essa pauta de saúde, muito sensível.

Foi possível observar uma tentativa de alguns representantes eleitos se capilarizarem em seus estados, com a intenção de ganhar mais visibilidade e se candidatar para o legislativo estadual ou federal nas eleições de 2022. Essa capilarização ocorreu por meio do comparecimento em audiências públicas de diversas câmaras municipais. Um vereador de um município pequeno de Santa Catarina, por exemplo, foi convidado para falar em uma audiência pública em Lages, SC, cidade maior que a sua. O mesmo vereador foi candidato a deputado estadual.

Também se observou uma tentativa, por parte dos parlamentares e ativistas, de estimular a judicialização contra a vacinação obrigatória e o passaporte sanitário como uma medida estratégica. Alguns advogados apoiaram esses grupos com esses processos, além de terem prestado orientação para os não vacinados que enfrentaram restrições em suas atividades cotidianas, em decorrência dos decretos de passaporte vacinal. Especificamente, a judicialização é buscada principalmente para evitar que as pessoas sejam proibidas de acessar prédios públicos, que sejam demitidas ou impedidas de frequentar aulas.

É também perceptível que houve pressão sendo exercida para que vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais atuassem de forma mais incisiva. Eles foram incitados a apresentar projetos de lei com o objetivo de impedir a implementação das medidas de passaporte sanitário pelo Brasil, principalmente em nível estadual e municipal. Em alguns casos, ativistas e parlamentares falaram sobre suas tentativas de influenciar o Ministro Queiroga, a então Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos Damares Alves (atualmente senadora), o Secretário de Cultura Mário Frias (hoje deputado federal), bem como governadores, prefeitos e até mesmo o então presidente Bolsonaro.



No caso do grupo conhecido como Os Casos Raros, existia a intenção de realizar uma reunião de mães e vítimas em Brasília com o Ministro Queiroga, com o intento de apresentar casos de efeitos adversos e denunciar mortes e sequelas que teriam decorrido da vacina. A Deputada Federal Bia Kicis, do Distrito Federal, foi indicada como alguém que poderia intermediar esse contato com membros do governo federal (Entrevistas 24, 32). Isso demonstra que houve um canal de comunicação estabelecido entre representantes eleitos e algumas lideranças-chave desse movimento contrário à vacinação obrigatória, que também semeou grande descrença e hesitação vacinal, incluindo médicos que foram frequentemente citados. A presença de autoridades e especialistas como os médicos, detentores, historicamente, de grande credibilidade social (MACHADO, 1997; VAN LEEUWEN, 2007) recebeu ainda um verniz de legitimação institucional do governo federal de Bolsonaro e de parlamentares, o que alçou a política negacionista ao status de política oficial de governo, como parte de um “estado pandêmico de exceção científica” (CESARINO, SILVA, 2023.p.1).

Os ativistas contra a vacinação obrigatória para a COVID-19 no Brasil interpretaram que o contexto político oferecia oportunidades para a sua atuação. Para muitos médicos, por exemplo, a oportunidade foi não apenas de ganhar notoriedade nos gabinetes em Brasília, mas também de lograr mais popularidade nas mídias sociais e divulgar seu trabalho. Alguns inclusive buscaram se candidatar para cargos no legislativo nas eleições de 2022. Ainda que os ativistas não tenham conseguido atingir seus objetivos de maneira clara, é inegável que a presença de aliados governistas levou a discussão para instituições como o Ministério da Saúde, na audiência pública feita na sede da OPAS em 04 janeiro de 2022, e o Senado Federal, na sessão temática feita pelo Senador Eduardo Girão (Podemos, Ceará), em 14 de fevereiro de 2022. O mesmo se deu em assembleias estaduais e câmaras municipais onde a presença de parlamentares sensíveis ao tema, e apoiadores de Bolsonaro, levou à realização de audiências públicas ou até mesmo à aprovação de leis contra a exigência do passaporte vacinal.

No caso do ativismo contra a vacina obrigatória, o Estado não se fechou, mas recebeu novos atores. O perfil dos atores mudou, de modo que médicos que obtiveram espaço privilegiado e guarida do governo Bolsonaro ganharam fama durante a pandemia, ao defenderem a cloroquina e outras promessas de cura para a COVID-19 (NASCIMENTO, CESARINO, FONSECA, 2020; RECUERO, SOARES, 2021).

## Considerações Finais

Um dos desafios que permearam esta pesquisa foi a interdisciplinaridade do tema, que envolve diretamente as ciências da saúde, um campo que eu, como cientista político, não domino nem um pouco. Assim, parte da literatura lida advém de áreas como a medicina e a epidemiologia, o que trouxe dificuldades na hora de entender alguns termos e conceitos. Apesar dessa constatação, o objeto de pesquisa é, indiscutivelmente, um tema para as Ciências Sociais, inclusive a política, uma vez que o ativismo aqui analisado tem uma clara orientação político-ideológica e buscou, com algum grau de êxito, influenciar na imunização, política pública muito bem consolidada no Brasil.

Os *insights* obtidos através das entrevistas e observação participante em eventos ajudam a entender o fenômeno recente do ativismo contra a vacinação obrigatória no Brasil, até então, até onde temos conhecimento, ainda pouco iluminado de forma mais qualitativa e interpretativa na Ciência Política brasileira. Com as entrevistas, foi possível verificar e entender algumas redes que não seriam necessariamente percebidas online, por meio da técnica de Análise de Redes Sociais. A distribuição em diferentes correntes de legitimação discursiva pode dar *insights* sobre um vocabulário e um campo semântico em comum, parte da cosmovisão ideológica (MESSENBURG, 2017) desses ativistas. Com as entrevistas foi possível saber, para além dos discursos e argumentos dos ativistas e parlamentares, parte da sua organização e bastidores da sua atuação.

O enquadramento identitário de que não são antivacinas, mas a favor de vacinas seguras e com maior tempo de pesquisa, identificada por Kata (2012) em análise do conteúdo de websites que questionam as vacinas, apareceu muito fortemente nas falas dos ativistas brasileiros em 2022. Há então esse reconhecimento por parte dos ativistas de que o termo antivacina traz em si uma carga pejorativa (KATA, 2012). No caso dos ativistas entrevistados, o significante “liberdade” também é muito usado no lema “não sou antivacina, sou pró-liberdade”. A autonomia médica para indicar ou não a vacina e para receitar medicamentos contra a COVID-19, mesmo aqueles sem eficácia, como a cloroquina e a ivermectina (NASCIMENTO, CESARINO, FONSECA, 2020) é também um valor defendido, associado à ideia de liberdade.

A análise das entrevistas com os ativistas brasileiros mostra que boa parte dos enquadramentos contra as vacinas da COVID-19 não são novos, mas conhecidos do discurso

antivacina de modo geral (KATA, 2010; KATA, 2012). As estratégias atuais e anteriores à pandemia são semelhantes, sobretudo em relação à busca por legitimação de argumentos científicos, que vão no sentido de demandar mais estudos e avanços nas pesquisas, para que se tenha vacinas mais seguras, o que chama a atenção de pessoas indecisas sobre a vacinação (JOHNSON ET AL., 2020). Diferentes hipóteses, em constante criação e divulgação, mantêm os ativistas galvanizados e firmes em sua posição contra a vacinação.

Essa dissertação se baseou em uma investigação sobre as estratégias discursivas e organizacionais de grupos antivacina e, dessa forma, buscou contribuir com o combate à desinformação, melhor comunicação da ciência e da saúde, considerando que há um forte componente político-ideológico nesse movimento. Em uma pandemia, especialmente de um vírus que se espalha por gotículas no ar, o comportamento dos indivíduos em uma sociedade faz muita diferença. A dimensão coletiva da saúde se tornou ainda mais evidente, e o papel do governo em promover uma comunicação unificadora foi premente. Muito pelo contrário, no Brasil, Bolsonaro apostou no conflito com governadores e prefeitos, apontados como antagonistas no enfrentamento da pandemia (VON BÜLOW; ABERS, 2022).

Passos futuros da pesquisa sobre o ativismo antivacina no Brasil podem revelar mais elementos que expliquem a conexão ideológica entre a extrema direita e a rejeição aos imunizantes. Essas pesquisas podem elucidar melhor porque não houve, nas 42 entrevistas feitas com atores-chave, referência a parlamentares de esquerda que sejam próximas do movimento e nem foram encontrados ativistas que se autoidentificassem como de esquerda, o que diferencia o movimento do Brasil do de outros países, onde há uma presença maior de atores espiritualistas e de defensores de tratamentos homeopáticos e naturais que aderiram a esse ativismo (AMARAL ET AL., 2022).

Sem sombra de dúvidas, ainda há muito a conhecer e entender sobre esse ativismo que ameaça a cobertura vacinal. Esta pesquisa não explorou, por exemplo, o papel das emoções nos enquadramentos construídos pelos ativistas contrários à vacinação obrigatória. Ainda, há vasto terreno para se pesquisar a comunicação digital destes atores, sobretudo o uso de imagens e vídeos divulgados, que podem também transmitir forte apelo emocional. A influência direta da religião não foi tão explícita nas falas dos entrevistados, mas valores e moral religiosa são citados como importantes para a legitimação do discurso. Uma investigação aprofundada sobre o papel desses valores e o peso da moralidade traria ganhos importantes para a compreensão do fenômeno e uma melhora da comunicação pública sobre a imunização, com um foco mais específico em grupos com maior propensão à hesitação vacinal. Afinal, por contar com a adesão

coletiva, a vacinação necessita da mobilização da solidariedade de uma sociedade (MULDOON ET AL., 2021; AMARAL ET AL., 2022).

Pesquisas sobre movimentos de extrema direita têm muito a ganhar com as ciências sociais interpretativistas e com as técnicas de pesquisa qualitativa, como as entrevistas, a realização de grupos focais e a observação participante. O acúmulo de pesquisas sobre movimentos de contestação à ciência é fundamental para o aperfeiçoamento da comunicação pública da academia e da ciência de modo geral, o que inclui instituições públicas. Nesse sentido, os achados desta pesquisa sugerem que, no Brasil, esse ativismo, num primeiro momento, contra o passaporte vacinal, e hoje contra a vacinação (obrigatória) para a COVID-19 tem levado indivíduos e grupos a estreitar seus laços com o bolsonarismo, mas essa ainda é uma hipótese em aberto e uma lacuna de pesquisa que poderia ser preenchida com outras entrevistas, com outros ativistas e atores chave.

É digno de nota que alguns dos entrevistados relataram já ter militado em movimentos de esquerda e sindicatos. Alguns deles já depositaram votos em Lula e em Brizola e compartilham de algumas ideias em comum com a esquerda, mas se distanciaram desse espectro político, se aproximaram da direita bolsonarista e, nessa pauta das vacinas, estão muito alinhados com Bolsonaro, em alguns casos sendo mais radicais que ele e o então Ministro da Saúde Marcelo Queiroga.

A última pergunta feita no questionário tratava do futuro do movimento e da possibilidade dos ativistas mudarem de opinião em relação às vacinas ou ao passaporte sanitário, podendo tomar eventualmente outra decisão (cf. Anexo 2). Esse aspecto, embora menos explorado na análise, e talvez prejudicado por estar no fim do questionário, de modo que os entrevistados, já cansados, tiveram menos tempo para pensar, é importante para avaliar o impacto deste ativismo no Brasil. Assim, agendas de pesquisa futuras podem buscar acompanhar, de forma longitudinal, a trajetória de lideranças e ativistas chave identificados, suas publicações e ambições políticas e eleitorais.

O fato de mencionarem a preferência de se informar por conta própria pela leitura de estudos “cientificamente comprovados”, mas de forma seletiva, leva também a indagações que exigem mais pesquisa. Qual o crivo de escolha sobre o que é ou não científico? Essa pergunta pode ser respondida com a perspectiva teórica de que, na esteira da pós-verdade e da eu-pistemologia, o entendimento sobre o que é ciência ou não também passa a ser elástico, de maneira que chega a ser um significante flutuante (LACLAU, 2005; MEDE, SCHÄFER, 2020). Ainda, como se decide quem é um especialista? De onde vem esse consenso? Essas questões levantam preocupações sobre a noção de verdade e disputa pelos fatos, científicos ou

não, na atual configuração epistêmica de desordem informacional (WARDLE, DERAKHSHAN, 2017), na qual estamos navegando com o avanço do neoliberalismo e da digitalização (CESARINO, 2021).

Como disse um dos respondentes, “eu vejo só alguns vídeos que chegam para mim. Alguns vídeos que eu baixo e vou ali vendo.” (E41). Essa maneira de se obter informação traz questões relevantes, a serem melhor compreendidas, sobre curadoria, novas dinâmicas de *gatekeeping* e câmaras de eco. Para além da mediação algorítmica das plataformas (BRUNO; BENTES; FALTAY, 2019) esse tipo de consumo informacional também denota confiança em quem repassa esses vídeos e informações (WANLESS, BERK, 2017), numa lógica, em menor ou maior grau, de propaganda participativa.

Ainda é preciso entender melhor as conexões do ativismo antivacina com outras agendas da mobilização conservadora, encampadas pela direita radical populista, como a pauta anti-feminista, sobretudo antiaborto, a defesa do homeschooling, o rechaço aos avanços do movimento LGBTQIA+, dentre outros. Afinal, esses ativistas mobilizam um discurso antissistema, que é comum tanto no populismo radical de direita, no caso bolsonarista, quanto no movimento que questiona as vacinas (ambos têm discursos anti-mídia, criticam elites, grandes corporações, os poderes legislativo e o judiciário - o sistema político no geral). Esses discursos antissistema, generalizantes, podem ter aproximado ativistas contra a vacinação obrigatória do bolsonarismo, ou o contrário. Ainda, é também válido analisar porque alguns grupos conhecidos da “nova direita” (ROCHA, 2019), como o Movimento Brasil Livre (ABELIN, 2020), não foram identificados entre os ativistas antivacinação.

Pensando nesse “conjunto de reivindicações ou queixas” (DARIUS, URQUHART, 2021), podemos refletir sobre uma pergunta que desde o início da pesquisa esteve no meu radar: o ativismo brasileiro aqui estudado é realmente um movimento antivacina, contra a vacinação, ou é só mais uma pauta do bolsonarismo? Após a pesquisa de campo e o processo de amadurecimento da análise empírica e reflexão teórica, acredito que, de fato, existam os dois fenômenos, de modo complementar, portanto não excludente. O apelo pelos valores de liberdade, autonomia, baixa intervenção estatal, mais neoliberais e libertários, e, por outro lado, proteção da vida e da família, de cunho mais conservador, frequentes nos discursos de ativistas contra a obrigatoriedade da vacina, são também parte da amálgama que caracteriza o bolsonarismo (ROCHA, 2019, KALIL ET AL., 2021, CESARINO, 2021).

Ainda, ao contrário de uma visão que poderia julgar as crenças dos ativistas questionadores da vacina como fruto de pura desinformação e ignorância, ressaltamos a presença de ideias sofisticadas, ancoradas em uma linguagem científica (LYNCH, 2020), e que

são, por vezes, paradoxalmente simplificadoras. Esses discursos são carregados de ideologias políticas, e, no caso das teorias da conspiração, fazem parte da estratégia de construção de um mundo paralelo, que os governos, as organizações internacionais, a mídia e as farmacêuticas tentariam ocultar.

Como Karen Douglas (2021, p.272) bem pontua, o desafio da comunicação científica e pública sobre questões que são alvo de teorias conspiratórias é o fato de que as pessoas que creem nessas teorias “tendem a rejeitar os contra-argumentos que venham diretamente de governos e autoridades porque estes grupos são percebidos como parte da conspiração, e suas ações são consideradas evidências disto.<sup>34</sup>” Há ainda a preocupação de que uma teoria da conspiração possa levar os indivíduos a acreditarem em outras, algo que a literatura tem apontado (DOUGLAS et al., 2019; DARIUS, URQUHART, 2021). Assim, o extremismo, isolamento no seu próprio grupo e sentimento conspiracionista que emergiram ou foram agravados durante a pandemia de COVID-19 podem levar indivíduos a descerem ainda mais pela “toca do coelho” (DOUGLAS, 2021, p. 273).

O elefante na sala é o risco da hesitação vacinal direcionada à vacinação contra a COVID-19 impactar de forma significativa as demais campanhas de vacinação do PNI (RECUERO, VOLCAN, JORGE, 2022), o que pode incorrer em uma involução vacinal e, no pior cenário, na volta de doenças já erradicadas, como a poliomielite. Isso poderia ocorrer com a subestimação dos riscos das doenças e também pelo aumento na descrença no SUS (GARCIA, 2017), que influencia negativamente a intenção dos pais levarem seus filhos para vacinar com outros imunizantes.

Por fim, a banalização da morte de mais de 700 mil brasileiros pela COVID-19, a falta de priorização das vacinas e o descaso com o sofrimento dos familiares das vítimas, praticados por Bolsonaro e apoiadores, me causaram, ao longo desses anos de pandemia e mestrado, consternação e embrulho no estômago. Isso tornou a pesquisa desafiadora, na medida em que foi necessário desenvolver a escuta e a empatia para ouvir os entrevistados e entender o fenômeno estudado (DAMHUIS; DE JONGE, 2022).

Mas, a partir do diagnóstico de que a academia é vista como parte das elites (MEDE; SCHÄFER, 2020), é preciso refletir sobre o nosso papel enquanto pesquisadores. Afinal, como alerta Marres (2018, p.441), “enquanto o conhecimento factual derivar sua autoridade de um domínio inacessível para o público, é muito provável que ele continue sendo alvo de

---

<sup>34</sup> “Another challenge in dealing with COVID-19 conspiracy theories is that people are likely to reject direct counterarguments from governments and authorities because these groups are perceived to be part of the conspiracy, and their actions are considered as evidence of their conspiracy.” (DOUGLAS, 2021, p. 272).

movimentos anti-elite”<sup>35</sup>. Para além de aprimorar a comunicação científica, “saindo da torre de marfim acadêmica”, desenvolver uma posição de escuta respeitosa para entender grupos conspiratórios e grupos de (extrema) direita é premente para o avanço da compreensão acadêmica sobre fenômenos tão complexos.

---

<sup>35</sup> “Indeed, as long as factual knowledge derives its authority from an inaccessible realm beyond the public, it is all too likely to remain the target of anti-elite movements.” (MARRES, 2018, p. 441).

## Referências Bibliográficas

ABELIN, Pedro Henrique. **Comunicação populista: uma proposta analítica a partir do Movimento Brasil Livre e da Mídia Ninja**. 2020. 215 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

ABERS, R. N. **Bureaucratic Activism: Pursuing Environmentalism Inside the Brazilian State**. *Latin American Politics and Society* 61, 2: 21–44, 2019.

ABERS, R.; ROSSI, F.; VON BÜLOW, M. **State-society relations in uncertain times: Social movement strategies, ideational contestation and the pandemic in Brazil and Argentina**. *International Political Science Review*, Special Issue: The Political Ramifications of Covid-19. v. 00, n. 0, p. 1–17, 2021.

ABERS, Rebecca N., VON BÜLOW, Marisa. **Against Denialism: Mobilizing ideas and emotions in Brazil's pandemic**. 2023 Mobilization Conference, San Diego State University, June 8-10, 2023.

AJZENMAN, N. et al. **More than Words: Leaders' Speech and Risky Behavior During a Pandemic**. IZA Discussion Papers 14229, Institute of Labor Economics (IZA), 2021.

ALONSO, A. **A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer 1**. *Novos Estudos CEBRAP*. Special edition, Dinâmicas da crise. 49–58, 2017.

ALONSO, A.; MISCHÉ, A. **Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests**. *Bull Lat Am Res*, 36: 144-159, 2017.

ALVAREZ-RISCO, Aldo, et al. **The Peru Approach against the COVID-19 Infodemic: Insights and Strategies**. *The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene*. p. 583-586, 2020.

AMÂNCIO, Thiago. **Ex-porta-voz de Trump se aproxima de Bolsonaro e quer expandir rede social Gettr no Brasil**. Folha de S. Paulo. 27 de setembro de 2022. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/09/ex-porta-voz-de-trump-se-aproxima-de-bolsonaro-e-quer-expandir-rede-social-gettr-no-brasil.shtml>. Acesso em 30 de outubro de 2023.



AMARAL, A., Jung, A., Braun, L., & Blanco, B. **Narratives of Anti-Vaccination Movements in the German and Brazilian Twittersphere: A Grounded Theory Approach.** *Media and Communication*, 10(2), 144-156, 2020, doi:<https://doi.org/10.17645/mac.v10i2.5037>.

ANASTASSIOU, A. **Sexting and Young People: A Review of the Qualitative Literature.** *The Qualitative Report*, 22(8), 2231-2239, 2017. <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2017.2951>.

ARAÚJO, B., PRIOR, H. **Framing Political Populism: the role of the media in framing the election of Jair Bolsonaro.** *Journalism Practice*, January, 2020, Doi: 10.1080/17512786.2019.1709881.

ASANO, C et al. **Direitos na pandemia. Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à COVID-19 no Brasil, Boletim 10.** São Paulo: CEPEDISA/Conectas, 2020.

AVRITZER, L., RENNÓ, L. **The Pandemic and the Crisis of Democracy in Brazil.** *Journal of Politics in Latin America* 13(3), 442–457, 2021. <https://doi.org/10.1177/1866802X211022362>.

BACCARIN, M. **#EleiçãoSemLulaÉFraude x #MoluscoNaCadeia: Memes no julgamento do Lula e o confronto de enquadramentos por meio do humor.** In: Simpósio+Exposição #MUSEUdeMEMES, 2019, Rio de Janeiro. Anais do Simpósio+Exposição #MUSEUdeMEMES, 2019. Disponível em <https://simposio.museudememes.com.br/anais/anais-simposio-memes.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2023.

BACCARIN, M; VILARINS, L. **“A culpa é das ONGs”: Desinformação e enquadramentos bolsonaristas sobre as queimadas na Amazônia em grupos públicos do WhatsApp.** In: Anais da 7ª Jornada de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2022, Juiz de Fora. Ocidente em crise no Século XXI: Diálogos Interdisciplinares, 2022.

BACCARIN, Matheus. **“O ativismo contra a vacinação obrigatória para a COVID-19 no Brasil: entre repertórios digitais e protestos presenciais”**, Relatório de Pesquisa 09 do Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa

Resocie, Brasília, 23 de novembro, 2022. Disponível em: [repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/](https://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/)

BAINES, A.; ITTEFAQ, M.; ABWAO, M. **#Scamdemic, #Plandemic, or #Scaredemic: What Parler Social Media Platform Tells Us about COVID-19 Vaccine.** *Vaccines*, 9, 421, 2021

BALLESTRIN, L. **O debate pós-democrático no século XXI.** *Revista Sulamericana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, 2018.

BARATA, R.B et al. **Socioeconomic inequalities and vaccination coverage: results of an immunisation coverage survey in 27 Brazilian capitals, 2007–2008.** *J Epidemiol Community Health*; 66:934-941, 2012.

BARBIERI, C.L.A. **Cuidado infantil e (não) vacinação no contexto de famílias de camadas médias em São Paulo/SP [tese de doutorado].** São Paulo: Universidade de São Paulo; 2014.

BARZILAI-NAHON, Karine. **Gatekeeping: A critical review.** *Annual Review of Information Science and Technology* 43, 1, 2009.

BENFORD, R. D., HUNT, S. A. **“Interactional Dynamics in Public Problems Marketplaces: Movements and the Counterframing and Reframing of Public Problems”.** Pp. 153- 186 in *Challenges and Choices: Constructionist Perspectives on Social Problems*, edited by James A. Holstein and Gale Miller. New York: Aldine de Gruyter, 2003.

BENFORD, R; SNOW, D. **Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment.** *Annual Review of Sociology*, 26, 611-39, 2000.

BENNETT, W; SEGERBERG, A. **THE LOGIC OF CONNECTIVE ACTION: Digital media and the personalization of contentious politics.** *Information, Communication & Society*, 15:5, 739-768, 2012.

BERROCAL, S., CAMPOS-DOMINGUEZ, E., & REDONDO, M. **Prosumidores mediáticos en la comunicación política: El «politainment» en YouTube [Media prosumers in political communication: The “politainment” in YouTube].** *Comunicar*, 43(22), 65–72, 2014.

BETSCH, C. ET AL. **Beyond confidence: development of a measure assessing the 5C psychological antecedents of vaccination.** PLoS One, 2018; 13:e0208601.

BLUE, Gwendolyn. **‘Framing Climate Change for Public Deliberation: What Role for Interpretive Social Sciences and Humanities?’** Journal of Environmental Policy & Planning 18 (1): 67–84, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Left and Right: The Significance of a Political Distinction.** Chicago: University of Chicago Press, 1996.

BONNEVIE, E. et al. **Quantifying the rise of vaccine opposition on Twitter during the COVID-19 pandemic.** J. Commun. Health, 14, 12–19, 2021.

BOSWELL, John. **Narrative Analysis.** In: Research Methods in Deliberative Democracy. Edited by Selen A. Ercan, Hans Asenbaum, Nicole Curato, and Ricardo F. Mendonça. Oxford University Press, 2022. DOI: 10.1093/oso/9780192848925.003.0023.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente.** Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. **Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution.** New York: Zone Books, 2015.

BRUNO, F. G.; BENTES, A. C. F.; FALTAY, P. **Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento.** Revista FAMECOS, v. 26, n. 3, p. e33095, 27 dez. 2019.

CALVO, E.; VENTURA, T. **Will I Get COVID-19? Partisanship, Social Media Frames, and Perceptions of Health Risk in Brazil.** Latin American Politics and Society, 63(1), 1-26, 2021.

CAMARGO JR, K. **Lá vamos nós outra vez: a reemergência do ativismo antivacina na Internet.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 36, supl. 2, e00037620, 2020.

CAPURRO, Gabriela ET AL., **“They’re trying to bribe you and taking away your freedoms”: COVID-19 vaccine hesitancy in communities with traditionally low vaccination rates,** Vaccine, Volume 40, Issue 50, 2022.

CÁRDENAS, D ET AL. **United we stand, divided we fall: Sociopolitical predictors of physical distancing and hand hygiene during the COVID-19 pandemic.** *Political Psychology*, 42(5), 827–843, 2021.

CESARINO, L. **"What the Brazilian 2018 Elections Tell Us about Post-Truth in the Neoliberal-Digital Era."** *Hot Spots, Fieldsights*, January 28, 2020c. <https://culanth.org/eldights/what-the-brazilian-2018-elections-tell-us-about-post-truth-in-the-neoliberal-digital-era>.

CESARINO, L. **Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil.** *Internet & Sociedade*, 1(1), 91-120, 2020a.

CESARINO, L. **Coronavírus como força de mercado e o fim da sociedade.** *AntropoLÓGICAS EPIDÊMICAS*, v2a33, abril de 2020, 2020b. Acesso em 28 de novembro de 2020.

CESARINO, L., SILVA, V. **Pandemic States of Exception and the Alt-science of Early Treatment for COVID-19 in Brazil.** *Latin American Perspectives*, 0(0), 2023, <https://doi.org/10.1177/0094582X231186966>.

CESARINO, L. **Pós-Verdade e a Crise do Sistema de Peritos: uma explicação cibernética.** *Ilha*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021.

CHAGAS, V.; MASSUCHIN, M. G. **Repertórios e estratégias do ativismo digital de direita.** TATAGIBA, L. (Org.); ALMEIDA, D. C. R. (Org.) ; Gurza Lavalle, A. (Org.); SILVA, M. K. (Org.) *Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências*. 1a. ed. Porto Alegre: Zouk, 2022. v. 1000. 462p.

CHAGAS, Viktor; FREIRE, Fernanda; RIOS, Daniel e MAGALHÃES, Dandara. **A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014.** *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, n. 38, p. 173-196, jan./abr. 2017.

CHAGAS, Viktor; MODESTO, Michele; MAGALHÃES, Dandara. **O Brasil vai virar Venezuela: medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro.** In: *Dossiê Democracia Digital*, Esferas, Brasília n. 14., 2019.

CHONG, Dennis; DRUCKMAN, James N. **Framing Theory**. Annual Review of Political Science. v.10. p. 103–26, 2007.

CORRÊA, S., KALIL, I. **The case of Brazil**, in S. Corrêa (ed) Anti-gender Politics in Latin America: Country Case Studies Summaries, ABIA/SPW, Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids – ABIA, 2020, <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/E-book-Resumos-completo.pdf>

CRUZ, A. **A queda da Imunização no Brasil**. Revista Consensus, ano VII, número 25, outubro, novembro e dezembro de 2017. Revista eletrônica, 2017.

DAMHUIS, K., DE JONGE, L. **Going Nativist. How to Interview the Radical Right?** *International Journal of Qualitative Methods*, 21, 2022. <https://doi.org/10.1177/16094069221077761>.

DARIUS, P.; URQUHART, M. **Disinformed social movements: A large-scale mapping of conspiracy narratives as online harms during the COVID-19 pandemic**. *Online Social Networks and Media*, v. 26, p. 100174, 1 nov. 2021.

DE FARIA, A. **Jovem Pan 80 Anos: Conheça a trajetória da Rádio Panamericana até o canal de notícias 24 horas na TV**. Jovem Pan, 2022. Disponível em <https://jovempan.com.br/jp-80-anos/jovem-pan-80-anos-conheca-a-trajetoria-da-radio-panamericana-ate-o-canal-de-noticias-24-horas-na-tv.html#:~:text=Fundada%20em%201942%2C%20emissora%20revolucionou,estreia%20da%20Jovem%20Pan%20News&text=A%20Jovem%20Pan%2C%20um%20dos,do%20Brasil%2C%20completa%2080%20anos>. Acesso em 29 de setembro de 2023.

DE LA TORRE, C. **Trump’s populism: lessons from Latin America**, *Postcolonial Studies*, 20:2, 187-198, 2017. DOI: 10.1080/13688790.2017.1363846.

DE SOUZA, T. **Facebook tira do ar live em que Bolsonaro associou Aids a vacina da covid-19**. In: *Correio Braziliense*, 2021. Disponível em <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/10/4957799-facebook-tira-do-ar-live-em-que-bolsonaro-associou-aids-a-vacina-da-covid.html>. Acesso em 29 de outubro de 2023.

DELLA PORTA, D., LAVIZZARI, A.. **Waves in Cycle: The protests against anti-contagion measures and vaccination in Covid-19 times in Italy**. PARTECIPAZIONE E

CONFLITTO, North America, 15, jan. 2023. Available at: <<http://sibaese.unisalento.it/index.php/paco/article/view/26464>>. Date accessed: 10 Oct. 2023.

DEODHAR, B. **Inside, Outside, Upside Down: Power, Positionality, and Limits of Ethnic Identity in the Ethnographies of the Far-Right.** *Journal of Contemporary Ethnography*, 51(4), 538–565, 2022. <https://doi.org/10.1177/08912416211060666>

DIAS, G. **'Deus, Pátria, Família': de onde veio o lema fascista usado por Bolsonaro?.** Em UOL, 2022. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/29/deus-patria-familia-lema-de-bolsonaro-tem-origem-fascista-entenda.htm>. Acesso em 02 de outubro de 2023.

DIAS, T. **"É uma batalha de narrativas": os enquadramentos de ação coletiva em torno do impeachment de Dilma Rousseff no Facebook.** 2017. 120 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

DIAS, T., VON BÜLOW, M., GOBBI, D. . **Populist Framing Mechanisms and the Rise of Right-wing Activism in Brazil.** *Latin American Politics and Society*, 63(3), 69-92, 2021. doi:10.1017/lap.2021.22.

DOMINGUES, Carla. **Desafios para a realização da campanha de vacinação contra a COVID-19 no Brasil.** *Cad Saúde Pública*.2020;37(1):e00344620, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00344620>.

DOUGLAS, K. M. ET AL. **Understanding conspiracy theories.** *Political Psychology*, 40, 3–35, 2019. <https://doi.org/10.1111/pops.12568>.

DOUGLAS, K. M. **COVID-19 conspiracy theories.** *Group Processes & Intergroup Relations*, 24(2), 270–275, 2021. <https://doi.org/10.1177/1368430220982068>.

DOURADO, Isabel. **Muito abaixo da meta, campanha de vacinação contra a polio acaba nesta sexta.** *Correio Braziliense*, 27 de setembro de 2022. Disponível em <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2022/09/5039854-muito-abaixo-da-meta-campanha-de-vacinacao-contra-a-polio-acaba-nesta-sexta.html>. Acesso em 06 de outubro de 2022.

DRISKO, James; Tina MASCHI. **Content Analysis**, Oxford: Oxford Univ. Press, 2015.

DRYHURST, S. ET AL. **Risk perceptions of COVID-19 around the world.** Journal of Risk Research, 23, 994–1006, 2020. <https://doi.org/10.1080/13669877.2020.1758193>

DRYZEK, J. **The politics of the earth: Environmental discourses (3rd ed.)**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ELO, Satu, et al. **Qualitative Content Analysis: A Focus on Trustworthiness.** SAGE Open 4, 1, 2014, <https://doi.org/10.1177/2158244014522633>.

ENGESSER, S et al. **Populist online communication: introduction to the special issue.** Inf, Commun Soc 20(9):1279–1292, 2017

ENTMAN, R. **Framing toward clarification of a fractured paradigm.** Journal of Communication, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.

ENTMAN, Robert M; USHER, Nikki. **Framing in a Fractured Democracy: Impacts of Digital Technology on Ideology, Power and Cascading Network Activation,** Journal of Communication, Volume 68, Issue 2, April 2018, Pages 298–308, <https://doi.org/10.1093/joc/jqx019>.

ERIKSON, R; TEDIN, K. **American Public Opinion.** New York: Longman. 6th ed, 2003.

EUROPEAN COMMISSION. **State of Vaccine Confidence in the EU in 2018.** European Commission, 2018.

FARKAS, J; SCHOU, J. **Fake news as a floating signifier: hegemony, antagonism and the politics of falsehood.** Javnost-The Public, v. 25, n. 3, p. 298-314, 2018.

FERNANDES, Daniel. **Anvisa relata nova ameaça contra aprovação de vacinas para Covid-19 em crianças.** CNN Brasil. 03 de novembro de 2021. Disponível em [https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/anvisa-relata-novas-ameacas-a-membros-da-agencia/?utm\\_source=social&utm\\_medium=twitter&utm\\_campaign=nacional-cnn-brasil](https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/anvisa-relata-novas-ameacas-a-membros-da-agencia/?utm_source=social&utm_medium=twitter&utm_campaign=nacional-cnn-brasil). Acesso em 03 de nov. 2021.

FERNANDEZ, M. et al. **Estados diante da pandemia de Covid-19: Uma discussão sobre distanciamento social e baixa arrecadação.** JOTA, 19 ago. 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/estados-diante-da-pandemia-de-covid-19-19082020>.

FERRARI, I. W. et al.. **“Tratamento precoce”, antivacinação e negacionismo: quem são os Médicos pela Vida no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil?**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 11, p. 4213–4213, nov. 2022.

FERREIRA, Gil Baptista. **Teorias da Conspiração em Tempos de Pandemia Covid-19: Populismo, Media Sociais e Desinformação**. *Comunicação e Sociedade*, vol. 40, p. 129–148, 20 dez. 2021. [https://doi.org/10.17231/comsoc.40\(2021\).3324](https://doi.org/10.17231/comsoc.40(2021).3324)

FILHO, Eduardo F. **Surto de meningite: quatro estados já apresentam alta no número de casos da doença**. *O Globo*, 30 de setembro de 2022. Disponível em <https://oglobo.globo.com/saude/medicina/noticia/2022/09/meningite-provoca-surto-na-cidade-de-sao-paulo-e-alta-em-4-estados.ghtml>. Acesso em 06 de outubro de 2022.

FLYVBJERG, B. **Five misunderstandings about case study research**, *Qualitative Inquiry* 12 (2), p. 219-245, 2006.

FONSECA, M. **Pega a visão: quadros interpretativos dos coletivos de comunicação das periferias na pandemia de COVID-19**. 2021. 160 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica. Curso dado no Collège de France 1978-79**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAMSON, W. A. **Political consciousness**. In: *Talking politics*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1–12, 1992.

GARCIA, Marcelo. **Discursos alternativos sobre a vacinação contra o HPV: análise das mensagens em uma comunidade virtual no Facebook**. *Cadernos do Tempo Presente*, n. 27, mar./abr. 2017a, p. 101-111.

GARIMELLA, K. et al. **Political Discourse on Social Media: Echo Chambers, Gatekeepers, and the Price of Bipartisanship**. WWW 2018, Lyon, France. April 23–27, 2018.

GERBAUDO, P. **Social media and populism: an elective affinity?** *Media, Culture & Society*, v. 40, n. 5, p. 745-753, 2018.

GERRING, J. **What is a case study and what is it good for**. *American Political Science Review* 98(2): 242-354, 2004.



GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. tradução de Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOODWIN, Jeff; JASPER; James M. **Caught in a Winding, Snarling Vine: The Structural Bias of Political Process Theory**, Sociological Forum, 14(1): 27-54, 1999.

GRAMACHO, W; TURGEON, M. **When politics collides with public health: COVID-19 vaccine country of origin and vaccination acceptance in Brazil**, Vaccine, Volume 39, Issue 19, 2021, 2608-2612, 2021.

GUASTI, P.; ALMEIDA, D. **Claims of Misrepresentation: A Comparison of Germany and Brazil**. Politics and Governance, v. 7, p. 152-164, 2019.

GUAZINA, L. **Populismos de direita e autoritarismos: apontamentos teóricos para estudos sobre a comunicação populista**. Mediapolis, 2021.

GUIMARÃES, Larissa. **Linha do tempo: Governo Bolsonaro e a Covid-19 no Brasil em 2020**. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3eQ6I8k>>. Acesso em: 2 mai. 2020.

HALLAL, Pedro C. **SOS Brazil: science under attack**. The Lancet, vol. 397, no 10272, p. 373–374, jan. 2021. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)00141-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)00141-0).

HAMEL, L. et al. **KFF COVID-19 Vaccine Monitor April 2021**. May 06, 2021. In: <https://bit.ly/3vtizAl>.

HIGHFIELD, T. ‘**News via Voldemort: Parody accounts in topical discussions on Twitter**’. *New Media & Society*, 18(9), 2028-2045, 2016.

HOCHMAN, G. **Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil**. Ciênc. saúde coletiva. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 375-386, 2011.

HORNSEY, M. J ET AL. **Relationships among conspiratorial beliefs, conservatism and climate scepticism across nations**. Nature Climate Change, 8, 614–620, 2018. <https://doi.org/10.1038/s41558-018-0157-2>

HORTON, R. **Offline: COVID-19 is not a pandemic**. Lancet, 2020; 396:874.

HUA, J; SHAW, R. **Coronavirus (COVID-19) “infodemic” and emerging issues through a data lens: the case of China**. Int J Environ Res Public Health, 2020. DOI: 10.3390/ijerph17072309

HUSSAIN, A. ET AL. The anti-vaccination movement: A regression in modern medicine. *Cureus*, 10(7), Article e2919, (2018). <https://doi.org/10.7759/cureus.2919>

ICICT, FIOCRUZ. **Observa Infância divulga boletim sobre vacinação infantil**. 11 de agosto de 2023. <https://portal.fiocruz.br/noticia/observa-infancia-divulga-boletim-sobre-vacinacao-infantil>. Acesso em 29 de outubro de 2023.

JACK, C. **Lexicon of Lies**, Data & Society. 2017. Disponível em: [https://datasociety.net/pubs/oh/DataAndSociety\\_LexiconofLies.pdf](https://datasociety.net/pubs/oh/DataAndSociety_LexiconofLies.pdf). Acesso em: 18 ago. 2021.

JAGERS, J.; WALGRAVE, S. **Populism as political communication style: An empirical study of political parties' discourse in Belgium**. *European Journal of Political Research*, 46(3), 319–345, 2007

JOHNSON, N.F et al. **The online competition between pro- and anti-vaccination views**. *Nature* 582, 230–233, 2020.

JOST, J. et al. **Political ideology: Its structure, functions, and elective affinities**. *Annual Review of Psychology*, 60: 307-337, 2009.

JOST, John. T. . **Ideological asymmetries and the essence of political psychology**. *Political Psychology*, 38, 167–208, 2017. <https://doi.org/10.1111/pops.12407>.

KADAM, A. B.; ATRE, S.R. **Negative impact of social media panic during the COVID-19 outbreak in India**. *J Travel Med*, 2020. DOI: 10.1093/jtm/taaa057.

KALIL, I. ET AL. Politics of fear in Brazil: Far-right conspiracy theories on COVID-19, *Global Discourse*, 11(3), 409-425, 2021. Retrieved Dec 20, 2022, from <https://bristoluniversitypressdigital.com/view/journals/gd/11/3/article-p409.xml>

KATA A. **A postmodern Pandora's box: anti-vaccination misinformation on the Internet**. *Vaccine*, 28(7):1709–16, 2010.

KATA, A. **Anti-vaccine activists, Web 2.0, and the postmodern paradigm: An overview of tactics and tropes used online by the anti-vaccination movement**. *Vaccine*, 30(25), 3778–3789, 2012. <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2011.11.112>

KOCYBA, P.; SOMMER, S. **On (missing) critical distance and (involuntary) alliances: A warning about the reproduction of far-right ideologies in academic papers**.

Intersections. East European Journal of Society and Politics, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 208–212, 2022. DOI: 10.17356/ieejsp.v8i1.967.

KUHN, T. S. **What are scientific revolutions?** In L. Kruger, L. J. Daston, & M. Heidelberger (Eds.), *The probabilistic revolution, Vol. 1: Ideas in history* (pp. 7-22). Cambridge, MA: MIT Press, 1987.

LACLAU, E. **On populist reason.** Londres, Verso, 2005.

LARSON, H. J. et al. **The state of vaccine confidence 2016: global insights through a 67- country survey.** EBioMedicine, 295-301, 2016.

LARSON, Heidi. **The biggest pandemic risk? Viral misinformation.** Nature 562, 309, 2018. doi: <https://doi.org/10.1038/d41586-018-07034-4>.

LAZARUS, J.V et al. **A global survey of potential acceptance of a COVID-19 vaccine.** Nat Med 27, 225–228, 2021

LEWANDOWSKY, S. ET AL. **The role of conspiracist ideation and worldviews in predicting rejection of science.** PLoS One, 8, 1–11, 2013. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0075637>

LOREY, Isabell. **State of Insecurity.** London: Verso, 2015.

LOVARI, A. **Spreading (Dis)Trust: Covid-19 Misinformation and Government Intervention in Italy.** Media and Communication. v.8, n. 2, p. 458-461, 2020. DOI:<http://dx.doi.org/10.17645/mac.v8i2.3219>.

LYNCH, Michael. **We Have Never Been Anti-Science: Reflections on Science Wars and Post-Truth.** Engaging Science, Technology, and Society, [S.l.], v. 6, p. 49-57, jan. 2020.

MACDONALD, NE; SAGE Working Group on Vaccine Hesitancy. **Vaccine hesitancy: definition, scope and determinants.** Vaccine. 2015;33(34):4161-4, 2015.

MACHADO, Caio, et al. **Ciência Contaminada: Analisando o Contágio de Desinformação Sobre Coronavírus Via YouTube.** Parte 1 da Série Democracia Infectada. INCT DD, 2020. Disponível em: <<https://laut.org.br/ciencia-contaminada.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2021.

MACHADO, M. H. **Os médicos no Brasil: um retrato da realidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 1997.

MARRES, Nootje. **Why we can't have our facts back**. *Engaging Science, Technology and Society*, [s.l.], v. 4, p. 423-443, 2018.

MASON, L. **Ideologues without issues: The polarizing consequences of ideological identities**. *Public Opinion Quarterly*, 82: 280-301, 2018.

MATOS, C. C. de S. A.; COUTO, M. T. **Hesitação vacinal: tópicos para (re)pensar políticas de imunização**. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 3128, 2023. DOI: 10.5712/rbmfc18(45)3128.

MAZZOLENI, G.; BRACCIALE, R. **Socially mediated populism: the communicative strategies of political leaders on Facebook**. Palgrave Communications, 2018. DOI: 10.1057/s41599-018-0104-x.

MCPHERSON, M et al. **Birds of a feather: homophily in social networks**. In: *Annual Review of Sociology*, No 27, 2001.

MEDE, N. G.; SCHÄFER, M. S. **Science-Related Populism: Conceptualizing Populist Demands Toward Science**. *Public Understanding of Science*. v. 29, n. 5, p. 473–491, 2020.

MENDONÇA, R. F. et al. **Fake News e o Repertório Contemporâneo de Ação Política**. *Dados*, v. 66, n. 2, p. e20200213, 2023.

MENDONÇA, R.; SIMÕES, P. **Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, p. 187–201, 2012.

MENDONÇA, Ricardo F., SIMÕES, Paula G. **Frame Analysis**. In: *Research Methods in Deliberative Democracy*. Edited by Selen A. Ercan, Hans Asenbaum, Nicole Curato, and Ricardo F. Mendonça. Oxford University Press (2022). DOI: 10.1093/oso/9780192848925.003.0024.

MESSEMBERG, D.. **A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros.** Sociedade E Estado, 32(3), 621–648, 2017. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203004>.

MILANI, Elena; WEITKAMP, Emma; WEBB, Peter. **The Visual Vaccine Debate on Twitter: A Social Network Analysis.** Media and Communication, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 364-375, june 2020. ISSN 2183-2439. Available at: <<https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/2847/1587>>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Consulta Pública para esclarecimentos quanto à vacinação de crianças de 5 a 11 anos.** 23 dez. 2021. Ministério da Saúde. <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas/2021/consulta-publica-para-esclarecimentos-quanto-a-vacinacao-de-criancas-de-5-a-11-anos>

MODELLI, L. **Quando deixar de vacinar é ilegal no Brasil.** BBC News Brasil, 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44948072>. Acesso em 10 de outubro de 2021.

MONDON, Aurelien, WINTER, Aaron. **From demonization to normalization: Reflecting on far right research.** Researching the Far Right: Theory, Method and Practice, eds. S. Ashe, J. Busher, G. Macklin, and A. Winter. Abingdon: Routledge, 2020. Disponível em [https://purehost.bath.ac.uk/ws/portalfiles/portal/213112230/Researching\\_the\\_Far\\_Right\\_Ch\\_public\\_draft\\_AMAW.pdf](https://purehost.bath.ac.uk/ws/portalfiles/portal/213112230/Researching_the_Far_Right_Ch_public_draft_AMAW.pdf). Acesso em 23 de setembro de 2023.

MOTTA, M.; STECULA, D.; FARHART, C. **How Right-Leaning Media Coverage of COVID-19 Facilitated the Spread of Misinformation in the Early Stages of the Pandemic in the U.S.** Canadian Journal of Political Science. v. 53, n. 2, p. 335-342, 2020. DOI: 10.1017/S0008423920000396.

MOUFFE, C. **What is agonistic politics? Radical politics today.** In: *Agonistics: thinking the world politically.* London: Verso, 2013.

MOUFFE, C. Por um Modelo Agonístico de Democracia. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], n. 25, nov. 2005.

MUDDE, C. **Populist Radical Right Parties in Europe**. New York: Cambridge University Press, 2007.

MUDDE, C. **The Far Right Today**. Cambridge: Polity Press, 2019.

MUDDE, C; ROVIRA-KALTWASSER, C. **Populism: a very short introduction**. Nova York, Oxford University Press, 2017

MULDOON, O. ET AL. The political psychology of Covid-19. *Political Psychology*, 42(5), 715–728, 2021. <https://doi.org/10.1111/pops.12775>

NASCIMENTO, Leonardo F., CESARINO, Letícia, FONSECA, Paulo. #22:“Quando se está morrendo afogado, até jacaré é tronco para se agarrar”: cloroquina e médicos em grupos de direita do Telegram. *Lavits*, 2020. Em [https://lavits.org/lavits\\_covid19\\_22-quando-se-esta-morrendo-afogado-ate-jacare-e-tronco-para-se-agarrar1-cloroquina-e-medicos-em-grupos-de-direita-do-telegram/?lang=pt](https://lavits.org/lavits_covid19_22-quando-se-esta-morrendo-afogado-ate-jacare-e-tronco-para-se-agarrar1-cloroquina-e-medicos-em-grupos-de-direita-do-telegram/?lang=pt).

NEGRÃO, H. Após Alemanha, Noruega também bloqueia repasses para Amazônia. *El País Brasil*, 16 de agosto de 2019. In [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219\\_277747.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219_277747.html).

NEVES, R. Com vacinação em queda histórica, programa está sem comando há 4 meses. *UOL*, 05 de novembro de 2021. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/11/05/com-vacinacao-em-queda-historica-governo-nao-tem-chefe-no-setor-ha-4-meses.htm>. Acesso em 30 de novembro de 2021.

NGUYEN, C. **Echo Chambers and Epistemic Bubbles**. *Episteme*, 17(2), 141-161., 2020. doi:10.1017/epi.2018.32

NITAHARA, Akemi. **Covid-19: apenas 35% das crianças de 5 a 11 anos tomaram a D1 no RJ**. Agência Brasil, 29 de março de 2022. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-03/covid-19-apenas-35-das-criancas-de-5-11-anos-tomaram-d1-no-rj>. Acesso em 03 de abril de 2022.

OLIVEIRA, C, BACCARIN, M; GUIMARÃES, L. **Três meses, três ministros: o conteúdo do Instagram do Ministério da Saúde na pandemia da Covid-19**. *Anais do 44º*

Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Brasil, 2020.

OPAS, ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19**, 2020. Disponível em <https://bit.ly/3nH1UoH>. Acesso em 16 de novembro de 2020.

PALHARES, I. **Congresso aprova corte de R\$ 600 mi da Ciência a pedido do Ministério da Economia**. Folha de S. Paulo, 08 de outubro de 2021. In <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2021/10/congresso-aprova-corte-de-92-de-recursos-da-ciencia-a-pedido-do-ministerio-da-economia.shtml>.

PAREDES, J. P. P.; TATAGIBA, L.; GALLEGOS, F. R. **Tiempos Turbulentos. Giros políticos y horizontes inciertos en América Latina**. Polis: Revista Latinoamericana, v. 21, n. 61, 2022.

PEIXOTO, V. de M., LEAL, J. G. R. P., MARQUES, L. M. The impact of Bolsonaroism on Covid-19 vaccination coverage in Brazilian municipalities. In *SciELO Preprints*, 2023. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5027> (Original work published 2022)

PERMOSER, J.M. and STOECKL, K. **Reframing human rights: the global network of moral conservative homeschooling activists**. Global Networks, 2021.

PETRA, Priscila Cardia. **As interfaces entre o Movimento Antivacina e o ódio antigênero no Brasil**. Tese de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva - PPGBIOS (UFRJ). No Prelo.

PHILLIPS, W. **The Oxygen of Amplification: Better Practices for Reporting on Extremists, Antagonists, and Manipulators Online**. Data & Society. Report May 2018.

PLATÃO. **A República**. 7. ed. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

RAMALINGAM, V.. Overcoming racialisation in the field: Practicing ethnography on the far right as a researcher of colour. In S. D. Ashe, J. Busher, G. Macklin, & A. Winter (Eds.), *Researching the Far Right. Theory, Method and Practice* (pp. 254–269). Routledge, 2021.

RATHJE, S.J ET AL. **Social media behavior is associated with vaccine hesitancy**, *PNAS Nexus*, Volume 1, Issue 4, September 2022, pgac207, <https://doi.org/10.1093/pnasnexus/pgac207>

RECUERO, R. **#FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018**. *Rev. bras. linguist. apl.*, Belo Horizonte , v. 20, n. 3, p. 383-406, Sept. 2020.

RECUERO, R.; SOARES, F. **O Discurso Desinformativo sobre a Cura do COVID-19 no Twitter: Estudo de caso**. *E-Compós, [S. l.]*, v. 24, 2021. DOI: 10.30962/ec.2127. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2127>. Acesso em: 17 ago. 2021.

RECUERO, R.; VOLCAN, T.; JORGE, F. C. **Os efeitos da pandemia de covid-19 no discurso antivacinação infantil no Facebook**. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, [S. l.]*, v. 16, n. 4, p. 859–882, 2022. DOI: 10.29397/reciis.v16i4.3404. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3404>. Acesso em: 10 out. 2023.

REUTERS INSTITUTE. **Digital News Report 2023**, 2023. In: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023>.

RIBEIRO, Janaína. **"Vamos fuzilar a petralhada", diz Bolsonaro em campanha no Acre**. *Exame*, 03 de setembro de 2018. Disponível em <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>. Acesso em 08 de dezembro de 2020.

ROCHA, C. **“Menos Marx, mais Mises”**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2019.

RODRIGUES, Rodrigo. **'Não tenham medo', diz Mônica Calazans, 1ª pessoa a ser vacinada no Brasil**. *G1 SP*, 17 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/17/nao-tenham-medo-diz-monica-calazans-1a-pessoa-a-ser-vacinada-no-brasil.ghtml>. Acesso em 18 de novembro de 2023.



ROSENBERG E.S., et al. **Association of Treatment With Hydroxychloroquine or Azithromycin With In-Hospital Mortality in Patients With COVID-19 in New York State.** JAMA. v. 323, n. 24, p. 2493-2502, 2020. DOI:10.1001/jama.2020.8630.

ROSSI, Marina, OLIVEIRA, Regiane. **Exército assegura que produziu cloroquina a mando da Defesa e da Saúde, mas ministérios não admitem que ordem partiu deles.** El País Brasil. 13 de julho de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-13/exercito-assegura-que-produziu-cloroquina-a-mando-da-defesa-e-da-saude-mas-ministerios-nao-admitem-que-ordem-partiu-deles.html>. Acesso em 30 de outubro de 2023.

ROVIRA KALTWASSER, C; TAGGART, P. **The Populist Radical Right and the Pandemic.** Government and Opposition. Cambridge University Press; 2022;:1–21.

RUISCH, B. C. et al. **Examining the left-right divide through the lens of a global crisis: Ideological differences and their implications for responses to the Covid-19 pandemic.** Political Psychology, 42(5), 795–816, 2021, <https://doi.org/10.1111/pops.12740>

RUTJENS, B. T. ET AL. **Science skepticism in times of COVID-19.** Group Processes & Intergroup Relations, 24(2), 276–283, 2021. <https://doi.org/10.1177/1368430220981415>

RUTLEDGE, P.B., HOGG, J.L.C. In-Depth Interviews. In The International Encyclopedia of Media Psychology, J. Bulck (Ed.), 2020, <https://doi.org/10.1002/9781119011071.iemp0019>

SATO, A. P. **Qual a importância da hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil?** Rev. Saúde Pública, São Paulo , v. 52, 96, 2018.

SAWARD, M. **Liminal representation.** In: CASTIGLIONE, Dario; POLLAK, Johannes. Creating political presence: the new politics of democratic representation. Chicago: University of Chicago Press, 2019, p. 276-297.

SCHWANDT, T; GATES, E. **“Case Study Methodology”**, em: Denzin, N. e Y. Lincoln (eds.), The SAGE Handbook of Qualitative Research, 5ª edição, cap. 14, 2018.

SENADO FEDERAL. **Relatório Final CPI da Pandemia.** [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/fc73ab53-3220-4779-850cf53408ecd592>. Acessado em: 28 dez. 2022.

SEVCENKO, N. **A revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993.

SILVERMAN, Craig. **Can Dan Bongino Make Rumble The Right's New Platform?** BuzzFeed News. 2 de novembro de 2020. Disponível em <https://www.buzzfeednews.com/article/craigsilverman/dan-bongino-rumble>. Acesso em 30 de outubro de 2023.

SINHA, Subir. **Fragile Hegemony: Modi, Social Media, and Competitive Electoral Populism in India**. *International Journal of Communication*. v. 11, pp. 4158-4180, 2017.

SNIDERMAN, Paul M. **The Logic and Design of the Survey Experiment: An Autobiography of a Methodological Innovation**. In: DRUCKMAN, James et al. (Eds.). (2011). *Cambridge Handbook of Experimental Political Science*. Cambridge: University Press.

SNOW, David. A.; Vliegenthart, Rens.; Ketelaars, Pauline. **The Framing Perspective on Social Movements: Its Conceptual Roots and Architecture**. Em: SNOW, D. A. et al. (Eds.). **The Wiley Blackwell Companion to Social Movements**. 2. ed. Oxford: John Wiley & Sons Ltd, 2019. p. 392–410.

SOUTO, Ester Paiva; Kabad, Juliana. **Hesitação vacinal e os desafios para enfrentamento da pandemia de COVID-19 em idosos no Brasil**. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia* [online]. 2020, v. 23, n. 5

SOUZA, Renata. **Brasil tem 16% da população imunizada com vacina bivalente contra Covid-19**. CNN Brasil. 06 de setembro de 2023. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-tem-16-da-populacao-imunizada-com-vacina-bivalente-contracovid-19/>. Acesso em 29 de outubro de 2023.

STERNISKO, A. ET AL. **The dark side of social movements: social identity, non-conformity, and the lure of conspiracy theories**, *Curr. Opin. Psychol.* 35, 2020, 1–6, <http://dx.doi.org/10.1016/j.copsyc.2020.02.007>.

STOKER, G. **Relating and Responding to the Politics of Resentment**. *The Political Quarterly*, 90, 138-151, 2019.

SUNSTEIN, C. **Echo chambers: Bush v. Gore impeachment, and beyond**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.

SWIGART, K. et al. **Working While Liberal/Conservative: A Review of Political Ideology in Organizations.** Journal of Management, 014920632090941, 2020.

SWIRE-THOMPSON, B.; LAZER, D. **Public Health and Online Misinformation: Challenges and Recommendations.** Annu Rev Public Health. v. 2, n. 41, p. 433-451, 2020. DOI: 10.1146/annurev-publhealth-040119-094127.

TAJRA, Alex; MONTESANTI, Beatriz. **Futuro ministro, Ricardo Salles é condenado em ação de improbidade.** UOL São Paulo, 19 de dezembro de 2018. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2018/12/19/futuro-ministro-ricardo-salles-e-condenado-em-acao-de-improbidade.htm>. Acesso em 29 de novembro de 2021.

TAPIA, L. **COVID-19 and fake news in the Dominican Republic.** The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene. v. 102, n. 6, p. 1172-1174, 2020.

THENÓRIO, Iberê. **Boatos sobre vacina anti-H1N1 são 'irresponsáveis', diz Ministério da Saúde.** G1, São Paulo, 17 de março de 2010. Disponível em <https://g1.globo.com/Noticias/Ciencia/0,,MUL1533578-5603,00-BOATOS+SOBRE+VACINA+ANTIHN+SAO+IRRESPONSAVEIS+DIZ+MINISTERIO+DA+SAUDE.html>. Acesso em 18 de novembro de 2023.

TOKARNIA, Mariana. **Fiocruz: vacinação infantil contra a covid-19 é o principal desafio.** Agência Brasil, Rio de Janeiro, 16 de março de 2022. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-03/fiocruz-vacinacao-infantil-contra-covid-19-e-o-principal-desafio>. Acesso em 03 de abril de 2022.

TOURAINÉ, A. **Beyond social movements?** in: S.M. Lyman (Ed.), Social Movements: Critiques, Concepts, Case-Studies, Main Trends of the Modern World, Palgrave Macmillan UK, London, 1995, pp. 371–393, [http://dx.doi.org/10.1007/978-1-349-23747-0\\_16](http://dx.doi.org/10.1007/978-1-349-23747-0_16).

TV SENADO. **CPI da Pandemia ouve ex-coordenadora do Programa Nacional de Imunizações - 08/7/2021.** In: <https://www.youtube.com/watch?v=TiG8pLyuCmo>. Acesso em 25 de outubro de 2023.

URBINATI, N. **Me The People: how populism transforms democracy**. Cambridge/MA: Harvard University Press, 2019.

VALADARES, João. **Bolsonaro volta a defender cloroquina e diz que ninguém pode obrigar aplicação da vacina contra Covid**. Folha de São Paulo. 17 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/12/bolsonaro-volta-a-defender-cloroquina-e-diz-que-ninguem-pode-obrigar-aplicacao-da-vacina-contracovid.shtml>. Acessado em: 25 de outubro de 2023.

VALENTE, Jonas. **Cresce recusa de vacina contra covid-19; relato é de 2.097 cidades**. Agência Brasil, Brasília, 16 de julho de 2021. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-07/cresce-recusa-de-vacina-contracovid-19-relato-e-de-2.097-cidades>. Acesso em 17 de novembro de 2023.

VAN DER LINDEN, S. ET AL. **You are fake news: political bias in perceptions of fake news**. *Media, Culture & Society*, 42(3), 460–470, 2020. <https://doi.org/10.1177/0163443720906992>

VAN LEEUWEN, Theo. **Legitimation in Discourse and Communication**. *Discourse & Communication* 1(1), 91–112, 2007, <https://doi.org/10.1177/1750481307071986>.

VAN ZONEN, L. **I-Pistemology: Changing truth claims in popular and political culture**. *European Journal of Communication* 27(1): 56–67, 2012.

VENTURINI, Lilian. **Deputados criticam veto de Tarcísio a projeto que amplia vacinação contra HPV em São Paulo**. In *Valor Econômico*, 18 de setembro de 2023. <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/09/18/deputados-criticam-veto-de-tarcisio-a-projeto-que-amplia-vacinacao-contrahpv-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em 05 de outubro de 2023.

VIEIRA, M. (ed.). **Introduction**. *Reclaiming representation: contemporary advances in the theory of political representation*. New York: Routledge, p. 1-21, 2017.

VON BÜLOW, M.; GOBBI, D.; DIAS, T. **O Conceito de Ativismo Digital: uma agenda para além das fronteiras entre sistema político e sociedade civil**. TATAGIBA, L. (Org.); ALMEIDA, D. C. R. (Org.) ; Gurza Lavalle, A. (Org.); SILVA, M. K. (Org.)

Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências. 1a. ed. Porto Alegre: Zouk, 2022. v. 1000. 462p.

VON BÜLOW, M; ABERS, R.N. **Denialism and Populism: Two Sides of a Coin in Jair Bolsonaro's Brazil.** *Government and Opposition: An International Journal of Comparative Politics* 1–19, 2022.

VON BÜLOW, M; DIAS, T. **O ativismo de hashtags contra e a favor do impeachment de Dilma Rousseff** », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 120, 2019

VON BÜLOW, M; VILAÇA, L; ABELIN, P. **Varieties of digital activist practices: students and mobilization in Chile,** *Information, Communication & Society*, 2018

VREESE, C., ET AL. **Populism as an Expression of Political Communication Content and Style: A New Perspective.** *The International Journal of Press/Politics.* v. 23, n. 4, p. 423-438, 2018.

WAISBORD, S. **The elective affinity between post-truth communication and populist politics,** *Communication Research and Practice*, 2018.

WANLESS, A; BERK, Michael. **Participatory Propaganda: The Engagement of Audiences in the Spread of Persuasive Communications.** *Conference: Social Media & Social Order, Culture Conflict 2.0,* At Oslo, 2017.

WARDLE, C; DERAKHSHAN, H. **Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking.** Council of Europe report DGI, 09, 2017.

WOLLEBÆK, D. ET AL. **Right-wing ideological constraint and vaccine refusal: The case of the COVID-19 vaccine in Norway.** *Scandinavian Political Studies*, 45, 253– 278, 2022, <https://doi.org/10.1111/scps.12224>

ZALLER, J. **The Nature and Origins of Mass Opinion.** New York: Cambridge Univ. Press, 1992.

## Anexo I - Lista de Entrevistas

Tabela 14 - Entrevistas, de acordo com a ordem de realização

Código	Descrição	Data da Entrevista e modo de realização	Vertente
E1	Deputado Federal (MS)	01/12/ 2021. Presencial.	Médica
E2	Ativista do DF. Servidora pública.	04/01/2022. Presencial.	Médica, Conspiratória
E3	Ativista do DF. Professora.	04/01/2022. Presencial.	Conspiratória
E4	Ativista do DF. Publicitária.	04/01/2022. Presencial	Conspiratória
E5	Ativista do DF. “Mãe em tempo integral”.	06/01/2022. Chamada de vídeo pelo WhatsApp.	Médica
E6	Deputada Distrital (DF)	14/01/2022. Zoom.	Jurídica
E7	Ativista do DF. Servidora pública.	22/01/2022. Presencial.	Médica
E8	Ativista do DF. Servidor público.	22/01/2022. Presencial.	Médica, Jurídica e Conspiratória
E9	Ativista do DF. Estudante de Jornalismo.	04/02/2022. Presencial.	Jurídica
E10	Ativista do DF. Empresário.	04/02/2022. Presencial.	Médica, Conspiratória
E11	Ativista do DF. Designer gráfico.	04/02/2022. Presencial.	Médica

<b>E12</b>	Ativista do DF. Estudante de Economia.	04/02/2022. Presencial.	Médica
<b>E13</b>	Ativista do DF. Estudante de Filosofia.	04/02/2022. Presencial.	Conspiratória
<b>E14</b>	Ativista do DF. Empresária.	04/02/2022. Presencial.	Médica, Conspiratória
<b>E15</b>	Ativista do DF. Assessor parlamentar.	07/02/2022. Chamada de vídeo no WhatsApp.	Médica
<b>E16</b>	Vereadora de um pequeno município de Santa Catarina	09/02/2022. Chamada de vídeo no WhatsApp.	Médica
<b>E17</b>	Deputado Estadual do Rio Grande do Sul	09/02/2022. Zoom.	Jurídica
<b>E18</b>	Deputada Estadual de São Paulo	10/02/2022. Zoom.	Jurídica
<b>E19</b>	Vereador de um município do interior do Paraná	10/02/2022. Zoom.	Médica
<b>E20</b>	Deputado Estadual do Rio de Janeiro	14/02/2022. Zoom.	Jurídica
<b>E21</b>	Ativista do DF. Advogado.	15/02/2022. Zoom.	Jurídica, Conspiratória
<b>E22</b>	Ativista do DF. Servidor público.	16/02/2022. Vídeo chamada no WhatsApp.	Médica

<b>E23</b>	Ativista do DF. Empresário, youtuber.	16/02/2022. Zoom.	Médica, Conspiratória
<b>E24</b>	Médico, ativista (RJ).	18/02/2022. Zoom.	Médica
<b>E25</b>	Vereador de um pequeno município de Santa Catarina.	20/02/2022. Zoom.	Médica, Conspiratória
<b>E26</b>	Ativista de SP. Publicitário.	21/02/2022. Zoom.	Médica, Conspiratória
<b>E27</b>	Vereador de um médio município do Rio de Janeiro.	23/02/2022. Zoom	Jurídica
<b>E28</b>	Ativista de SC. Advogada.	23/02/2022. Zoom.	Médica, Jurídica
<b>E29</b>	Ativista do RS. Advogada.	25/02/2022. Zoom.	Jurídica, Conspiratória
<b>E30</b>	Ativista do CE. Professora.	05/03/2022. Zoom.	Médica, Conspiratória
<b>E31</b>	Ativista do RS. Servidora pública.	07/03/2022. Zoom.	Médica
<b>E32</b>	Ativista do RJ. Psicóloga.	08/03/2022. Zoom.	Médica, Conspiratória



<b>E33</b>	Ativista de SC. Não informou a ocupação.	09/03/2022. Zoom.	Médica
<b>E34</b>	Ativista de SP. Comissária de bordo.	09/03/2022. Zoom.	Médica
<b>E35</b>	Ativista de SP. Publicitária.	10/03/2022. Zoom.	Médica, Conspiratória
<b>E36</b>	Deputado Estadual de Pernambuco	14/03/2022. Zoom.	Médica, Jurídica
<b>E37</b>	Ativista do AC. Pastor e advogado.	14/03/2022. Zoom.	Jurídica
<b>E38</b>	Deputada Estadual do Ceará	18/03/2022. Zoom	Médica
<b>E39</b>	Vereadora de um grande município do Rio Grande do Sul	19/03/2022. Zoom.	Médica
<b>E40</b>	Ativista do AC. Delegado.	19/03/2022. Zoom.	Jurídica, Conspiratória
<b>E41</b>	Vereador de um grande município do Acre.	14/04/2022. Zoom	Jurídica, Conspiratória
<b>E42</b>	Vereadora de um grande município do Ceará.	26/04/2022. Zoom	Médica, Jurídica

**Fonte: Elaboração do autor**

## Anexo II - Questionário norteador

Bom dia/ boa tarde/ boa noite. Sou o Matheus, faço mestrado no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília e estou fazendo minha pesquisa sobre diferentes visões acerca da vacinação contra a COVID-19 no Brasil. Este estudo conta com o financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UnB. O termo de consentimento será apresentado e peço que o senhor/ senhora assine voluntariamente em duas vias.

- 1) Primeiro, gostaria que você se apresentasse, contasse a tua trajetória e como chegou ao Parlamento (Câmara ou Senado/ Câmara de Vereadores/ Assembleia Legislativa) (**PARLAMENTARES**) ou no movimento no qual você atua (**SOCIEDADE CIVIL**). O que te motivou a se aproximar desta atuação política?

(**Se não tiver falado disso**): você participa dos debates sobre a vacina desde o início da vacinação, ou é uma atuação mais recente?

- 2) Como você se posiciona em termos de ideologia política?
- 3) Para você, estamos vivendo uma crise hoje no Brasil? Caso sim, quando ela começou?
- 4) Como você avalia o presidente Jair Bolsonaro? E o governo Bolsonaro?
- 5) Tem alguma vacina contra COVID-19 na qual você confia mais?
- 6) E as outras vacinas que protegem de outras doenças, algumas delas adquiridas durante a infância, como sarampo, paralisia infantil, devem ser obrigatórias? Você confia nelas?
- 7) Qual a importância das mídias sociais da internet para a tua atuação enquanto parlamentar/ ativista? Sobre o tema da vacina, você participa de grupos/ discussões que debatem esse tema no:

WhatsApp - SIM/ NÃO

Telegram - SIM/ NÃO

Facebook - SIM/ NÃO

Instagram - SIM/ NÃO

Twitter? Usa Hashtags? - SIM/ NÃO

Reddit - SIM/ NÃO

TikTok - SIM/ NÃO

Participou de lives/ Seminários em plataformas como o Zoom - SIM/ NÃO

Assiste e compartilha vídeos do YouTube? Faz lives? - SIM/ NÃO

Outras plataformas? Quais? - SIM/ NÃO

- 8) Você participou de outros atos convocados por grupos de rua, com outros temas não relacionados à vacina? Participou do último 7 de setembro (de 2021), por exemplo?
- 9) Por onde você costuma se informar sobre o tema da pandemia? Por quais jornais, canais, mídias, etc.?
- 10) **PARA PARLAMENTARES** - Você buscou influenciar o Presidente Bolsonaro ou ministros do governo em relação a esse tema das vacinas? O governador ou o prefeito? Fez reuniões com eles? Tem algum contato com essas autoridades?
- 11) **PARA A SOCIEDADE CIVIL** - A tua atuação enquanto ativista/ cidadão busca influenciar a sociedade em relação às vacinas? Se sim, de que maneira, com quais estratégias?
- 12) **SOCIEDADE CIVIL** - Você pode citar os parlamentares, vereadores, deputados estaduais, distritais (para os do DF), federais ou senadores com os quais mantém maior contato para colaborar sobre o tema da vacina? Políticos que você considera aliados nessa pauta?
- 13) **PARA PARLAMENTARES** - Você pode citar os grupos da sociedade ou indivíduos com os quais mantém maior contato para colaborar sobre o tema da vacina? (até 3)
- 14) Você tem alguma motivação religiosa? Qual é a tua religião?
- 15) Como você se sente em relação ao convívio com outras pessoas nesse contexto de ter ou não se vacinado?
- 16) Você poderia me indicar alguma liderança que você considere como referência nestas pautas mencionadas?
- 17) Quais são os próximos atos/ ações planejadas em relação ao passaporte sanitário/ vacinação?
- 18) Você viu o vídeo que associa a vacina às mortes de várias pessoas no qual uma brasileira nos Estados Unidos anda e vai mostrando as pessoas que faleceram, inclusive um brasileiro de 13 anos? O que você acha? Como reage às imagens abaixo? E à checagem de fatos?

← Tweet

Marcela ARROYO-MATTEUCCI 🇧🇷 Abog. 🇧🇷 🇮🇹 🇪🇸 @arroyomatteucci

Protesta por Muertos frente a un Vacunatorio:  
Un Cementerio simbólico de vacunados reales, con nombre, edad, foto y laboratorio fabricante.

Traduzir Tweet



2,8 mil visualizações 1:38 / 2:12

2:02 AM · 11 de jan de 2022 · Twitter Web App

com[prova]

jornalismo colaborativo contra a desinformação

Sobre o Comprova

Arquivos

Pandemia

INVESTIGADO POR: nsc ESTADÃO #1 O Popular 2022-01-17

**Morte de brasileiro que aparece em vídeo de protesto nos EUA não teve relação com a vacina**



Enganoso

Enganoso

19) Futuramente, você acha que pode vir a mudar de opinião em relação às vacinas ou ao passaporte sanitário? Pode vir a tomar outra decisão?

## **Anexo III - Termo de consentimento**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o(a) Senhor(a) a participar voluntariamente do projeto de pesquisa *Movimentos sociais no sistema político brasileiro*, sob a responsabilidade da pesquisadora Rebecca Neaera Abers, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. O objetivo do projeto é analisar as relações entre a sociedade civil e os atores do sistema político.

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome será mantido no mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a). Qualquer menção a informações que eventualmente permitam identificá-lo(a), entretanto, terá sua autorização solicitada previamente.

A sua participação se dará por meio de respostas ao roteiro de perguntas apresentadas durante a entrevista a ser realizada em local previamente agendado, com um tempo estimado de 40 a 60 minutos para sua realização.

Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração. Se o(a) senhor(a) aceitar participar, estará contribuindo para a melhoria do ambiente democrático brasileiro, bem como prestando contas à sociedade sobre as práticas de seus representantes.

O(a) Senhor(a) pode se recusar a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo.

Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa. Os resultados da pesquisa serão enviados para o(a) senhor(a), podendo ser publicados posteriormente.

Sua participação na pesquisa não envolve riscos à saúde. Eventuais riscos a sua reputação serão mitigados pela garantia de anonimato, pelo pedido de autorização prévio para a divulgação de qualquer declaração literal e pela garantia de não divulgação de dados específicos que possam individualizar suas respostas.

Se o(a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para: Rebecca Neaera Abers, na Universidade de Brasília, no telefone (61) 99608-0207, disponível inclusive para ligação a cobrar, ou pelo e-mail: rebecca.abers@gmail.com.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep\_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Caso concorde em participar da pesquisa, pedimos que assine este documento.

---

**Nome do entrevistado**

---

**Rebecca Neaera Abers**

Brasília, 15.02.2022

## Anexo IV – Demais enquadramentos

Os demais enquadramentos identificados estão registrados abaixo. Os títulos são autoexplicativos.

**Tabela 15 – Diagnósticos Únicos**

Diagnóstico	Frequência
Crítica a Paulo Guedes e ao Novo, pautaram a vida com base na economia	1
Maior confiança na Sputnik/ Mas não tomaria nenhuma delas	1
Os militares sabem mais que o restante da população	1
Judicialização é uma faca de dois gumes porque pode criar jurisprudência contrária	1
Idealização do passado/ Nostalgia	1
Pessoas que ficaram em cima do muro na pandemia fizeram o mal	1

**Fonte: O autor**

**Tabela 16 - Prognósticos Únicos**

Prognósticos	Frequência
Anvisa deve vir a público esclarecer dúvidas da população	1
O voto também não deveria ser obrigatório	1
Bolsonaro deveria se vacinar para dar o exemplo	1
A vacina deve ser atualizada para proteger contra outras variantes	1
É preciso preservar valores de família	1
A liberdade não pode estar nas mãos dos políticos com base no número de doses	1
Era melhor exigir o teste de COVID-19 que o passaporte sanitário	1
Não é necessário vacinar todo mundo, deveria-se focar nos grupos mais vulneráveis	1
Não se deve vacinar durante uma pandemia, segundo os médicos	1
Vacinas deveriam ir para o setor privado também	1



**Fonte: O autor**

**Tabela 17 - Motivacionais Únicos**

Motivacionais	Frequência
Passaporte sanitário pareceu ser a questão mais importante da legislatura	1
Defesa da saúde pública	1
Se exigirem a dose de reforço, o movimento vai crescer	1
Instituições como a Anvisa estão confirmando o que dizem	1
Há artistas conservadores apoiando a causa	1
Não se deve aceitar “não” no SUS, são nossos impostos	1
O Black Lives Matter também é contra a vacinação	1

**Fonte: O autor**

**Tabela 18 – Identitários Únicos**

Identitários	Frequência
Rejeição do rótulo de bolsonarista	1
Se sentem mais confortáveis em grupos que pensam parecido	1
Não queremos dominar, queremos ter espaço	1
Estão em defesa do trabalhador que está sendo obrigado a se vacinar	1
Ativistas buscam convencer as pessoas a não se vacinarem	1
É uma luta contra a indústria farmacêutica	1
A pauta deles é a favor da saúde	1
Os protestos contra o passaporte sanitário são apolíticos	1
Porta-voz do que os médicos falam e mostram com evidências	1
Ativistas não são amigos tão próximos, mas são amigos de guerra	1
Muitos ativistas atuam individualmente	1

**Fonte: O autor**